

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

DIÔGO CESAR OLIVEIRA DE CARVALHO

**EXPERIÊNCIAS SOCIOESPACIAIS DOS MORADORES COMO AGENTES NO
PROCESSO DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA/PE**

Recife

2018

DIÔGO CESAR OLIVEIRA DE CARVALHO

**EXPERIÊNCIAS SOCIOESPACIAIS DOS MORADORES COMO AGENTES NO
PROCESSO DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Jesus Britto

Recife
2018

Catalogação na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C331e

Carvalho, Diogo Cesar Oliveira de

Experiências socioespaciais dos moradores como agentes no processo de conservação do Sítio Histórico de Olinda/PE / Diogo Cesar Oliveira de Carvalho. – Recife, 2018.

145f.: il., fig.

Orientadora: Maria de Jesus Britto Leite.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2018.

Inclui referências e apêndices.

1. Relações socioespaciais. 2. Pertencimento. 3. Conservação. 4. Patrimonialização. 5. Sítio Histórico de Olinda. I. Leite, Maria de Jesus Britto (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2018-123)



.....
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

**“Experiências Socioespaciais dos moradores
como agentes no processo de conversação do
Sítio Histórico de Olinda/PE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 15/03/2018.

Banca Examinadora

Profa. Maria de Jesus Britto Leite (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Vania Cristina Silva Cavalcanti (Examinadora Externa)
IPHAN

Prof. Daniel de Souza Leão Vieira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Julieta Maria Vasconcelos Leite (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

A Frederico Fonseca,

Pelo amor e amizade, pelo apoio, dedicação e
companheirismo, carinho, pela paciência e
pela compreensão, e por dividir comigo as
inquietudes e reflexões durante todas as etapas
do curso.

AGRADECIMENTOS

À Professora Orientadora Maria de Jesus Britto Leite, pelo incentivo e parceria na realização desta pesquisa; Às Professoras Lúcia Veras, Julieta Leite e Virgínia Pontual, pelas observações e contribuições durante a Banca de Defesa do Projeto de Pesquisa; À Renata, Secretária do MDU, pela paciência, dedicação, colaboração e disponibilidade para responder qualquer dúvida e resolver qualquer problema que tenha surgido no decorrer do curso; Aos colegas do MDU Angélica, Fátima, Laércio e Ludmila, e as amigas da vida Andréa, Daniele, Fabiana, Juliana e Manuela, Andresa e Anna por compartilharem risos, amizade, carinho e apoio; Aos moradores do Sítio Histórico de Olinda, personagens principais desta pesquisa, e que foram fundamentais para a realização da pesquisa de campo; Agradeço a FACEPE pelo suporte financeiro durante a realização do curso; Por fim, agradeço aos familiares e, a todos que me incentivaram, e desta forma, me ajudaram e que de alguma maneira colaboraram para a realização desta grande meta.

“Quando uma cidade não tem grandeza, sua vontade vai embora; então a cidade nada mais é que um labirinto de casas feitas apenas de pedra, aço e – muito em breve, poeira”.

(VALENTINE, Genevieve. *O Circo Mecânico Tresalti*. 2016, p. 125.

RESUMO

A conservação patrimonial é uma questão estreitamente ligada aos habitantes das cidades que a veem também como a conservação da memória, dos valores e dos sentimentos. Novas estratégias de conservação do patrimônio podem permitir a readequação desses sentimentos à realidade contemporânea. A cidade é moldável de acordo com os acontecimentos ocorridos nela, assim, suas memórias devem estar sempre em processo de renovação sem excluir o fortalecimento das já constituídas. Sendo assim, o conceito de Patrimônio Cultural abrange uma dimensão muito maior que a histórica e artística, inclui também as relações, memórias e valores apreendidos pelo sujeito no local em que ele está inserido. O Sítio Histórico de Olinda é um monumento nacional tombado pelo IPHAN e possuidor do título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO, esses títulos garantem a manutenção da arquitetura histórica, como fachada, da paisagem e do traçado urbano originais, sustentada por legislações que impedem ou limitam a interferência física nos mesmos, porém, a área é palco de constantes e diversas experiências sociais que possivelmente vem sendo esquecidas ou não recebem a importância devida dentro do processo conservacionista. A dissertação se propõe a investigar até que ponto as experiências socioespaciais são influenciadas pelo espaço urbano tombado e até que ponto essas experiências moldam esse espaço específico, através da percepção de seus moradores e dos valores apropriados pelos mesmos, para tal, é necessário compreender a forma de apreensão e cognição do Sítio Histórico de Olinda através de sua valorização memorial, analisar a configuração e os atributos do Sítio Histórico de Olinda de modo a identificar simbologias das relações sociais e da dinâmica espacial, e distinguir as experiências socioespaciais a partir de uma categorização de maior ou menor favorecimento aos sentimentos de pertencimento e identidade afetiva, configuradas pela utilização dos moradores do Sítio Histórico de Olinda. A conservação do patrimônio cultural deve ser entendida como forma de registro histórico, por servir de base material para a memória social e na construção de identidades. A discussão acerca dessa problemática sugere a necessidade de uma maior compreensão do processo de intervenção praticado hoje, e através dela, também uma maior compreensão das experiências socioespaciais vivenciadas em áreas históricas. Relacionar legislação, teorias de restauro e sociedade, pode diminuir danos culturais.

Palavras-chaves: Relações Socioespaciais. Pertencimento. Conservação. Patrimonialização. Sítio Histórico de Olinda.

ABSTRACT

Patrimonial conservation is closely related to the inhabitants of the cities who also see it as the preservation of memory, values and feelings. New heritage conservation strategies can allow the re-adaptation of these feelings to contemporary reality. The city is moldable according to the events occurring in it, thus, its memories must always be in the process of renewal without excluding the strengthening of those already constituted. Thus, the concept of Cultural Heritage encompasses a much larger dimension than the historical and artistic dimension, it also includes the relations, memories and values apprehended by the subject in the place where he is inserted. The Historic Site of Olinda is a national monument, registered by IPHAN and possessed of the title of World Heritage granted by UNESCO, these titles guarantee the maintenance of the historical architecture, like facade, of the original landscape and urban trajectory, supported by laws that prevent or limit the physical interference in them, however, the area is the scene of constant and diverse social experiences that possibly are being forgotten or do not receive the due importance within the conservation process. The dissertation proposes to investigate to what extent socio-spatial experiences are influenced by the urban space and to what extent these experiences shape this specific space, through the perception of its inhabitants and the values appropriate by them, it is necessary to understand the way of apprehension and cognition of the Historical Site of Olinda through its memorial valorization, to analyze the configuration and attributes of the Historical Site of Olinda in order to identify symbolologies of social relations and spatial dynamics, and to distinguish socio-spatial experiences from a categorization of more or less favoring the feelings of belonging and affective identity, configured by the use of the inhabitants of the Historical Site of Olinda. The conservation of cultural heritage should be understood as a historical record, since it serves as a material basis for social memory and the construction of identities. The discussion about this problem suggests the need for a greater understanding of the intervention process practiced today, and through it, also a greater understanding of socio-spatial experiences experienced in historical areas. Relating legislation, theories of restoration and society, can reduce cultural damages.

Key words: Socio-spatial Relationships. Belonging. Conservation. Patrimonialisation. Historic Centre of the Town of Olinda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Espaço Existencial, segundo Norberg-Schulz (1975).....	45
Figura 02- “Pernambuco”, 1624. Autor não identificado.....	52
Figura 03- “De Stadt Olinda de Pharnambuco”, 1630. Autor: Claes Jansz Visscher.....	53
Figura 04- “MARIN D’ OLINDA de Pernambuco”, 1644. Autor não identificado.....	55
Figura 05- Casas tradicionais, sem platibanda, na Rua do Amparo.....	56
Figura 06- Casario da Rua do Amparo, apresentando casas com e sem platibanda.....	56
Figura 07- Casa com terraço lateral, na Rua do Bonfim.....	57
Figura 08- Casas com fachadas azulejadas, na Rua de São Bento.....	57
Figura 09- Residências transformadas em estabelecimentos comerciais.....	59
Figura 10- Residências transformadas em estabelecimentos comerciais.....	59
Figura 11- “Civitas Olinda”, 1647. Autor não identificado. Publicado por Gaspar Barleus.....	60
Figura 12-“Olinda”, 1637 – 1644. Autor: Frans Post.....	62
Figura 13- Vista do Sítio Histórico de Olinda, com o centro do Recife. Igrejas, casario mar e vegetação.....	63
Figura 14- Placa instalada na fachada do Museu de Arte Sacra, em comemoração ao título de Patrimônio da Humanidade, concedido a Olinda em 1982.....	66
Figura 15- Poste e fiação de alta tensão aparentes, nas cercanias da Igreja de Nossa Senhor do Bonfim.....	67
Figura 16- Poste e fiação de alta tensão aparentes, nas cercanias da Igreja de São João.....	67
Figura 17- Ladeira 15 de Novembro. Um dos principais acessos dos foliões aos festejos do Carnaval de Olinda.....	72
Figura 18- Circulação de transporte público na Av. Joaquim Nabuco.....	83
Figura 19- Fluxo viário na Av. Sigismundo Gonçalves.....	83
Figura 20- Praça em frente ao Cine Duarte Coelho.....	83
Figura 21- Praça do Jacaré.....	83
Figura 22- Biblioteca Pública de Olinda.....	83
Figura 23- Igreja de São Sebastião.....	83
Figura 24- Rua Henrique Dias.....	84
Figura 25- Rua 15 de Novembro.....	84

Figura 26- Mercado Eufrásio Barbosa.....	84
Figura 27- Largo da Igreja de Santa Cruz dos Milagres sendo utilizado como área de lazer.....	84
Figura 28- Praça dos Milagres.....	85
Figura 29- Praça do Fortim e Rua do Sol.....	85
Figura 30- Rua de São Francisco.....	85
Figura 31- Rua do Bonfim.....	85
Figura 32- Escola Sigismundo Gonçalves.....	86
Figura 33- Faculdade de Olinda.....	86
Figura 34- Praça do Fortim.....	86
Figura 35- Praça do Fortim.....	86
Figura 36- Área onde são realizados eventos culturais.....	86
Figura 37- Travessa da Rua do Sol onde são realizadas festas.....	86
Figura 38- Clube Atlântico de Olinda.....	86
Figura 39- Lanchonete na Av. Sigismundo Gonçalves.....	86
Figura 40- Rua Nossa Senhora do Guadalupe.....	87
Figura 41- Rua de São João.....	87
Figura 42- Estrada do Bonsucesso.....	88
Figura 43- Transporte público circulando pelo Sítio Histórico.....	88
Figura 44- Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	88
Figura 45- Área de lazer próxima a Igreja do Rosário.....	88
Figura 46- Rua Bica dos Quatro Cantos.....	90
Figura 47- Muro com arame farpado e grande portão.....	90
Figura 48- Pichação nas fachadas.....	90
Figura 49- Bica dos Quatro Cantos.....	90
Figura 50- Igreja de N. Senhora da Boa Hora.....	91
Figura 51- Rua da Boa Hora.....	91
Figura 52- Rua da Boa Hora.....	92
Figura 53- Rua Joaquim Cavalcanti.....	92
Figura 54- Seleção Visual – Setor B.....	93
Figura 55- Seleção Visual – Setor B.....	94
Figura 56- Seleção Visual – Setor B.....	96
Figura 57- Seleção Visual – Setor B.....	97

Figura 58- Mapa Mental – Setor B.....	99
Figura 59- Mapa Mental – Setor B.....	100
Figura 60- Poema dos Desejos – Setor B.....	102
Figura 61- Poema dos Desejos – Setor B.....	103
Figura 62- Poema dos Desejos – Setor B.....	104
Figura 63- Poema dos Desejos – Setor B.....	105
Figura 64- Rua de Santa Tereza.....	107
Figura 65- Rua de Santa Tereza.....	107
Figura 66- Rua de Santa Tereza.....	108
Figura 67- Detalhe dos imóveis nº 31 e nº 49, com descaracterização das cobertas.....	108
Figura 68- Convento de Santa Tereza.....	109
Figura 69- Prédios de apartamentos na Rua Duarte Coelho.....	109
Figura 70- Rua Duarte Coelho.....	109
Figura 71- Rua Duarte Coelho.....	109
Figura 72- Espaço Cultural Galpão dos Sonhos.....	110
Figura 73- Área de lazer.....	110
Figura 74- Seleção Visual – Setor E.....	111
Figura 75- Seleção Visual – Setor E.....	112
Figura 76- Seleção Visual – Setor E.....	113
Figura 77- Seleção Visual – Setor E.....	114
Figura 78- Mapa Mental – Setor E.....	116
Figura 79- Mapa Mental – Setor E.....	117
Figura 80- Poema dos Desejos – Setor E.....	119
Figura 81- Poema dos Desejos – Setor E.....	120
Figura 82- Poema dos Desejos – Setor E.....	121
Figura 83- Poema dos Desejos – Setor E.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Processo de intervenção no âmbito da Conservação Integrada.....	36
Quadro 02- Síntese das relações socioespaciais ocorridas no Setor B.....	116
Quadro 03- Síntese das relações socioespaciais ocorridas no Setor E.....	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização do Sítio Histórico dentro da área total do Município.....	17
Mapa 02- Polígono de Tombamento e Preservação do Município de Olinda/PE.....	18
Mapa 03- Subsetor B3, casario da Rua da Bica dos Quatro Cantos.....	80
Mapa 04- Subsetor B4, casario da Rua da Boa Hora.....	80
Mapa 05- Subsetor E1, casario do lado ímpar da Rua de Santa Tereza, no trecho que vai da Avenida Olinda a Rua Chã Grande.....	80
Mapa 06- Subsetor E2, casario da Rua Duarte Coelho e Convento de Santa Tereza....	80
Mapa 07- Subsetor B1. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área..	82
Mapa 08- Subsetor B2. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área..	87
Mapa 09- Subsetor B3. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área..	89
Mapa 10- Subsetor B4. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área..	91
Mapa 11- Subsetor E1. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área..	107
Mapa 12- Subsetor E2. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área..	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FUNDARPE	FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO
ICOMOS	<i>INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES</i>
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PDLI	PLANO DIRETOR LOCAL INTEGRADO
PMO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
SHO	SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA
SPHAN	SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
TAC	TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA
UNESCO	<i>UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION</i>
ZEPC	ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	TEORIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E EXPERIÊNCIA SOCIOESPACIAL.....	25
2.1	TEORIA SOBRE RESTAURO E CONSERVAÇÃO, SALVADOR MUÑOZ VIÑAS.....	27
2.1.1	Valores dos Objetos de Restauração.....	31
2.2	CONSERVAÇÃO INTEGRADA.....	33
2.2.1	Conservação Integrada: Intervenções à Luz de uma Estratégia de Gestão Patrimonial Urbana.....	34
3.	ESPAÇO, ARQUITETURA E PERTENCIMENTO.....	38
3.1	ESPAÇO E PRODUÇÃO SOCIAL.....	40
3.2	ARQUITETURA COMO ESPAÇO EXISTENCIAL.....	44
3.3	LUGAR E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO.....	46
4	O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA.....	51
4.1	CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO.....	53
4.1.1	Paisagem e Assentamento.....	54
4.1.2	O Edifício.....	55
4.1.3	Articulação.....	59
4.1.4	Concepção do Espaço e sua Evolução Histórica.....	61
4.1.5	Significado e Arquitetura.....	62
4.2	TOMBAMENTO E LEGISLAÇÃO.....	64
5	EXPERIÊNCIAS SOCIOESPACIAIS DOS MORADORES COMO AGENTES NO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA/PE.....	69
5.1	A PESQUISA.....	72
5.1.1	Walkthrough.....	73
5.1.2	Mapa Comportamental.....	74
5.1.3	Seleção Visual.....	75
5.1.4	Mapa Mental.....	76
5.1.5	Poema dos Desejos.....	77

5.2	POLÍGONO DE TOMBAMENTO E ENTORNO: DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	78
5.3	RESULTADOS APURADOS NA PESQUISA.....	81
5.3.1	Setor B.....	81
5.3.1.1	Primeira etapa: visão do pesquisador-observador.....	81
5.3.1.2	Segunda etapa: visão do morador.....	92
5.3.2	Setor E.....	106
5.3.2.1	Primeira etapa: visão do pesquisador-observador.....	106
5.3.2.2	Segunda etapa: visão do morador.....	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	127
	APÊNDICES.....	131
	APÊNDICE A - PRINCÍPIOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA PRESENTES NA DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975.....	132
	APÊNDICE B - PRÉ-REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COM AS PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE.....	133
	APÊNDICE C - CRITÉRIOS DA UNESCO PARA INSCRIÇÃO DE UM BEM NA LISTA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL.....	133
	APÊNDICE D - AÇÕES DO PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DO CARNAVAL, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA.....	134
	APÊNDICE E - TRECHO DA CARTA DE TURISMO CULTURAL, APRESENTADA NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO CONTEMPORÂNEO E HUMANISMO, 1976.....	134
	APÊNDICE F- MODELOS DAS FICHAS UTILIZADAS NA PESQUISA.	136
	APÊNDICE G - TRECHO DA RERRATIFICAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO FEDERAL DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO DO MUNICÍPIO DE OLINDA E SEU ENTORNO Nº 1.155/79.....	144

1 INTRODUÇÃO

A conservação patrimonial é uma questão estreitamente ligada aos habitantes das cidades que a veem também como a conservação da memória, dos valores e dos sentimentos. Hoje, em conversas com habitantes de um sítio histórico, o discurso que o local em que eles moram não é mais o mesmo, denunciando uma espécie de enfraquecimento das relações entre o morador e o sítio, decorrente do processo de mudança da dinâmica urbana que todo tecido urbano está sujeito a passar. Novas estratégias de conservação do patrimônio podem permitir a readequação desses sentimentos à realidade contemporânea. A cidade é moldável de acordo com os acontecimentos ocorridos nela, assim, suas memórias devem estar sempre em processo de renovação sem excluir o fortalecimento das já constituídas, como afirma Abreu (2014, p. 23):

O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/recuperação/restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. Mesmo cidades relativamente novas já adotam práticas de preservar os vestígios mais significativos de sua história e, naquelas em que a destruição da herança urbana foi devastadora, grandes têm sido os esforços para salvar e valorizar o que restou. Essas tentativas nem sempre têm sido bem-sucedidas. O desejo de tombar toda edificação que possa ser identificada como “memória urbana” raramente tem sido acompanhado da adoção de medidas que incentivem proprietários e inquilinos a preservar os imóveis tombados, fato que tem levado, muitas vezes ao tombamento *ipsis litteris* da edificação que se queria proteger (ABREU, 2014, p. 23).

O patrimônio é fundamental na constituição de uma identidade, onde a relação passado – presente – futuro se dá no conjunto de elementos sociais e culturais de um grupo, e é essa identidade que corrobora com sua conservação. Sendo assim, o conceito de Patrimônio Cultural, seja ele material ou imaterial, abrange uma dimensão muito maior que a histórica e artística; inclui também as relações, memórias e valores apreendidos pelo sujeito no local em que ele está inserido. logo, a participação desse sujeito nas estratégias de conservação de seu patrimônio cultural possibilita a compreensão da importância dos elementos que constituem tal processo.

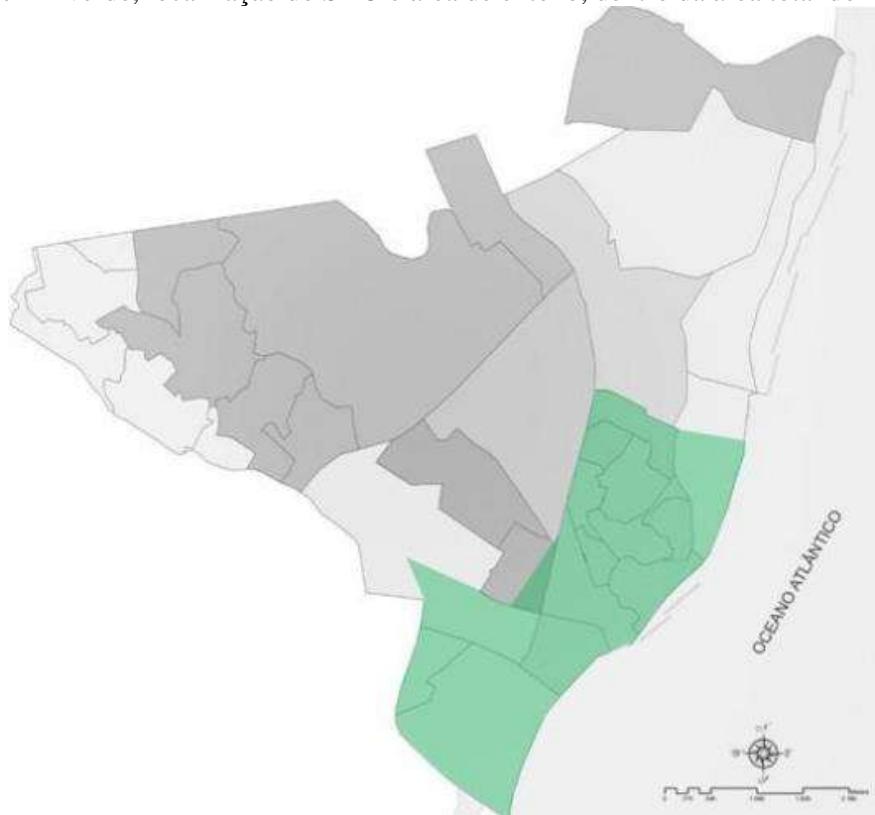
A cidade também tem função de ligar indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, não permitindo que suas memórias fiquem perdidas no tempo, lhes dando ancoragem no espaço, mas esta mesma cidade não é formada por um conjunto de vivências homogêneas, logo, para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais, essas relações,

entretanto, variam tanto no tempo como no espaço. A vivência na cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a ligação à mesma cidade (ABREU, 2014, p. 28).

Em 1982, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incluiu o Sítio Histórico de Olinda na lista de bens Patrimônio Cultural da Humanidade, considerando a excepcionalidade da paisagem, do urbanismo e da arquitetura como reflexo da prosperidade de um sistema econômico predominante em determinado período da história do Brasil.

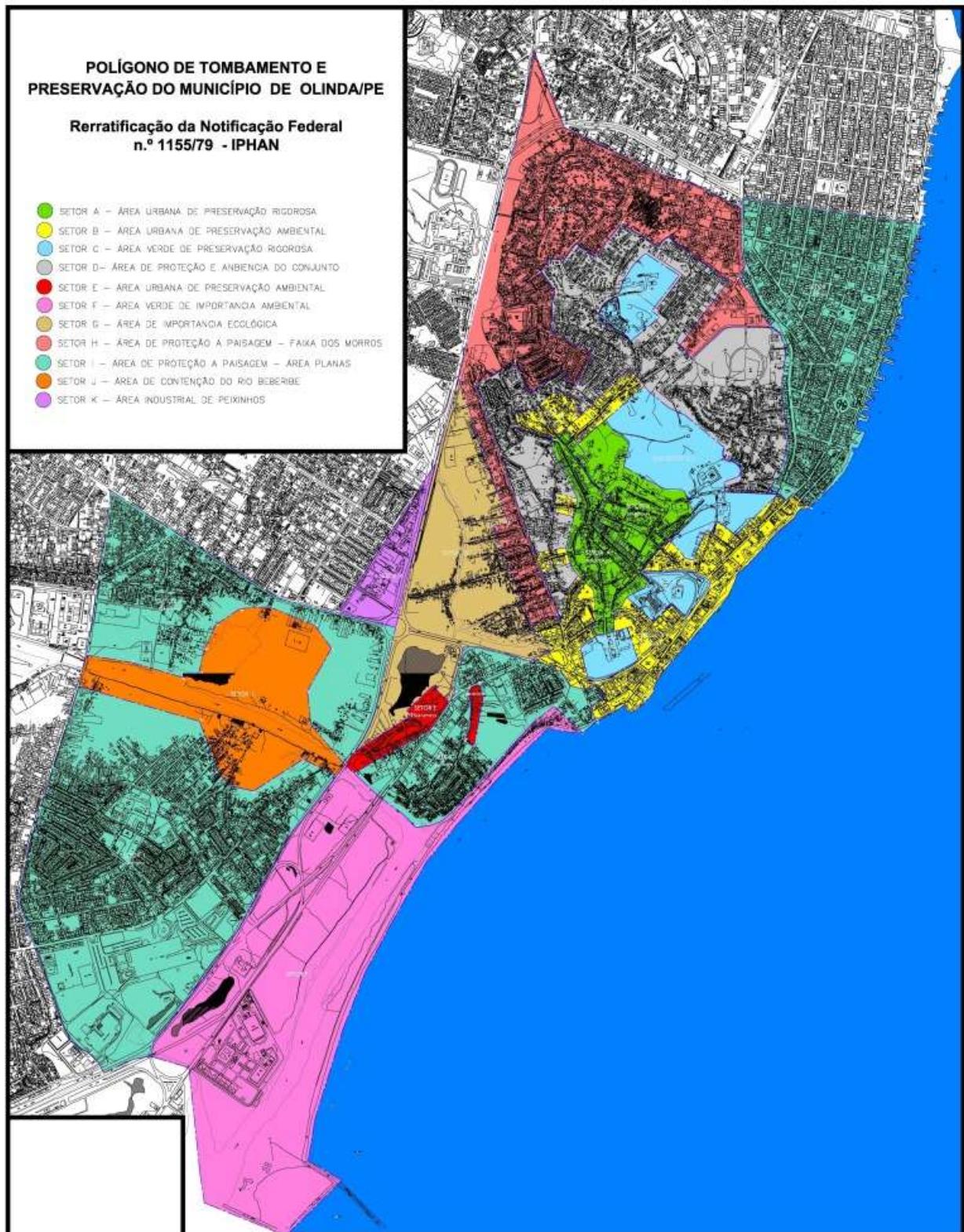
O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da ratificação da Notificação Federal do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno nº 1.155/79, demarcou o Polígono de Preservação de Olinda, como sendo uma área de 10,4 km², aproximadamente 1/3 do território do Município, incluindo o Sítio Histórico e a área de entorno (Mapa 01). A classificação de Setores e Subsetores no Polígono de Tombamento e seu Entorno (Mapa 02) estabeleceu legislação de proteção desse patrimônio que atendem especificamente as características físicas e os parâmetros morfológicos e históricos para cada área.

Mapa 01: Em verde, localização do SHO e área de entorno, dentro da área total do Município.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2016.

Mapa 02: Polígono de Tombamento e Preservação do Município de Olinda/PE.



Fonte: Casa do Patrimônio de Olinda/IPHAN. Acesso em 2016.

De acordo com o IPHAN, o Polígono de Tombamento de Olinda corresponde aos seguintes setores:

Setor A – área de maior densidade monumental do polígono de preservação, com os subsetores A1 (trecho do casario mais antigo do núcleo histórico) e A2 (encosta da Sé).

Setor B – área de menor densidade monumental do polígono de preservação, com os subsetores B1 (Varadouro e Carmo, B2 (trechos de Guadalupe e Bonsucesso, B3 (casario da rua da Bica dos Quatro Cantos e B4 (casario da rua da Boa Hora.

Setor C – trechos de maior densidade de elementos naturais, com os seguintes subsetores C1 (Mosteiro de São Bento), C2 (Praça do Carmo e Sítio do Sr. Reis), C3 (antigo horto Del Rey) e C4 (Igreja do Monte).

Setor D – área circundante à Colina Histórica, com o subsetores D1 (ambiência da Colina Histórica) e D2 (área circundante à Colina Histórica, próxima ao Varadouro).

O Entrono do Tombamento do Sítio Histórico de Olinda corresponde aos setores:

Setor E – área de densidade monumental da área de entorno, com os subsetores E1 (casario do lado [ímpar da rua de Santa Tereza, no trecho que vai da avenida Olinda a rua Chã Grande) e E2 (casario da rua Duarte Coelho e Convento de Santa Tereza).

Setor F – área de propriedade da Marinha e do Estado.

Setor G – área de interesse ecológico.

Setor H – área de morros, que assegura a visibilidade da paisagem que circunda a Colina Histórica.

Setor I – área plana que assegura a visibilidade da paisagem, com os subsetores I1 (zona urbana de Farol – Bairro Novo), I2 (zona urbana do Maruim, Umuarama e Varadouro), I3 (zona urbana de Salgadinho, situada nos limites de Recife/Olinda) e I4 (zona urbana de Peixinhos).

Setor J – Lagoa da Compensação do Rio Beberibe.

Setor K- núcleo industrial de Peixinhos.

O Sítio Histórico de Olinda também é regido pela Lei Municipal n.º 4.849/92, intitulada Lei Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, que institui as Zonas Especiais de Proteção Cultural (ZEPC) e Paisagísticas e as Zonas de Entorno do Sítio Histórico, subdividindo as ZEPC em ZEPC I – Sítio Histórico (núcleo primitivo do município), ZEPC II – Conjunto ou Monumento Isolado (Rua de Santa Tereza; Rua Duarte Coelho e Convento de Santa Tereza; Fábrica Tacaruna; Capela de Santana do Rio Doce; Casarão do Complexo de Salgadinho) e ZEPC III – Ruínas (Ruínas da Fortaleza do Buraco; Ruínas da Casa da Pólvora; Ruínas do Convento de Santo Amaro; Ruínas da Capela de Santana do Engenho Fragoso).

O recorte espacial escolhido para esta pesquisa foi definido após consulta e análise da citada legislação federal e de peculiaridades encontradas *in loco*. Esta análise indicou, dentro do polígono de tombamento, quais áreas são consideradas mais bem conservadas e as menos conservadas, bem como quais áreas apresentam um maior número de intervenções - aprovadas ou não - realizadas pelos moradores e quais áreas foram menos alteradas. A seleção de duas regiões representando situações opostas, mas que são regidas pelas mesmas diretrizes, possibilitou traçar um paralelo entre as distintas relações socioespaciais entre as mesmas e seus moradores. Os setores selecionados para essa análise foram:

- Setor B (em amarelo, no Mapa 02): corresponde à área de menor densidade monumental do Polígono de Preservação, com os seguintes Subsetores: Subsetor B1 (Varadouro e Carmo), Subsetor B2 (trechos de Guadalupe e Bonsucesso), Subsetor B3 (casario da Rua Bica dos Quatro Cantos) e Subsetor B4 (casario da Rua da Boa Hora).
- Setor E (em vermelho, no Mapa 02): corresponde à área de densidade monumental da Área de Entorno, com os seguintes Subsetores: Subsetor E1 (casario do lado ímpar da Rua de Santa Tereza, no trecho que vai da Avenida Olinda a Rua Chã Grande) e Subsetor E2 (casario da Rua Duarte Coelho e Convento de Santa Tereza).

No Sítio Histórico de Olinda como um todo, incluindo as áreas estudadas, o IPHAN garante a salvaguarda da arquitetura histórica, da paisagem e do traçado urbano originais, baseado em legislação que bloqueiam ou limitam as intervenções físicas nos mesmos.

A área é palco de constantes e diversas experiências sociais que possivelmente vem sendo esquecidas ou não recebem a importância devida dentro do processo conservacionista. Para o morador, essa patrimonialização alterou as relações socioespaciais que se desenvolvem no ambiente, o perfil de cidade patrimônio mundial atraiu a atividade turística, se tornando hoje, de extrema importância econômica para o município, e, consequentemente, motivando mudanças em questões como o uso do solo e a especulação imobiliária.

O Sítio Histórico de Olinda tem seus espaços também estruturados pelo valor atribuído por cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Essas experiências socioespaciais produzem memórias e valores que são impressos no meio físico pela utilização do espaço apropriado. O estabelecimento da relação entre um espaço urbano histórico tombado e seus moradores tem sua dinâmica refletida na evolução física do mesmo, porém não foram formalmente identificados os valores e os significados atribuídos por esse grupo ao Sítio e qual influência da apropriação deste espaço na formação de uma identidade local.

Na região também estão presentes diversas edificações que se destacam dentro do conjunto arquitetônico por sua importância artística e histórica, e também deve ser atribuído a eles papel simbólico no âmbito das experiências socioespaciais desenvolvidas nesta área.

A pesquisa tem como objeto de análise, a influência das experiências socioespaciais de uso e apropriação do espaço, pertencimento e habitabilidade, do morador do Sítio Histórico de Olinda com o próprio sítio: a experiência coletiva no espaço público e a experiência individual, como morador, no espaço privado. Essa influência é analisada através das transformações das representações simbólicas, construções mentais e imaginárias e dos valores.

O Objetivo Geral da dissertação é investigar até que ponto as experiências socioespaciais são influenciadas pelo espaço urbano tombado e até que ponto essas experiências moldam esse espaço específico, através da percepção de seus moradores e dos valores apropriados pelos mesmos.

Como Objetivos Específicos, a dissertação apresenta: compreender a forma de apreensão e cognição do Sítio Histórico de Olinda, através de sua valorização memorial; analisar a configuração e os atributos do Sítio Histórico de Olinda, de modo a identificar simbologias das relações sociais e da dinâmica espacial; e distinguir as experiências socioespaciais a partir de uma categorização de maior ou menor favorecimento aos sentimentos de pertencimento e identidade afetiva, configuradas pela utilização dos moradores do Sítio Histórico de Olinda.

A Carta de Burra, a expressão “Significância Cultural” aparece como “*designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras*” (CARTA DE BURRA, 1980, In CURY (org.), 2004, p. 247), referindo, assim, não apenas a aspectos físicos, mas também levando em consideração todos os elementos que contribuem para a consolidação dos valores de um lugar percebido pela sociedade, como as experiências socioespaciais, que se concretizam no espaço, onde se realiza vida humana, envolvendo um uso do tempo que se revela como modo de uso do espaço, em dois planos: o individual (que se expressa no ato de habitar) e o coletivo (a realização da sociedade) (CARLOS, 2014).

A valorização do passado, hoje, tem se mostrado como necessidade de uma nova relação de identidade entre a sociedade e as espacialidades que lhes dão ancoragem. Compreender esse processo no âmbito da preservação implica estudar outros conceitos dentro das relações entre o espaço e seus usuários.

Segundo Berthoz (2005), o ser humano comprehende o espaço em três níveis que se fundem entre si: o nível do *percebido*, como sendo as informações espaciais geradas ao

cérebro pelos sentidos; o nível do *vivido*, as vivências desse espaço; e o nível do *concebido*, possibilita ao ser humano formar ideias e imagens sobre este espaço. Utilizando essa teoria como referência para um estudo de pós-ocupação espacial, a dissertação foi estruturada da seguinte forma:

Compreensão sobre os Espaços

1. Patrimônio Cultural e Experiências Socioespaciais
2. Espaço, Arquitetura e Pertencimento

Percebendo e Vivenciando os Espaços

3. O Sítio Histórico de Olinda

Concebendo os Espaços

4. Experiências socioespaciais dos moradores como agentes no processo de conservação do Sítio Histórico de Olinda

A primeira parte da dissertação apresenta uma argumentação teórica que pretende contribuir para o entendimento das experiências socioespaciais dos moradores de um sítio histórico, referentes às representações do espaço arquitetônico e urbano. A segunda parte contextualiza o recorte espacial dentro do universo da pesquisa. A terceira parte expõe a descoberta de significados expressados por um sujeito sobre suas experiências, ou seja, a análise do fenômeno estudado.

O método escolhido – método fenomenológico – permite compreender como os diversos grupos de usuários do espaço escolhido para o estudo, percebem, compreendem e sentem suas vivências, tomando como base expressões pessoais dessa dinâmica. Schmid (2005) afirma que a associação da prática espacial com essa abordagem fenomenológica mostra que a percepção não acontece apenas na mente, mas também se baseia numa materialidade concreta e produzida. Um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado, sentido - uma “experiência”. Ainda para o autor, a materialidade só possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social juntamente com o pensamento que a expressa e a representa e com o elemento da experiência vivida, ou seja, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. Esse método utiliza a “observação atentiva” para descrever os dados como eles se apresentam; preocupa-se com a compreensão do fenômeno, não com a sua explicação.

Tratando-se de uma modalidade da pesquisa qualitativa, não se pretende chegar a generalizações, a atenção é voltada para a descrição do fenômeno. Pretende-se manter o rigor e não a precisão numérica, porém, um rigor metodológico ao tentar compreender os fenômenos que não são passíveis de serem estudados quantitativamente, por apresentarem

dimensões pessoais, sendo mais apropriadamente pesquisados mediante a abordagem qualitativa (MARTINS, BICUDO, 1989 apud SADALA, 2004).

A trajetória metodológica foi estruturada da seguinte forma:

Seleção dos Participantes - O recorte espacial escolhido para esta análise é o Sítio Histórico de Olinda. A dinâmica social e urbana do espaço é estuda baseada nos valores e atributos culturais apreendidos pelos moradores desta área. Como o que se pretende na pesquisa fenomenológica não é a generalização dos resultados, não foi necessário definir inicialmente uma amostra proporcional em relação a determinado universo de pesquisa, o mais importante é que esses moradores possam relatar de maneira consistente, suas experiências, sentimentos e emoções. O número desses participantes não foi definido nesta etapa, esse dado foi definido no decorrer da pesquisa, a depender da qualidade das informações coletadas.

Coleta de Dados – Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), todo tipo de pesquisa, em qualquer área, exige uma pesquisa bibliográfica prévia para o levantamento da situação em questão, para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa. A pesquisa bibliográfica permitiu uma melhor compreensão acerca da Teoria Contemporânea da Conservação e conceitos relacionados ao simbolismo e a representatividade do ambiente construído para a formação do sentimento de pertencimento e identidade do sujeito social. Informações sobre a área de estudo, bem como mapas e documentação fotográfica também foram levantadas nesta etapa.

Outras abordagens e instrumentos metodológicos utilizados para esta análise foram: [1] *Walkthrough*, que consiste num percurso dialogado completamente por fotografias, croquis gerais e gravações de áudio e vídeo, abrangendo todos os espaços, no qual os aspectos físicos servem para articular as reações dos participantes em relação ao este espaço. O [2] Mapa Comportamental é o registro gráfico das observações relacionadas com as atividades dos usuários em um determinado espaço, este instrumento possibilita: (a) identificar os usos, os arranjos espaciais, os fluxos e as relações espaciais observados; (b) indicar as interações, os movimentos e a distribuição das pessoas em um determinado espaço. Valendo-se de um conjunto de imagens pré-selecionadas a [3] Seleção Visual é um instrumento adequado para identificar os valores e os significados agregados pelos usuários aos espaços analisados, ele possibilita fazer emergir o imaginário, os símbolos e os aspectos culturais de um determinado grupo de usuários, bem como avaliar o impacto causado por determinadas tipologias arquitetônicas, organizações espaciais, sobre a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. O [4] Mapa Mental consiste na elaboração de desenhos ou relatos de memória representativas das ideias ou da imageabilidade que uma pessoa ou um grupo de pessoas têm de um

determinado ambiente. Os desenhos tanto podem incorporar a experiência pessoal como outras informações, quanto experiências relatadas por outras pessoas, pela imprensa falada ou escrita, ou pela literatura. Por fim, a [5] Poema dos Desejos permite que os usuários de um determinado espaço declarem, por meio de um conjunto de sentenças escritas ou de desenhos, suas necessidades, sentimentos e desejos relativos ao edifício ou espaço analisado (RHEINGANTZ [et al.], 2009).

Análise dos Dados – O trabalho de interpretação e análise dos dados obtidos na etapa anterior deverá seguir os seguintes passos:

1. Leitura/escuta geral do material obtido;
2. Transcrição de depoimentos, dando atenção á características do discurso, como contradições, pausas e organizações das ideias expostas;
3. Análise dos elementos coletados;
4. Categorização desses elementos dentro de uma perspectiva pré-determinada.
5. Elaboração de texto síntese.

Construção dos Resultados – As principais considerações foram obtidas a partir da compreensão dos dados coletados e da análise desses dados buscando convergências dentro do universo das experiências investigadas, dessa forma foi possível conhecer a essência do fenômeno pesquisado. Assim, foi ampliada a compreensão dos significados para uma discussão científica.

Por fim, faz parte dessa etapa, como movimento natural, a exposição da evolução de do conhecimento em relação aos autores estudados, aos sujeitos da pesquisa e a própria experiência adquirida durante todo o processo.

2 TEORIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E EXPERIÊNCIA SOCIOESPACIAL

Este capítulo trata de como o patrimônio cultural é essencial no processo de identificação individual e coletiva onde sua função simbólica se dá a partir de elementos sociais, culturais e psicológicos das pessoas, que são importantes para a formação de sua identidade. Esta utilização do patrimônio como potencializador dessa identidade social é um dos principais aspectos de legitimação de sua conservação.

Sobre a função social dos bens culturais, Souza Filho (2006) destaca que os patrimônios naturais e culturais são elementos fundamentais das civilizações e de cultura dos povos, e a possibilidade de seu desaparecimento é assustadora, pois ameaça o desaparecimento da própria sociedade. Enquanto conservar o patrimônio natural é garantir a sobrevivência física da humanidade, que necessita do ecossistema para existir, o patrimônio cultural garante a sobrevivência social dos povos, porque é produto e testemunho de sua vida. Um povo sem cultura ou dela afastado, é como uma colmeia sem abelha rainha, um grupo sem norte, sem capacidade de escrever sua própria história e, portanto, sem condições de traçar o rumo de seu destino (SOUZA FILHO, 2006).

É correto afirmar que a noção de patrimônio foi fundamentada pela relação entre um espaço geograficamente definido e a articulação da dinâmica entre os diversos grupos sociais e culturais que vivem ou circulam pelo mesmo. Um determinado monumento ou centro histórico recebe esse tipo de importância a partir da construção de novos significados, significados estes que estão sujeitos a rearranjos ou modificações. É importante ressaltar que, na atual concepção, este conceito não mais se restringe aos bens reconhecidos como importantes obras de arte, mas também inclui os outros bens, que por algum motivo, a eles se foi agregada Significância Cultural.

É precisamente a partir da constatação da perda irreparável de um enorme patrimônio compacto, homogêneo, não necessariamente monumental e sim cotidiano, doméstico, familiar, que constituía desde sempre o entorno imediato dos habitantes dos centros antigos, que desperta essa componente emocional e psicológica, ao comprovar a definitiva desaparição de bens e de memórias coletivas, que cada um possuía tanto a nível consciente como inconsciente (LAGUNES, 2011, p. 24).

Em cada bem cultural essa significância pode ser reapropriada, de acordo com um período temporal específico e um experienciador ou grupos experienciadores específicos, este fato torna o Patrimônio Cultural dinâmico.

Sobre este assunto, Choay (2001) afirma:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é selecionado e localizado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001, p.18).

Entretanto, com uma sólida teoria, na prática, o que se observa, é um nível de negligência em relação a estes conceitos, mesmo o patrimônio cultural sendo dinâmico por parte dos órgãos responsáveis por esses bens. Os pressupostos destas questões estão sendo levados em consideração de maneira secundária, o que as tornam facilmente esquecidas também, diante da exploração econômica do bem histórico.

Seguindo esse conceito, o papel do Estado como agente gestor destes espaços é fundamental, porém, observa-se que algumas intervenções promovidas pelo poder público, tendo a salvaguarda do patrimônio de determinadas áreas como principal discurso, tem servido como justificativa para a promoção de “remanejamentos sociais”, visto que as maiores preocupações tem relação com os valores econômicos e não com os valores culturais.

Para Cruz (2012) o termo “patrimonialização” se refere “*a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial*”. Historicamente, segundo a autora, essa atividade teve início com a Revolução Francesa e a necessidade de intervenção do Estado visando à proteção do patrimônio material da França, incluindo-se edifícios e obras de arte, se consolidando mundialmente após a 2^a Guerra Mundial. No Brasil, as primeiras medidas datam do início do século XX, cujo surgimento do Modernismo também trouxe o receio da demolição de obras arquitetônicas anteriores a esse período para dar lugar a novas construções.

Por fim, Cruz (2012) completa:

Tais excertos corroboram a ideia de que o “patrimônio cultural” não é mais que a memória de nós mesmos e, também por isso, são referenciais sociais, espaciais, históricos e existenciais. Nesse sentido, o direito à memória afigura-se como um direito fundamental de todo ser humano. Todavia, o mesmo esbarra em outro direito igualmente universal: o direito à mudança, à transformação, ao novo. A “patrimonialização do patrimônio” somente pode ser compreendida, portanto, no contexto do complexo e contraditório processo de produção do espaço (CRUZ, 2012, p. 100).

A predominância de “interesses econômicos” se torna motivo de atenção quando se observa uma transformação das áreas históricas em “cenários”. Este processo ocorre, possivelmente, devido a pouca ou inexistente participação da comunidade nas novas atribuições de usos e valores das áreas que serão objeto de intervenção. Mesmo com alguns

avanços em relação à participação social em alguns processos de planejamento, as ações de conservação do patrimônio ainda são privilégios de técnicos especialistas, que não vivenciam o espaço ou possuem algum tipo de relação subjetiva com o lugar, assim como as ações não demonstram o interesse pelo conhecimento da dinâmica social.

As atuais legislações de salvaguarda do patrimônio arquitetônico privilegiam componentes externos dos imóveis tombados (fachadas, cobertas, calçadas), correndo o risco de transformar esse patrimônio em espetáculo e desta forma, muitas vezes não contemplando a habitabilidade dos moradores destes imóveis. A conservação do patrimônio cultural deve ser entendida como forma de registro histórico, por servir de base material para a memória social e na construção de identidades, logo, as intervenções não devem buscar apenas a manutenção de uma “imagem”.

A discussão acerca dessa problemática sugere a necessidade de uma maior compreensão do processo de intervenção praticado hoje, e através dela, também uma maior compreensão das experiências socioespaciais vivenciadas em áreas históricas. Relacionar legislação, teorias de restauro e sociedade, pode diminuir danos culturais e na relação entre o morador com o próprio sítio que ele habita.

2.1 TEORIA SOBRE RESTAURO E CONSERVAÇÃO, DE SALVADOR MUÑOZ VIÑAS

Um edifício não era visto como um bem que possuía valor histórico ou cultural, mas sim como um bem útil. Segundo Luso, Lourenço e Almeida (2004), o uso, antes do século XVIII, era o único argumento que justificasse fazer um edifício perdurar no tempo, porém, as intervenções a eles submetidas não podem ser designadas como ações de restauro tal qual se entende hoje.

Viollet-le-Duc (Paris, 1814 – 1879) foi um arquiteto que influenciou as ideias ocidentais acerca do restauro em sua época, defendendo a destruição de todos os acréscimos de outros períodos a fim de restituir originalmente o edifício. Para ele, era necessário direcionar o monumento ao seu estado mais puro, mesmo que este nunca tenha existido, e mesmo que para tal, o restaurador tivesse que assumir o papel do projetista, optando pela reconstrução do monumento, melhorando os defeitos e procurando um ideal do seu estilo. Contemporâneo ao arquiteto francês, mas com ideias opostas, John Ruskin (Londres, 1819 – 1900), chamava os acréscimos de “mentiras arquitetônicas”, para ele as obras do passado deveriam se manter intactas, afirmando posteriormente, que o restauro seria necessário apenas estruturalmente, mas sem preocupação com os meios utilizados nessa intervenção. Como

reação aos conceitos de restauro defendidos por Viollet-le-Duc e Ruskin, surge na Itália uma corrente que defende o restauro de um edifício priorizando a conservação de seus valores históricos e artísticos, tendo Camillo Boito (Roma, 1836 – 1914) como principal nome. Para ele todas as partes do monumento deviam ser respeitadas, considerando seus acréscimos como testemunha de sua própria história, assim, o valor histórico que possuem seria o máximo valor a preservar e as intervenções de restauro só deviam ser executadas quando necessário. Boito defendia a manutenção do edifício ao longo do tempo de modo a evitar o restauro, mas quando necessário, este deveria ser realizado diferenciando a obra antiga da moderna, a fim de evitar restauros estilísticos que falsificavam os monumentos. Posteriormente Gustavo Giovannoni (Roma, 1873 – 1947) defende que caso os acréscimos sejam absolutamente necessários, estes deveriam ser identificados e datados, através da utilização de novos materiais que se adaptem harmoniosamente aos originais, no entanto, elementos de outras épocas, incorporados aos edifícios, deveriam ser respeitados e identificados, podendo ser removidas as partes sem valor quando esta remoção não afetasse o bem (LUSO, LOURENÇO e ALMEIDA, 2004).

Todos esses restauradores ora divergiam, ora se complementavam em seus pensamentos acerca da temática da conservação do patrimônio arquitetônico, porém, essas “teorias clássicas” apresentam em comum certa restrição, tanto conceitual quanto prática, na delegação dos responsáveis pelas tomadas de decisões sobre o que restaurar e como restaurar. Em 2003, Salvador Muñoz Viñas, Diretor do Departamento de Conservação e Restauração de Bens Culturais, da Universidade Politécnica de Valência, Espanha, publica o livro *Teoría Contemporánea de la Restauración (Contemporany Theory of Conservation*, em sua versão em língua inglesa, revisada, ampliada e publicada no ano seguinte), contribuindo com uma nova perspectiva, em contraponto ao que era estudado até então.

Viñas (2004) propõe uma teoria da restauração, mas que não se restringe especificamente a este universo. Tendo como ponto de partida uma reflexão sobre as modernas práticas conservacionistas, o autor procura relacionar determinados princípios que auxiliem os profissionais da atualidade, na resolução de conflitos subjetivos e práticos que possam ocorrer durante o processo de intervenção de uma obra.

Para o autor, o interesse maior para conservação de um bem não deve estar mais nos objetos, mas sim nos sujeitos, denominado “intersubjetividade”, ou seja, as intervenções devem ser realizadas com a participação das pessoas para os quais o objeto tem significado, e assim contempla a percepção de todos os envolvidos e não apenas os especialistas, como nas Teorias Clássicas. Na Teoria Contemporânea da Restauração, a absoluta “originalidade” dá

lugar para a significância cultural e para o simbolismo, sejam estes sentimentais ou sociais (VIÑAS, 2004).

A restauração não é uma atividade neutra ou transparente para o objeto; pelo contrário, sempre tem um impacto sobre sua evolução, e implica na realização de uma série de escolhas técnicas, porém, também ideológicas. Não existe a restauração plenamente objetiva, porém, se existisse tampouco seria uma razão que a fizesse melhor. Se restaura para as pessoas e não para os objetos (VIÑAS, 2004, p. 91).

A publicação está dividida em três partes, além dos capítulos destinados a Introdução e Conclusões Finais.

A primeira parte, “*Identidad y Fundamentos de la Restauración*”, se inicia com os conceitos de Conservação e de Restauração, na sequência, como o próprio título do capítulo já sugere, são apresentados os fundamentos da restauração em contraponto com as definições, instituídas até o momento, do quê e para quem restaurar. Para Viñas (2003), as teorias que sempre sustentaram esta temática, se limitam a valores estéticos e científicos, isso sugere que nem todos os bens possuem valores suficientemente sólidos que sustentem sua conservação, excluindo aspectos sociais, ideológicos, religiosos, entre outros, e que também são essenciais para essas intervenções.

O autor, ainda na primeira parte, mostra os diversos conceitos relacionados ao que ele denomina “objetos de restauração”, classificando-os em categorias como antiguidades, obras de arte, objetos historiográficos e bens culturais, entre outros. Sobre esses objetos, se relacionam valores que os correspondem a aspectos imateriais da realidade, sendo estes, signos de aspectos intangíveis de uma cultura, de uma vivência, de uma história e de uma identidade, ou seja, signos especialmente privilegiados por um coletivo. Ainda sobre esses objetos, o autor faz uma aprofundada análise sobre os aspectos simbólicos dos mesmos. Este estudo também inclui um estudo acerca da conservação das informações e o estado de risco, o que para o autor, também auxilia numa espécie de mapeamento dos objetos e das motivações para seu restauro (VIÑAS, 2004).

Uma crítica a diversos conceitos comumente presentes em teorias anteriores é feita na segunda parte do texto, intitulada “*La Crítica de los Conceptos Clásicos*”. Temas como autenticidade, objetividade, legibilidade e universalidade do patrimônio, entre outros, tem sua aplicabilidade confrontada com um modo de restauro contemporâneo, e dessa forma o Viñas (2004) apresenta uma de suas maiores contribuições, transferindo o protagonismo das intervenções de conservação e restauro, do objeto como materialidade, para os significados e sentimentos de pertencimento que os mesmos possuem em relação aos seus grupos experienciadores. Essa nova perspectiva pode ser observada, por exemplo, no momento em

que o autor aproxima o conceito de autenticidade, de um estado puramente primitivo do objeto, como defendem as teorias clássicas, para fatores materiais e função desses objetos, visto que qualquer outra definição do estado de autenticidade do mesmo é reflexo apenas do que uma pessoa ou grupo de pessoas pense que deveria ser esse “estado de verdade”. As diferentes características pessoas e os diferentes níveis de relação com o objeto influenciam na definição de um estado autêntico preferido, como afirma Viñas (2004, p. 91): “A ciência de que existe um estado de verdade mais verdadeiro que outros, um estado superior aos demais, é uma manifestação de soberba intelectual ou uma falta de imaginação para pensar outras atitudes distintas da própria”.

Ainda nesta parte da publicação, o autor relaciona ciência e restauração e observa que com a substituição do papel de formas objetivas de conhecimento material, como os que fundamentam as ciências, pela subjetividade, as motivações para as ações de conservação e restauro se tornam decisões culturais e não mais exclusivamente técnicas, visto que os objetos a serem restaurados possuem natureza histórica e documental, mas também artística, sentimental, religiosa, entre outros, e que nem sempre podem ser apreendidas ou aferidas mediante conhecimentos puramente científicos e técnicos.

Em “Ética de la Restauración”, terceira e última parte da teoria de Viñas (2004), o autor entra na questão das mudanças socioculturais contemporâneas e sua repercussão no campo da conservação e do restauro, esse quadro faz com que as teorias clássicas não abarquem todas as novas questões ligadas aos objetos de restauração, sobretudo em se tratado da valorização de seus usos e funções, e, mais uma vez, o autor destaca os papéis do restaurador e dos sujeitos, reconhecendo essas responsabilidades. Desta forma, a ética da restauração, indicada no título desta parte da publicação, não está sustentada pelos clássicos critérios científicos e já universalmente valorizados, mas pela interdisciplinaridade e pelo diálogo, como descreve Viñas (2004, p. 169): “As normas de carácter general estão limitadas por sua própria vontade de universalidade: se são universais devem de ser necessariamente ambíguas, e quanto mais precisas são, resultaram menos universais”.

O campo da sustentabilidade também contribui para a definição dessa teoria. Para o autor, os objetos de restauração devem oferecer a possibilidade de adaptação às novas necessidades, sendo assim, os preceitos sustentáveis não só compactuam com a manutenção econômica das intervenções e do próprio bem, mas também com a manutenção das necessidades subjetivas de seus experienciadores.

2.1.1 Valores dos Objetos de Restauração

É comum que os objetos de restauração sejam avaliados e tenham suas intervenções justificadas a partir de critérios estéticos e culturais, porém, atualmente, outros pontos também estão sendo levados em consideração na tomada de decisões dessas atividades, como fatores políticos, sociais e principalmente fatores econômicos. Essa diversidade de valores, compartilhada pelos bens patrimoniais, favorece a manutenção e o fortalecimento de seus significados.

Para a Teoria Contemporânea da Restauração, os valores associados aos objetos de restauração justificam e orientam um caminho para sua conservação, visto que a relação dos sujeitos com esses objetos são baseadas nesses valores apropriados, e que estão em constante transformação, assim como a própria relação citada. Ainda para esta Teoria, os valores são atribuídos pelos sujeitos, logo, não apenas os bens culturais considerados objetos de restauração são aqueles predominantemente relacionados aos valores históricos e artísticos, mas também são aqueles ligados à valores religiosos, ideológicos, entre outros. Isso é possível devido ao reconhecimento dos significados desses objetos de restauração, por parte dos sujeitos, atribuindo-lhes valores (VIÑAS, 2004).

A elucidação da atividade da conservação enquanto uma prática social aponta a necessidade de compreensão de como se dão as formas de atribuição de valor ao patrimônio, ou seja, como os objetos, coleções ou edificações e lugares são reconhecidos como patrimônio, já que estes surgem de julgamentos de valor e decisões conscientes, onde os valores podem ou não estar explicitados. E é o entendimento deste processo que nos permite dizer, em última instância, que a finalidade da conservação não vai ser mais a manutenção dos bens materiais por si mesmos, mas sim a manutenção dos valores neles representados (ARAÚJO, 2012, n. p.).

Lacerda (2012) aponta como um desafio na valorização dos bens patrimoniais, a conciliação dos diversos tipos de valor e, portanto, faz-se necessária a conceituação dos mesmos.

O **valor de antiguidade** é considerado um valor de fácil compreensão por parte da sociedade em geral, visto que as marcas do tempo presentes no objeto valorado provocam uma sensibilização instantânea no sujeito, se opondo aos valores de contemporaneidade. O **valor artístico**, de extrema subjetividade e por isso, dependente do sujeito que o atribui. A denominação valor artístico relativo se torna preferível por ser um tipo de valor orientado por preferências estéticas influenciadas por culturas específicas e por período de tempo específico. O **valor histórico** está relacionado com a capacidade que o objeto de restauração apresenta em testemunhar e documentar etapas particularmente marcantes da evolução das

atividades humanas, mas cuja atribuição de valor é determinada por nossas preferências atuais, remetendo àquilo que jamais pode ser reproduzido (LACERDA, 2012).

Se o passado é culturalmente construído, o valor histórico, por si só, está impregnado de **valor cultural** na medida em que reforça a identidade social. Ora, é a consciência do passado que permite criar uma identidade comum entre este, o presente e o futuro. Trata-se de referências históricas relativas a uma determinada comunidade. [...] Sendo os bens patrimoniais reconhecidos pelos seus valores culturais, eles são plenos de **valores simbólicos**. É importante esclarecer que o simbólico pressupõe uma competência imaginária que se exprime por uma capacidade de ver as coisas tais como elas não são, de vê-las diferentemente do que elas são (LACERDA, 2012, p. 47 – 48).

Ainda sobre valores simbólicos, a autora completa: “Cada grupo, cada sociedade, cada época cria os seus símbolos. Sendo assim, o bem patrimonial-símbolo produz uma comunicação profunda com o seu próprio meio social” (LACERDA, 2012, p. 49).

Atribuir valores históricos, artísticos, culturais e simbólicos a um objeto de restauração, significa reconhece-lo também como narrador de sua própria memória, e, portanto, possuidor de um **valor cognitivo**, visto que nele também é reconhecido o valor de seus sujeitos. O **valor econômico** de um bem patrimonial está na sua utilidade, ou seja, na identificação uma demanda de utilização relacionada ao potencial do bem enquanto fonte de crescimento econômico, logo, esse valor está sempre associado a um **valor de uso**.

Há um outro valor econômico relacionado com a própria valorização do bem após a sua recuperação. Quando se trata, por exemplo, de um imóvel de valor histórico, artístico e cultural, essa valorização pode ser quantificada mediante a diferença entre o preço de mercado e o preço de venda o imóvel antes do processo de restauro. É o mercado o grande parâmetro para se aferir a valorização mobiliária (LACERDA, 2012 , p. 50).

Preservar também significa criar um processo de transmissão entre gerações atuais e futuras, essa transmissão só garante uma eventual possibilidade de uso de um bem patrimonial, visto que, cada geração avalia o que seja esse bem a partir de um conjunto de valores relativos, o **valor de opção** tem justamente a importância de atribuir a esses bens uma futura possibilidade de uso, mesmo que não esteja gerando utilidades no presente, impondo limites que evitem intervenções físicas desastrosas. O **valor de existência** é um valor dado a bens pelo simples fato de existirem, por testemunhar sua própria sobrevivência ao longo do tempo, se fundamentando nos conceitos de singularidade e irreversibilidade, o que se valoriza é a sua existência, um valor claramente não relacionado com o uso no sentido prático, muito embora ele possa ser complementar ao valor de uso (LACERDA, 2012). Essencialmente, o valor de existência é considerado fundamental, visto que um objeto de restauração precisa existir para que outros valores sejam atribuídos a ele.

Para o entendimento desta pesquisa, importante reconhecer e considerar a possibilidade de atribuição de todos os tipos de valores citados, por parte dos sujeitos experienciadores em relação aos objetos analisados, no entanto, a dinâmica social dessa experiência configura uma forma de hierarquia, bem como permite a ausência ou o surgimento de novas tipologias de valores.

2.2 CONSERVAÇÃO INTEGRADA

A Conservação Integrada teve origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, representado pelo processo de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, ocorrido nos últimos anos da década de 1960, e encabeçado por políticos e administradores do Partido Comunista. Nos anos 1970 e 1980, os mesmos princípios foram replicados em outras cidades da Itália e da Espanha, representando, nesses países, uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular. As primeiras ações de Conservação Integrada foram feitas em antigas áreas residenciais nas periferias dos centros históricos, priorizando a recuperação da estrutura física, econômica e social e mantendo-se os habitantes (ZANCHETI e LAPA, 2012).

A sistematização dos princípios da Conservação Integrada aparece na Declaração de Amsterdã (Apêndice), apresentada no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, em 1975, estabelece à responsabilidade ao poder público levando em consideração a participação do cidadão, visto que os fatores sociais condicionam o resultado de toda política de Conservação Integrada, sendo fundamental uma reestruturação legislativa e administrativa que busque uma qualidade técnica e financeira dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio arquitetônico, considerando a continuidade de suas relações socioespaciais (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, In CURY (org.), 2004, p. 202 – 210).

Para Zancheti (2007), um dos principais recursos metodológicos da Conservação Integrada é o entendimento dos territórios urbanos como áreas que são ou foram conformadas segundo culturas locais bem definidas. O território é o campo de manifestação e representação da diversidade cultural, é visto de uma perspectiva antropológica no qual a ação do homem se dá mais pela superposição e justaposição dos resultados da sua ação do que pelo cancelamento da herança do passado. Ainda para o autor, no contexto da Conservação Integrada, a gestão é entendida como um processo de negociação entre atores públicos e privados capazes de intervir no processo de transformação das estruturas urbanas existentes, em busca de acordos sobre objetivos, métodos de atuação e responsabilidades. A gestão ganha

posição central nas novas abordagens pelo reconhecimento que técnicos, políticos e administradores públicos têm da necessidade de formação de consensos parciais entre os atores, para tornar a ação pública minimamente eficaz e eficiente (ZANCHETI, 2007).

Vieira, Oliveira e Lira (2011), afirmam que a população deve participar de todo o processo de intervenção numa área histórica, desde o inventário dos bens patrimoniais até a definição das decisões de como esta ação será realizada. A Conservação Integrada busca a responsabilidade coletiva dos órgãos governamentais locais e dos cidadãos, propondo inclusive, técnicas de pesquisa para conhecer a opinião dos grupos envolvidos nos planos de conservação e levá-la em conta desde a elaboração dos seus projetos. As autoras recomendam que o poder local direcione parte de seus recursos à política da conservação, solicitando aos governos a criação de fundos específicos para o financiamento de tal atividade. Sugerem também, também a criação de um ambiente institucional que permita a construção de uma relação entre usuários/investidores potenciais e proprietários dos edifícios históricos. A linguagem na abordagem ao público participante deve ser clara e acessível, buscando o interesse e apreciação da sociedade nos assuntos que se referem ao patrimônio, podendo ser utilizadas reuniões abertas ao público, exposições, sondagens de opiniões, meios de comunicação ou qualquer outro meio que se julgue adequado ao alcance deste objetivo, visto que uma política de conservação implica também a integração na vida social (VIEIRA, OLIVEIRA e LIRA, 2011).

A Conservação Integrada observa a cidade através de uma perspectiva de integração urbana com seus valores sociais, correspondendo a um conjunto de ações de gestão que busca a reabilitação e valorização de áreas históricas e de significativo valor cultural, adequando-as a realidade contemporânea, com contribuição econômica e cultural local e a participação social como fator primordial nesse processo.

3.2.1 Conservação Integrada: Intervenções à Luz de uma Estratégia de Gestão Patrimonial Urbana

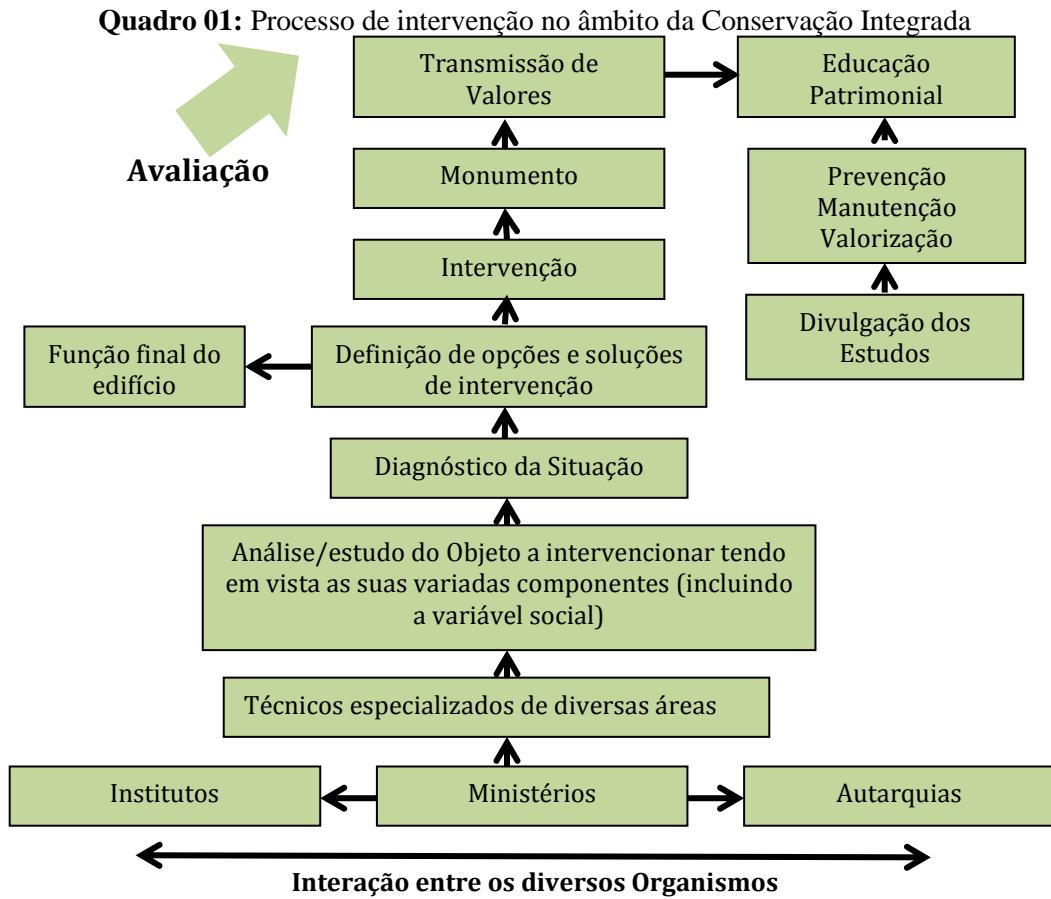
A proposta da Conservação Integrada está fundamentada nos ideais de planejamento integral, buscando romper com as fronteiras da restauração e da conservação, incluindo a noção de monumento dentro de um contexto urbano. Partindo dessa premissa, Belchior (2006) introduz o tema afirmando que esse modelo passa pelo próprio Patrimônio, pelo processo de Intervenção e pela Educação Patrimonial, que interagem entre si, se complementam e devem estar bem definidas para que a “Política” de Conservação Integrada seja considerada eficiente.

Ainda para a autora:

[...] deve ser efetuado o estudo da malha urbana, pois o elemento não está isolado, mas sim integrado numa malha que vai obrigatoriamente condicioná-lo a vários níveis. A sua construção em determinado local não foi aleatória, vários elementos contribuíram para esse fato, consoante a época, tipologia e recursos materiais e humanos. Torna-se, pois, importante, conhecer esses componentes. É a noção de conjunto e não de elemento isolado, que se deve dar atenção. Por isso, a vertente estética também deve ser tida em conta, assim como, a volumetria, o cromatismo, a disposição espacial ou geometria do conjunto, que são elementos fundamentais, de forma a não tomar decisões que poderiam descharacterizar o individual e o conjunto a valorizar (BELCHIOR, 2006, p. 83).

O próprio objeto de restauração, essencialmente, pode ser considerado um transmissor de valores, sejam arquitetônicos, históricos, culturais, sociais, entre outros, porém, esses valores necessitam estar em constante efetivação e é neste ponto que a Educação Patrimonial deve atuar, com estratégias de conscientização de proteção e valorização do patrimônio, envolvendo não só os técnicos especialistas da área, mas também a população, seja ela composta por experienciadores diretos ou não, e desta forma, se cria uma situação de cooperação, fruição e participação coletiva. A responsabilidade pela gestão dessas estratégias deve ser dos diversos órgãos ligados à área do Patrimônio Cultural.

Após a definição da intervenção mais adequada, é importante que todas as etapas (Quadro 01) sejam divulgadas visando uma maior interação entre a sociedade e a ações escolhidas, sendo esta divulgação uma mais-valia para a continuidade do processo, visto que, não existe uma divulgação sistemática do conceito de defesa patrimonial, o faz com que o cidadão constantemente afirme que a presença e atuação das autarquias ligadas ao Patrimônio sejam demasiado morosas, prejudicando a relação do mesmo com o objeto de restauração, sobretudo na aplicação de penalizações financeiras e judiciais (BELCHIOR, 2006).



Fonte: BELCHIOR, 2006, p. 86

O conceito de Conservação Integrada também abarca a questão da funcionalidade dos objetos de restauração, visto que esta pode ser fundamental para a própria conservação, manutenção e valorização dos mesmos.

Belchior (2006, p. 90) resume as várias etapas do processo de Conservação Integrada e que devem ser trabalhadas, discutidas e melhoradas, da seguinte forma:

- definição de conceitos ao nível dos objetos de restauração;
- interação entre os diversos organismos e entidades;
- conjugação de esforços entre equipes multidisciplinares;
- avaliação;
- manutenção periódica;
- mecanismos de divulgação;
- política de Educação patrimonial.

É importante destacar que, mesmo se tratando de áreas históricas, as necessidades contemporâneas devem ser contempladas e esse é um dos desafios da gestão patrimonial urbana nesses núcleos, mas também é uma das principais formas de manutenção, e consequentemente, conservação de um bem. Acerca desta temática, Pontual (2012) aponta

como pré-requisitos para o planejamento da conservação do patrimônio cultural com a perspectiva da sustentabilidade (Apêndice) diretrizes que envolvem, sobretudo, uma maior sensibilização social para a importância do patrimônio cultural, e assim, assegurar a manutenção e a conservação dos valores desses bens (PONTUAL, 2012, p. 94).

A Teoria Contemporânea da Restauração e a Conservação Integrada são algumas das teorias que colocam, sobretudo, o morador como protagonista em um processo de conservação de um monumento ou área de interesse histórico, porém, observa-se um ruído na comunicação ou até mesmo a falta de diálogo entre os órgãos patrimoniais e a população local, logo, esses conceitos, que não são novos, possivelmente não estão sendo aplicados no Sítio Histórico de Olinda.

3. ESPAÇO, ARQUITETURA E PERTENCIMENTO

Este capítulo tem como propósito analisar as relações sociais sob a perspectiva de sua dimensão espacial, considerando este tema como essencial para a existência da sociedade, reconhecendo também, o espaço construído como componente fundamental para esta teoria, discorrendo sobre os produtos das relações sociais e que imprimem sinais no cotidiano dos lugares, nos hábitos e atividades de um grupo, refletindo em seus usos e atributos, sobretudo culturais.

Para Carlos (2014), essa abordagem aponta para a ideia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço específico, como condição da sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, consequentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especialidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo. A autora ainda sugere que é necessário considerar a reprodução da sociedade como um todo, realizando-se através da produção/reprodução do espaço. A sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço – tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido. Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente. Esse caminho indica a iminência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade (CARLOS, 2014).

Memória é um conceito básico e fundamental para o estudo da relação entre um espaço e seus usuários, em se tratando de como o uso desses espaços, por partes de seus grupos sociais, se reflete em sua estrutura física, humanizando o mesmo ao se projetar a subjetividade de seus integrantes sobre o tempo vivido em determinado lugar.

Entende-se *Memória* como reflexo da relação entre passado, presente e futuro de cada usuário dos lugares e delimita um princípio importante no reconhecimento do potencial simbólico e apropriativo dos espaços construídos. Todo espaço conta sua própria história e as pessoas encontram nos mesmos os elementos essenciais para construir as suas próprias histórias individuais e coletivas. Dessa forma, podemos afirmar que a memória é o “cimento de construção” para a identidade dos grupos socioculturais e vice-versa (DUARTE, 2007).

Para Le Goff (1990), o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Ainda para o autor, a memória é um elemento essencial

do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Abreu (2014) diferencia “memória urbana” e “memória da cidade” da seguinte forma:

Distinguiremos, entretanto, a “memória urbana”, que a nosso ver trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano *per si*, sem a obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico, e à “memória da cidade”, que referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. Essa distinção é importante para que discutamos porque a História, que tanto pode contribuir para o resgate da memória de uma cidade, vem contribuindo tão pouco para isso (ABREU, 2014, p. 31).

Sendo assim, a “memória das cidades” é constantemente produzida e deve ser registrada no cotidiano das mesmas dando seu devido valor, o que auxilia na sua preservação e, neste caso, é papel fundamental da memória individual de seus usuários.

Sobre “memória individual” Abreu (2014) acrescenta:

A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas especiais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável, e é por isso que as “histórias orais” e as “memórias de velhos” vêm hoje se difundindo bastante no Brasil. [...] o espaço da memória individual não é necessariamente um espaço euclidiano. Nele, as localizações podem ser fluidas ou deformadas, as escalas podem ser multidimensionais e a referência, mais topológica do que geográfica (ABREU, 2014, p. 25).

Halbwachs (1990) afirma que “memória coletiva” é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um grupo que transcende o indivíduo, enfatizando o caráter familiar, grupal e social da memória, ou seja, o indivíduo que lembra é sempre o indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, a memória é sempre construída em grupo, mas é também sempre um trabalho do sujeito. Para o autor (1990), a capacidade de lembrar não é motivada pela ancoragem de um indivíduo a um espaço específico, mas pela ancoragem do grupo que o mesmo pertence àquele mesmo espaço: um espaço que foi compartilhado por uma coletividade por um tempo determinado, seja ele a residência familiar, a vizinhança, o bairro, o local de trabalho. Halbwachs (1990) afirma também, que a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, que seleciona do passado somente aquilo que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência de um grupo.

É preciso entender o significado dos grupos como determinante para construção da memória. A memória coletiva, em se tratando de coesão social, assume um papel singular no contexto de nossas sociedades contemporâneas. De acordo com Abreu (2014), a memória das cidades está sendo produzida a cada dia, por isso, deve-se prestar atenção ao presente e preocupar-se em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade. Abreu (2014) completa afirmando que não há como impedir que muitas dessas

memórias desapareçam, porém, muitas outras podem ser salvas, bastando atentar para seu valor futuro, deixando de pensar exclusivamente no aqui e no agora.

Todas as atividades de um grupo podem ser explicadas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo mesmo se torna um conjunto de elementos da dinâmica social. Cada elemento se torna facilmente reconhecível aos membros do grupo ao mesmo tempo em que o espaço faz lembrar pessoas e relações sociais ligadas a ele, se tornando também, fonte de narrativas.

3.1 ESPAÇO E PRODUÇÃO SOCIAL

Em Arquitetura, Zevi (1996, p. 18), se refere ao conceito de Espaço como: “*o espaço interior, o espaço que não pode ser representado perfeitamente em nenhuma forma, que não pode ser conhecido e vivido a não ser por experiência direta, é o protagonista do fato arquitetônico*”, o autor ainda afirma que o que define a arquitetura como forma de arte não são os elementos estruturais das construções, mas sim o espaço criado no vazio formado por estes elementos.

Existe certo consenso a respeito da diferença entre os conceitos de “Espaço” e “Lugar”. O primeiro tem uma condição genérica, indefinida e o segundo possui um caráter concreto, existencial, articulado. O Espaço se baseia em medidas, posições e relações, é quantitativo, se apresenta mediante geometrias tridimensionais, é lógico, científico e matemático. É uma construção mental. Ainda que o Espaço seja sempre delimitado, por sua mesma essência tende a ser infinito e ilimitado. O Lugar surge definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos, é ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano (MONTANER, 1994).

Para as Ciências Sociais, como afirma Santos (2014), a definição de Espaço só pode ser encontrada em relação a outras realidades, o Espaço deve ser considerado um conjunto com participação, de um lado, um arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais, e, de outro, a sociedade em movimento, ou seja, um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos, não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Ainda para o autor, os objetos ajudam a concretizar uma série de relações, sendo o resultado da ação do homem sobre o próprio Espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais.

Sendo assim:

A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. O lugar, portanto, liga-se de modo inexorável à realização da vida como condição e produto do estabelecimento das relações reais indispensáveis a ela, mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada. Deste modo a noção de produção (e consequentemente a de reprodução) é fundamental para o entendimento desse processo, como já foi apontado (CARLOS, 2007, p.41).

Berthoz (2005) propõe uma análise da experiência do Espaço a partir da consciência do corpo. Para o autor, o cérebro humano estabelece relações com o Espaço, em três níveis:

Primeiramente, o cérebro é, ele mesmo, o reflexo do corpo, que contem modelos internos de propriedades geométricas e dinâmicas. Ou, o corpo próprio é, ele mesmo, espacial: ele é, a sua vez, sujeito que percebe e objeto percebido, ele se funde com o espaço. Segundo, ele dispõe de captores especializados que percebem aspectos particulares do espaço. Terceiro, ele combina e transforma as sensações oferecidas pelos captores em um espaço percebido e assegura a coerência e a unidade dessa percepção. Enfim, ele integra esse espaço percebido ao que denomino espaço vivido, ou seja, a conjugação das intenções, crenças, emoções e ações que gera o sujeito que percebe. Mas, esse movimento tem um sentido duplo: O espaço percebido é também construído a partir do espaço vivido. É preciso entender por esse termo a ideia de que o espaço não é exterior ao caráter intencional e projetivo do funcionamento do cérebro (BERTHOZ, 2005, p. 127 e 128).

Ainda para o autor (2005), o espaço percebido é marcado pelas intenções e pela história do sujeito que percebe, dependendo também do sexo do mesmo e influenciado pelas emoções: o espaço da pessoa deprimida é restrito, o que acompanha a alegria é engrandecido pelas emoções. Já o espaço vivido por uma pessoa obesa ou anoréxica é um espaço subjetivo que nada tem a ver com o caráter objetivo do corpo real, o claustrofobo em um avião ou em um elevador, por exemplo, se vê em perigo e entra em pânico. O cérebro combina e transforma as sensações oferecidas pelos captores em um espaço percebido e assegura a coerência e a unidade dessa percepção. Enfim, ele integra esse espaço percebido ao que denomino espaço vivido, ou seja, a conjugação das intenções, crenças, emoções e ações que gera o sujeito que percebe (BERTHOZ, 2005).

Berthoz (2005) afirma também que os referenciais utilizados pelo cérebro para orientar as ações humanas no espaço são fundamentais. As experiências perceptivas demonstram que o espaço visual percebido é diferente do espaço geométrico euclidiano. A visão, integrante do sistema vestibular, codifica o espaço por referenciais bem diferentes. O cérebro reconstitui uma percepção única e coerente de nosso corpo e do espaço.

Num outro enfoque, os espaços socialmente produzidos podem ser interpretados como um palco de ações protagonizadas pelas relações sociais, que, ao mesmo tempo, é o campo desta ação e fundamental para que a mesma aconteça. Neste contexto, a aplicação da Teoria da Produção do Espaço, de Henri Lefebvre (2000), se mostra extremamente adequada ao estudo da dinâmica urbana que se realiza na área escolhida como recorte espacial da pesquisa. Esta teoria integra, de maneira sistemática, o Espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis. A principal característica desta teoria é o estudo da Produção do Espaço dividido em duas abordagens interconectadas: a primeira de caráter linguístico, representado pelos conceitos de “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”, e a outra de caráter fenomenológico, referindo-se ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”.

A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance. *As representações do espaço*, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”. *Os espaços de representação*, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação (LEFEBVRE, 2000, p. 36).

Prática Espacial pode ser compreendida como a dimensão material das atividades e interações sociais, focando na articulação e conexão desses elementos. Pode-se pensar nas redes de interação e comunicação presentes na vida cotidiana. A Representação do Espaço dá uma imagem e desta forma também define o espaço. Uma representação espacial pode ser substituída por outra que mostre similaridades em alguns aspectos e diferenças em outros, podendo se utilizar da fala e consequentemente, de descrições e teorias, bem como mapas, plantas e documentação fotográfica que auxiliem na identificação de signos dentre esses representações.

A terceira dimensão da produção do espaço, Espaços de Representação, é definida por Lefebvre (2000) como o oposto da dimensão anterior, trata-se da dimensão simbólica do espaço, onde os espaços de representação não se referem ao espaço propriamente dito, mas ao processo de significação que se conecta a um símbolo (LEFEBVRE, 2000).

Lefebvre indica às três dimensões da produção do espaço de caráter fenomenológico, como sendo ao mesmo tempo individual e social, não é somente constitutiva da autoprodução do homem, mas da autoprodução da sociedade. Espaço Percebido: O espaço tem um aspecto perceptível que pode ser apreendido por meio dos sentidos, essa percepção constitui um

componente integral de toda prática social. Esse aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o “espaço”. Espaço Concebido: o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento. A junção de elementos para formar um “todo” que é então considerado ou designado como espaço presume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento. Espaço Vivido: a terceira dimensão da produção do espaço é a experiência vivida do espaço. Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. O vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos (SCHMID, 2005 e LEFEBVRE, 2000).

Sobre esta abordagem, Schmid (2005) conclui:

[...] um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido - uma “experiência”. A materialidade em si mesma ou a prática material de per si não possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade. O pensamento puro é pura ficção; ele vem do mundo, do Ser, do Ser material assim como de sua experiência vivida. A “experiência” pura é, em última análise, puro misticismo: ela não possui uma existência real (social) sem a materialidade do corpo na qual está baseada e sem o pensamento que a estrutura e expressa. Estas três dimensões da produção do espaço constituem uma unidade dialética contraditória. É uma tripla determinação: o espaço emerge somente da interação de todas as três. O núcleo da teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e, terceiro, a produção de significados (SCHMID, 2005, p. 103).

As relações sociais se concretizam no espaço, nos lugares onde se realiza vida humana, envolvendo um determinado consumo de tempo que se revela como forma de utilização do espaço em dois níveis: o individual, que se expressa plenamente no ato de habitar, e o coletivo, como realização da sociedade, portanto, na dialética entre o público e o privado. Nesta perspectiva, a noção de produção volta-se em direção a noção de apropriação. O uso do espaço se realiza através do corpo, sendo este considerado extensão do próprio espaço, e de todos os sentidos humanos, logo, a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os “rastros da civilização” (CARLOS, 2014).

3.2 ARQUITETURA COMO ESPAÇO EXISTENCIAL

Alguns elementos arquitetônicos carregam significados simbólicos, considerando suas relações com a dimensão da experiência afetiva, tais como: estilo arquitetônico, configuração espacial, materiais, cores, texturas, entre outros. No prólogo de sua abordagem sobre a história da arquitetura ocidental, Norberg-Schulz (2007) afirma que desde seu surgimento e desenvolvimento, a arquitetura vem auxiliando a humanidade a dar significado a sua própria existência. Esses significados são oriundos de fenômenos naturais, humanos e espirituais, a arquitetura tem a função de transformá-los em formas espaciais, ou seja, uma estrutura concreta do ambiente humano.

Com esse texto, o autor quer dizer que não se deve descrever a arquitetura levando em consideração apenas conceitos geométricos, mas sim, deve ser entendida em termos de formas significativas.

Se parte da convicção de que a arquitetura consiste em significados, mais que em função práticas. Estes “significados” são definidos como “existenciais” para acentuar sua participação integral na vida cotidiana. Podemos dizer, em geral, que uma das necessidades fundamentais do homem é a de experimentar “significados” no ambiente que o circunda. Quando isto, se verifica, o espaço se converte em um conjunto de “lugares”. Então o termo “Lugar” determina algo conhecido e “concreto”, enquanto que “espaço” indica as relações mais abstratas entre os lugares. Tal descrição de lugares e sistemas possui uma base fenomenológica convencional de obras arquitetônicas em termos geométricos e iconográficos (NORBERG-SCHULZ, 2007, p. 223).

Pode-se afirmar que um edifício manifesta seu significado apenas quando o consideramos integrante de um meio simbólico, em que todos os seus objetos possuem valores enquanto participantes nas ações humanas, ações estas que nunca são indiferentes ou dissociados ao edifício. Assim, este mesmo edifício possui um objetivo social que pode ser a expressão de um status de um grupo. Um conjunto de edifícios com esta mesma relação, pode representar um sistema social como uma totalidade, revelam relações cognitivas a eles associados como símbolos de uma mesma ideia, adquirindo valores que influenciam, por exemplo, em avaliações estéticas.

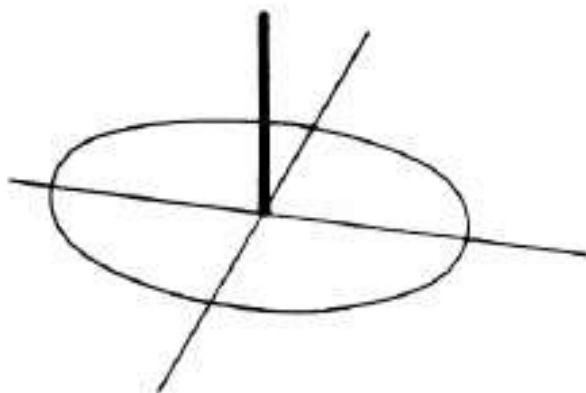
Norberg-Schulz (1975) nos apresenta o conceito de “Espaço Existencial” podendo ser definido como um sistema relativamente estável de “imagens” perceptíveis do ambiente circundante, sendo uma generalização abstraída das semelhanças de muitos fenômenos, esse espaço existencial tem “caráter objetivo”, ou seja, um espaço formado por um conjunto de esquemas mentais baseados na ação e na percepção de seus experienciadores. Estes esquemas expressam nossos modos de existência individual, social e com o entorno. Os significados experimentados constituem um espaço existencial que serve de palco para as ações humanas,

este espaço existencial não se identifica com o espaço geográfico, definido em termos puramente físicos, é determinado por propriedades experimentadas, processos e relações interatuantes (NORBERG-SCHULZ, 1975 e 2007).

O conceito “espaço existencial” tem um duplo significado: denota tanto os aspectos espaciais objetivamente descritivos de uma forma de vida intersubjetiva, como a imagem que o indivíduo criou das relações espaciais que formam parte de sua existência (NORBERG-SCHULZ, 2007, p. 225. Trad. Autor).

As imagens, por sua vez, são construídas partindo das estruturas condicionadas culturalmente ou socialmente, e de características específicas de um indivíduo ou grupo. Este espaço é um produto resultante da interação entre o universo percebido e a atividade humana, relação impossível de dissociar-se. A teoria dos espaços existenciais contempla tanto o aspecto abstrato, sendo estes esquemas gerais baseados em relações como proximidade, separação, continuidade, entre outros, e como os aspectos concretos, como a captação dos elementos circundantes. Segundo Norberg-Schulz (1975), a representação do Espaço Existencial (Figura 01) correspondente à postura humana centrada, vertical, direcionada, portadores de referências, de sentimento de pertencimento e valores, e de identidade para com o ambiente em que vivem.

Figura 01: Esquema de “Espaço Existencial”, segundo Norberg-Schulz (1975).



Fonte: NORBERG-SCHULZ, 1975, p. 25.

Para analisar e compreender o espaço existencial, segundo o texto de Norberg-Schulz (1975) é necessário o estabelecimento dos seguintes pontos: Centro e Lugar, sendo o Centro o meio de organização geral ou ponto de referência no ambiente, representa algo conhecido, e Lugar, meta ou foco onde experimentamos acontecimentos significativos e também são pontos de partida desde os quais nos orientamos. Direção e Caminho dividem o espaço em zonas mais ou menos bem conhecidas denominadas “áreas”. Região e Área, terreno sem estrutura composto de lugares e caminhos que unificam o espaço existencial, delimitada por

elementos naturais, atividades humanas, condições sociais ou características climáticas. A Interação Elemental estabelece os requisitos formais do lugar. Logo, os lugares, caminhos e regiões são elementos concretos do espaço existencial. Os lugares são o resultado do diálogo entre um interior e um exterior, os caminhos a articulação entre uma origem e uma meta e a região um meio de unificar os dois anteriores (NORBERG-SCHULZ, 1975).

Todo significado se revela em um lugar específico, com a percepção do mesmo, o homem constitui uma identificação que contribui na valorização de sua existência. Esse lugar, dentro de uma estrutura espacial definida, é fundamental para que as ações humanas possam ser produzidas.

O verdadeiro objetivo da arquitetura é contribuir para a construção significativa da existência humana, todas as outras funções, como as necessidades meramente físicas, podem ser satisfeitas sem arquitetura. O sentido do Espaço só existe a partir da experiência do “eu”, portanto, o sentido do espaço da arquitetura não está no interior da abstração do espaço, no interior da arquitetura, na relação entre o cheio e o vazio. Qualquer sentido que se possa atribuir está fora dele, muito além de sua superfície. Está no interior de quem o vivencia, está nas pessoas que nele se deslocam constantemente. Curiosamente transportamos o sentido do Espaço para qualquer Lugar que formos (NORBERG-SCHULZ, 2007 e 1975).

Para Norberg-Schulz (1980) o mundo, como Lugar, é composto por elementos transmissores de significados e o “Habitar” corresponde a muito mais do que apenas o abrigo, habitar é estar em paz num lugar protegido, e o ato de demarcar ou diferenciar um lugar no espaço converte-se no ato de construir e na verdadeira origem da arquitetura. O habitar é apropriar-se de um lugar no mundo e é sinônimo do que o autor denomina suporte existencial, o suporte existencial do ser-no-mundo. Assim, o suporte existencial é o que seria o objetivo da arquitetura.

3.3 LUGAR E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Quando nos sentimos pertencentes a um grupo ou Lugar, nos sentimos na obrigação de participar ou interferir nos rumos dos acontecimentos do mesmo. O sentimento de pertencimento está ligado a uma sensação de responsabilidade pelo que foi construído com o passar dos anos, também está relacionado com a aproximação, enraizamento e ligação com este Lugar.

Nesse contexto, a preservação do patrimônio pode ser entendida como o reflexo do relacionamento do sujeito com seu espaço, sua cultura, sua sociedade, visto que os locais tidos

como Patrimônios Culturais favorecem os símbolos e as vivências dos grupos sociais a partir do momento que o sentimento de pertencimento é fortalecido, tendo a apropriação como um dos elementos para a construção do mesmo. Ao experienciar um determinado lugar os sujeitos passam a adquirir este sentimento em relação ao ambiente vivido.

No campo fenomenológico, o Lugar é entendido como um fenômeno da experiência humana. Os Lugares clamam nossas afeições e obrigações, pois conhecemos o mundo através daqueles nos quais vivemos. Lugares são existenciais e uma fonte de autoconhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979 *apud* SERPA, 2014, p. 99). A necessidade de compreensão qualitativa e fenomenológica da arquitetura é fundamental para o desenvolvimento da temática entendida como “dimensão existencial”, vista anteriormente. É importante destacar que esta dimensão não é substancialmente produzida pelos fatores socioeconômicas do Lugar em questão, porém, estes podem contribuir ou apoiar a realização de certos arcabouços existenciais, possibilitando que o Espaço do homem seja transformado em Lugar, mas sem obrigação de determinar os seus significados existenciais.

Tuan (1980, p. 107), em seu conceito “Topofilia”, o define como sendo “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. Ainda para o autor, um dos aspectos mais importantes para perceber e compreender essa teoria é o que se refere ao passado histórico, visto que esse é um fator relevante nas relações de amor e afeto atribuídos ao lugar. Talvez esta seja a razão de visitantes e moradores, enfim, das diferentes categorias de comportamentos e usuários, terem percepções distintas sobre um determinado local. Para o visitante, o confronto com a novidade é determinante para suas impressões, mas não conseguem perceber o Lugar com a mesma magnitude de uma pessoa que ali reside há muito tempo. Já o nativo é influenciado pelo comportamento, pelas tradições locais, conhecimento e mitos (TUAN, 1980).

O visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Em uma sociedade tradicional estável os visitantes e as pessoas de passagem constituem uma minoria da população total; suas visões do ambiente não têm, talvez, muita importância. [...] em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar seus olhos para compor quadros. Ao contrário o nativo têm uma atitude complexa derivada de sua emersão na totalidade de seu meio ambiente. (TUAN, 1980, p. 72).

Em “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”, Tuan (1983) afirma que o Lugar é constantemente fortalecido pelas experiências cotidianas, em contraponto aos diversos conceitos de Espaço, como Espaço Existencial, Espaço Mítico e Espaço Arquitetônico, assim, o autor relaciona “homem” e “lugar”, visto que o espaço como objeto se revelaria sujeito e que os significados resultantes dessa relação norteariam as ações humanas. Ainda para o

autor, o conceito de “Espaço” é mais abstrato do que o conceito de “Lugar”, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra (TUAN, 1983).

É possível afirmar que quanto mais diversificadas forem as ambiências e as afetividades, maior é o sentimento de pertencimento por parte dos sujeitos que usufruem das experiências cotidianas dos lugares, pertencimento este que também pode ser identificado como uma das principais motivações para a preservação do patrimônio cultural. Algumas ambiências consolidam o vínculo do ser humano com o Lugar, permitindo que se desenvolva um sentimento de pertencimento, que, se junta ao processo identitário do indivíduo, sendo este sempre ancorada em um suporte espacial.

A noção de pertencimento e identidade a um determinado local é desenvolvida no processo de apropriação do espaço, e é fundamental para o sucesso de sua preservação. Quando existe uma afetividade para com o lugar em que se vive, quando as relações de pertencimento estão concretas, além de criar forte identificação do indivíduo com os elementos da cultura, valores e estilo de vida da comunidade, existe também, de uma maneira muito mais natural, a participação da população em prol de um interesse comum potencializando as estratégias de preservação do patrimônio local. Desta forma, existe uma conexão importantíssima entre a apropriação do território e a preservação, visto que quanto maiores às relações emocionais e os sentimentos por determinado local, maior o desejo de vê-lo se desenvolver socialmente, culturalmente e economicamente.

A palavra “Habitar” indica uma relação Homem-Lugar. Esta implica a distinção entre espaço e caráter. Quando o homem habita, ele é simultaneamente localizado no espaço e exposto a um certo caráter ambiental. As funções psicológicas envolvidas são a “orientação” e a “identificação”. Para ganhar sua identidade existencial este tem que ser capaz de se orientar, tem que saber onde está, mas também tem que se identificar com o ambiente, ou seja, tem que saber como está num certo “lugar” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 19).

Apesar da importância significativa da orientação, é a identificação com o ambiente que dá origem ao Habitar. Estes dois conceitos são, de certo modo, independentes, mas implicam numa complementaridade essencial à apropriação e à construção do Lugar. É possível nos orientarmos num espaço habitado sem termos que nos identificar com ele, bem como nos identificarmos com o mesmo sem termos o completo conhecimento da sua estrutura. As duas experiências, vivenciadas simultaneamente, permitem o reconhecimento e interpretação do espaço e caráter que fazem o Lugar habitado. Quando nos identificamos com o Lugar, ao mesmo tempo assumimos, perante ele, certo sentimento de pertencimento e

de identidade, que são reforçados pela compreensão que temos do espaço, que nos é dado pelo sentido imprescindível da orientação (NORBERG-SCHULZ, 1980).

Sobre Lugar, Carlos (2007) afirma:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modo do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p.17).

Norberg-Schulz (1980) defende a importância de considerar o Lugar no entendimento e reformulação do fazer arquitetônico, quanto afirma que o Lugar é mais que uma localização geográfica, ou seja, mais do que um simples espaço, e entendendo-o como a concreta manifestação do habitar humano.

Um Lugar é estruturado a partir do meio que o envolve, de uma paisagem e de uma ocupação humana, ou seja, é construído pelo ser humano através de sua relação com o meio e realizado no plano da percepção e no plano simbólico. A estrutura do Lugar, seja natural, seja construído, é subdividido em duas categorias: Espaço, representando a terra, e Caráter, que representa o céu, as quais sendo analisadas à luz dos planos da percepção e do plano simbólico, possibilitarão justamente o suporte existencial, ou seja, a capacidade de habitar, ao ser humano. O Espaço mostra a estruturação tridimensional dos elementos que compõem o Lugar, já o Caráter revela as suas propriedades mais comprehensíveis. A associação destas duas categorias nos revelam o espaço vivenciado, o espaço habitado e o espaço identificados com um coletivo humano (NORBERG-SCHULZ, 1980).

Desde os tempos remotos tem-se reconhecido que diferentes lugares têm diferente carácter. Tal diferença de carácter é muitas vezes tão forte que é suficiente para determinar as propriedades básicas das imagens exteriores da maioria das pessoas presentes, fazendo-as sentir o que experimentam e que pertencem ao mesmo Lugar. (NORBERG-SCHULZ, 1975, p.33).

Explorando um pouco mais a relação da experiência ambiental humana com o urbano, pode-se considerar que a realização de determinados percursos também envolvem sentimentos e apresentam uma diversidade de fenômenos dotados de percepções e sensações, contribuindo para que o ambiente urbano seja capaz de motivar sentimentos e afetos que se materializam no Lugar, onde suas essências são facilmente percebidas através dos valores e sentimentos dos moradores no que se refere ao local em que vivem. Buscar a identidade e o sentimento de pertencimento de um Lugar é procurar compreender os conceitos que modelam esses espaços habitados, logo, os valores e os significados atribuídos ao mesmo, e que constituem sua identidade e pertencimento, estão em constante formulação ou reformulação.

O Habitar é compreendido muito além da noção básica de abrigo e se manifesta em Lugares existencialmente identificados, e que a identidade do ser humano está diretamente ligada ao seu sentimento de pertencimento a um determinado Lugar, logo, conclui-se que o Lugar é um elemento essencial para a formação e consolidação do Sentimento de Pertencimento.

O morador do Sítio Histórico de Olinda possui uma estreita relação com o lugar em que vive, usando, predominantemente, os equipamentos de lazer e do quotidiano, em detrimento de outros que possam ser melhores ou ter melhor estrutura. A ambiência, possivelmente também é responsável pela construção dessa relação. Esse sentimento é importante na produção espacial independente da legislação vigente.

4 O SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Este capítulo aproxima-se do objeto de pesquisa como um todo, com a contextualização histórica e características do Sítio Histórico de Olinda, bem como os valores atribuídos ao local e as legislações vigentes na área, além das principais características de sua população.

Nos primeiros anos de presença portuguesa na América, não houve qualquer tipo de empenho em ocupar as “novas terras”. Nesse período, esquadras lusas percorriam a costa brasileira com estratégia de defesa do território e criando feitorias que basicamente serviam como entrepostos para o comércio de pau-brasil e não como propriamente assentamentos urbanos.

Em 1535, Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, fundou um povoado batizando-lhe de Olinda, que dois anos mais tarde foi reconhecido como Vila através do “Foral de Olinda”, documento que confere à povoação o título de Vila e estabelece o seu patrimônio público, sento esta a mais importante da porção norte do Brasil naquele período. Em 1676, a Vila foi elevada à categoria de cidade. Seu casario, suas Igrejas e seus monumentos datam deste período, legítimos representantes da arquitetura do período colonial.

O sítio foi escolhido por sua localização e características geográficas adequadas para defesa segundo os padrões militares da época, pela proximidade com um porto marítimo abrigado natural, além da presença de nascentes de água doce e terras férteis para o cultivo. Esses fatores favoreceram a exploração dos recursos naturais como atividade econômica e o cultivo da cana-de-açúcar, transformando Olinda, ainda no século XVI, numa das vilas mais importantes do Brasil – Colônia (Figura 02) (ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2007).

Figura 02: Gravura¹ “Pernambuco”, 1624. Autor não identificado.



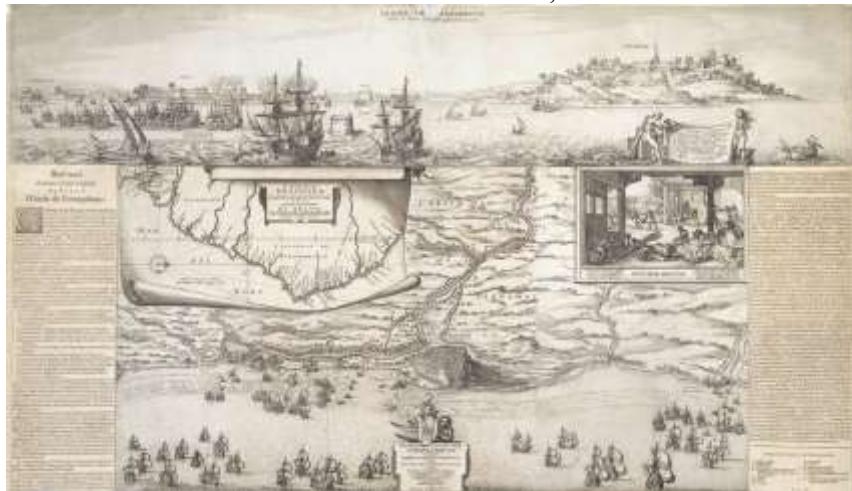
Fonte: REIS, 2000. CD-ROM.

A importância da cidade chamou a atenção de outras nações interessadas em se apropriarem das riquezas produzidas na Capitania de Pernambuco. Na década de 1630 a Holanda invadiu Olinda, incendiando-a logo em seguida. Com a preferência e o estabelecimento dos holandeses no Recife, por ser uma localidade baixa como sua terra de origem e dotada de um porto natural, Olinda perdeu importância e influência na Capitania de Pernambuco (Figura 03). A reconstrução de Olinda foi iniciada logo após a expulsão dos holandeses, mas já sem o mesmo status dentro do sistema econômico regional, agora ocupado pelo Recife. Essa mudança exerceu papel determinante na definição de feições arquitetônicas e urbanas do núcleo histórico olindense hoje, como afirma Menezes (s/d):

Depois de 1654, não se pode mais mudar o destino do Recife, que passa a ocupar aquele lugar antes Olinda. Será o Recife a sede, embora não oficial, e Olinda, secundarizada, se reconstruirá lentamente, não tendo mais a importância que teve naqueles anos anteriores a 1630. Mapa de meados do século XIX revela uma cidade, título obtido em 1676, ainda com as mesmas dimensões da antiga vila. É bem verdade que se reconstruíram, de forma monumental, as suas casas religiosas. O mercantilismo presente no Recife e a racionalidade daquela nova relação, à luz do novo mundo dos séculos XVI e XVII venceram afinal. Olinda tem seu futuro traçado diante do crescimento da importância do Recife. O centro histórico (atual), nesses meados do século XIX, ainda se encontrava envolvido por propriedades rurais, as maiores, os engenhos, na maioria de fogo morto, os da várzea do Beberibe, e as menores, os sítios, nas margens do Rio Beberibe e do mar.(MENEZES, s/d, s/p).

¹ Todas as gravuras apresentadas no texto são representações de autores da época, não correspondendo exatamente com a realidade olindense no período retratado.

Figura 03: Gravura “De Stadt Olinda de Pharnambuco”, 1630. Autor: Claes Jansz Visscher.



Fonte: REIS, 2000. CD-ROM.

Hoje, o que se vê no Sítio Histórico de Olinda é uma reprodução das transformações econômicas, políticas e sociais vividas pela cidade no decorrer das diversas fases de sua história. Tanto o período de grande crescimento e destaque, - que atraíram Ordens Religiosas responsáveis pelo rico legado arquitetônico e artístico – quanto o período de declínio que transformou a cidade de centro administrativo e comercial para predominantemente residencial e dependente do Recife, foram responsáveis pela construção, manutenção e preservação dos exemplares urbanos, arquitetônicos, paisagísticos e culturais que fizeram de Olinda o monumento² que ela é atualmente.

A função predominantemente residencial perpetua, essa característica foi levada em consideração na elaboração das diretrizes para intervenção arquitetônica nos imóveis históricos. A área possui população com situação socioeconômica heterogênea, interesses e relações socioespaciais também distintas, além do uso sazonal ou permanente dessas edificações, por parte dos moradores.

4.1 CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO

A urbanística colonial portuguesa caracteriza-se por duas vertentes: a vertente vernacular, que tem como característica fundamental uma grande ligação com o território e uma vertente erudita, que tem como característica fundamental basear-se, a maior parte das

² Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grande criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964, In CURY (org), 2004, p. 92).

vezes, em sistemas ortogonais. Ao longo da história, podemos observar a capacidade lusa de sintetizar estas duas vertentes (Teixeira, 2000). Mesmo a urbanística com características vernaculares, predominante no Brasil, segue uma organização e lógica próprias quando observado a localização e as características dos sítios escolhidos para o surgimento de uma povoação, e dentro deste, a implantação dos principais edifícios, de outros espaços urbanos e as principais vias de acesso a eles.

Optou-se por relatar as características do lugar, segundo a definição dada por Norberg-Schulz: paisagem e assentamento, o edifício, articulação, a concepção do espaço e sua evolução histórica, significado e arquitetura.

4.1.1 Paisagem e Assentamento

Para Lopes (s/d), o processo de assentamento local indica que Olinda não nasceu de uma ocupação espontânea motivada, por exemplo, por um cruzamento de caminhos, mas sim territorialmente concebida para alcançar destaque dentro do sistema de exploração econômica colonial.

Seguindo o modelo de urbanística colonial praticado na época, muitas cidades portuguesas se estruturavam em duas partes distintas: a cidade alta, local do poder institucional, político, militar e religioso, e os espaços habitacionais de estatuto mais elevado, e a cidade baixa, dedicada às atividades marítimas e comerciais, e às áreas habitacionais mais pobres. Nesta estrutura da cidade expressam-se, por um lado, as relações de poder na sociedade; por outro lado, ela respondia também desta forma, à estrutura física do território (TEIXEIRA, 2000). Olinda seguiu essa mesma configuração, a cidade possuía um centro urbano - as colinas do atual Sítio Histórico - que abrigava as atividades administrativas, comerciais e habitacionais, os locais de produção de riqueza, ou seja, os engenhos de açúcar que se localizavam no entorno da atual área tombada e os caminhos que faziam a ligação entre essas áreas e o porto responsável pelo escoamento das mercadorias, hoje Porto do Recife.

A localização escolhida para implantação do núcleo urbano, num terreno de relevo acidentado e próximo ao mar, com abundância de recursos naturais e facilmente defensável, se tornou também a principal referência quanto à paisagem do Conjunto Histórico de Olinda (Figura 04).

Figura 04: Gravura “MARIN D’ OLINDA de Pernambuco”, 1644. Autor não identificado.



Fonte: REIS, 2000. CD-ROM.

Predominantemente residencial, Olinda é reconhecida pelo seu casario singelo, com seus grandes quintais arborizados, onde são comuns encontrar espécies como jaqueiras e mangueiras, cujos primeiros exemplares foram trazidos do Oriente pelos portugueses no período colonial. Dessa massa verde também brotam as torres das igrejas seculares. Assim como a constante presença do mar como pano de fundo na paisagem olindense, os elementos naturais só podem ser avistados do alto de uma das colinas em que seu patrimônio arquitetônico foi edificado. A indissociação de todos esses elementos (mar, relevo, vegetação e patrimônio construído), conferem harmonia e beleza ao Sítio Histórico, compondo um peculiar e significativo conjunto paisagístico também legalmente protegido³.

4.1.2 O Edifício

Em comparação com outras cidades coloniais brasileiras com importância histórica semelhante, a arquitetura civil de Olinda se mostra de maneira singela na forma de exemplares tradicionais de influência portuguesa, adaptados ao clima da região. A evolução histórica e arquitetônica da Cidade também está registrada na presença de fachadas azulejadas que datam dos séculos XVIII e XIX e nas casas classicistas e ecléticas construídas nos primeiros anos do século XX, cuja característica principal é a presença de varanda lateral.

A diversidade tipológica presente nas edificações do conjunto arquitetônico olindense se revela como um testemunho da história, transformações e dinâmica social e urbana por quais o próprio Sítio Histórico passou e vem passando, visto que esses registros físicos são compostos de referências urbanísticas e arquitetônicas, em seus programas, sistemas

³ O IPHAN reconhece como Monumento Nacional e denomina a área tombada como “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda”.

construtivos, composições estilísticas e estéticas e em suas relações espaciais (Figuras 05, 06, 07 e 08).

Segundo Moreira (2006), a casa tradicional olindense foi implantada nos lotes basicamente de duas maneiras: a casa conjugada, nos limites frontal e laterais do lote, com recuo posterior, e a casa isolada no terreno, totalmente ou isolada em uma das laterais. Devido ao traçado urbano da Vila, que acompanhou a topografia das colinas, a implantação dessas moradias foi feita em terrenos estreitos, compridos e irregulares, e de início, essas casas eram implantadas nos paramentos das ruas, possuindo grandes quintais.

Ainda segundo este Autor (2006), como em outras povoações fundadas no mesmo período, em Olinda também podiam ser encontradas ruas de serviço, que se localizavam nos fundos dos terrenos e acompanhavam o traçado das ruas principais. Essas vias eram utilizadas para o acesso de serviços, dos escravos, dos animais, e todo movimento de limpeza das casas. Com a posterior ocupação dos fundos dos quintais com novas construções, essas ruas passaram a ser também endereço dos moradores.

Figura 05: Casas tradicionais, sem platibanda, na Rua do Amparo.



Fonte: AUTOR, 2016.

Figura 06: Casario da Rua do Amparo, apresentando casas com e sem platibanda.



Fonte: AUTOR, 2016.

Figura 07: Casa com terraço lateral, na Rua do Bonfim.



Fonte: AUTOR, 2016.

Figura 08: Casas com fachadas azulejadas, na Rua de São Bento.



Fonte: AUTOR, 2016.

Nas casas térreas, situação mais comum em Olinda, as plantas são dispostas com as salas da frente tomando toda largura da fachada, seguida das alcovas dispostas lateralmente com corredor lateral nas casas mais estreitas com tipologia de meia morada e central nas casas mais largas com tipologia de morada inteira. Vem a seguir a sala de trás, e os anexos com a cozinha e os sanitários. As fachadas são de porta e janelas altas (uma, duas e até três em alguns casos). Nas fachadas de tipologia de meia morada, a porta é lateral e seguem uma ou duas janelas. Nas de tipologia de morada inteira, a porta é central, com as janelas dispostas lateralmente, podendo ser duas, três ou quatro. A porta sempre está de frente para o corredor das alcovas, vendo-se da rua a sala de trás (MOREIRA, 2006, p. 86 e 87).

Para construção dessas casas, primeiramente foram usados materiais disponíveis na região, como a pedra calcária. A alvenaria de pedra era o modo construtivo mais frequente nas paredes externas das residências urbanas, sendo de grande espessura e tinham também a função estrutural recebendo a carga das coberturas, e no caso dos sobrados, também dos pavimentos superiores. A taipa foi muito utilizada nas paredes divisórias internas e nas casas populares mais modestas. O revestimento das paredes era feito com argamassa de areia e cal obtida pela queima de cascas de ostras, e pintura com tinta à base de cal, porém, algumas edificações também recebiam revestimento em azulejos decorado nas fachadas. As pedras aparelhadas eram utilizadas em ombreiras, vergas, soleiras e parapeitos nas aberturas, nos cunhais nos cantos dos edifícios, nas cimalhas dos beirais, ficando salientes, emoldurando as aberturas e os grandes panos de parede (MOREIRA, 2006).

Sobre as coberturas mais comuns encontradas no Sítio Histórico de Olinda, Moreira (2006) afirma:

As coberturas das edificações residenciais do Sítio Histórico de Olinda são mais frequentes em duas águas. Nelas, a estrutura é constituída por pesadas terças de grande seção, apoiadas nas empennas das paredes laterais, sem o recurso das tesouras. Seguem os caibros em madeira roliça ou serrados, as ripas de embira ou serradas e sobre o madeiramento vinham as grandes telhas manuais de cerâmica, de capa e canal, ou nas construções mais recentes a telha francesa e ainda a telha canal industrial. Ainda em algumas coberturas em duas águas, sua estrutura é constituída por tesouras de madeira, que podem ser de pendural composta ou de canga-de-porco. Nas coberturas em quatro águas, a estrutura é constituída por tesoura do tipo pendural composta, armada no sentido do maior vão, com os espigões apoiando-se no encontro dos frechais. Nas puxadas, parte que foi acrescida ao corpo das edificações, o tipo de coberta é de uma águia no sentido do menor vão. Os tipos de beirais encontrados em Olinda são o de biqueira simples, de biqueira com cornija, de biqueira com lambrequim, a tríplice telha. As platibandas (MOREIRA, 2006, p. 91).

No Sítio Histórico de Olinda também podem ser encontradas soluções de coberta única agregando duas ou mais unidades habitacionais distintas.

Sobre elementos construtivos voltados para adaptação das casas ao clima tropical, estão presentes portas e janelas de madeira com gelosias ou de ficha com venezianas e bandeiras de ferro ou de madeira. Segundo Moreira (2006), para manter o conforto térmico, as casas foram construídas com empennas altas e telhas de cerâmica que transmitem pouco calor para o interior, criando os colchões de ar entre a coberta e o forro de madeira, possibilitando manter a casa fria no verão e quente no inverno, também funcionando como sótãos e depósitos. Com o passar dos anos, essas áreas estão sendo transformadas em áreas de convívios ou de permanência, normalmente através de mezaninos criando problemas de conforto ambiental.

Dentre os vários edifícios civis, destacam-se: o sobrado mourisco da Rua do Amparo (século XVII) o edifício à Praça João Alfredo (1548); o Palácio dos Governadores (século XVII); o Mercado da Ribeira (século XVII); e o Mercado Eufrásio Barbosa (século XVII). Como uma das principais representantes da arquitetura colonial portuguesa no Brasil, Olinda possui conventos e igrejas onde predomina o estilo Barroco e programa e partido arquitetônicos característicos de sua função religiosa, com destaque para a Igreja da Sé (1537); Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia (1549); Mosteiro de São Bento (1582); o Convento da Ordem Franciscana, composto a Igreja de Nossa Senhora das Neves (século XVII), as Capelas de Santa Ana (1754) e de São Roque (1811), a Casa de Oração e o Claustro dos Terceiros Franciscanos; a Igreja de Nossa Senhora da Graça (1552); Igreja de Nossa Senhora do Monte (1586); Igreja de Santa Teresa (século XVII); o Convento do Carmo

(1580) e o Palácio Episcopal (1676) (MINISTÉRIO DA CULTURA, PROGRAMA MONUMENTA, 2005).

Atualmente ainda existe uma predominância do uso residencial das edificações, porém algumas dessas casas foram transformadas em ateliês de artistas plásticos, que escolheram o Sítio Histórico de Olinda como seu local de trabalho, bem como outros estabelecimentos comerciais como restaurantes, pousadas, lojas, entre outros (Figuras 09 e 10).

Figura 09: Residências transformadas em estabelecimentos comerciais.



Fonte: AUTOR, 2016.

Figura 10: Residências transformadas em estabelecimentos comerciais.



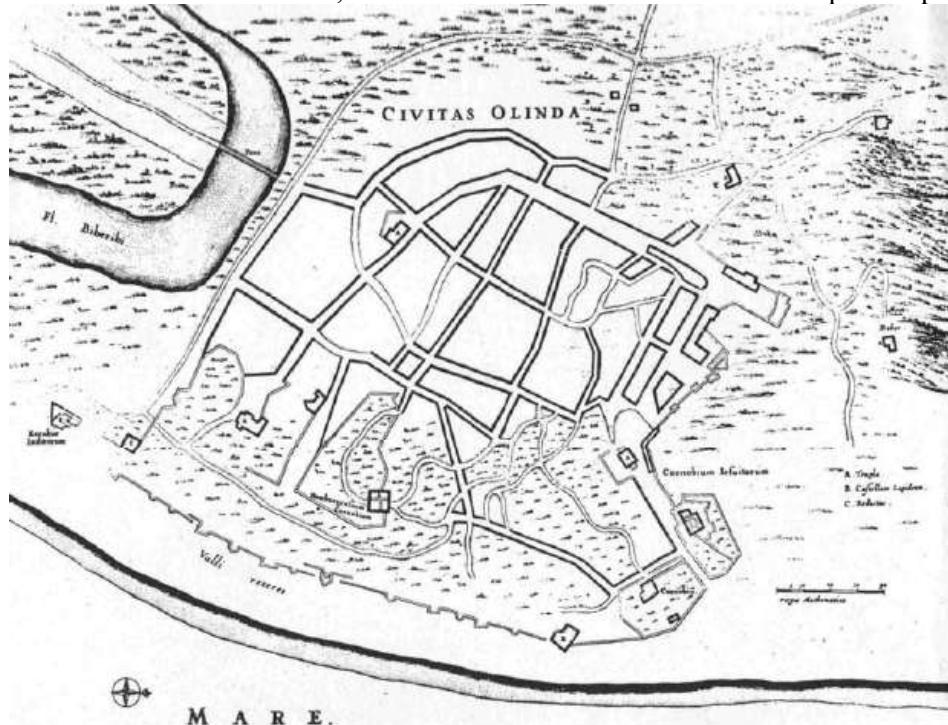
Fonte: AUTOR, 2016.

4.1.3 Articulação

O núcleo histórico tombamento inicial olindense é composto de arruamento irregular, característico dos povoados medievais de origem portuguesa, e tortuoso com grandes elevações constituindo ladeiras. As ruas se alinham as curvas de nível ou sobem pelas encostas acompanhando as faces de maior aclive, quando esta situação for necessária para a interligação viária das principais edificações. Essas ruas, que apresentam traçado irregular em suas larguras e em seus cruzamentos, ora são delimitadas a partir da extensão continua das fachadas das casas, ora, em menor número dentro do universo do núcleo urbano primitivo, são pelos muros que cercam quintais e jardins (Figura 11).

Telles (2008) afirma que o traçado urbano olindense foi organizado segundo a tradição das cidades medievais da Europa: em um alto para a defesa, e com traçado informal, nos quais os arruamentos acompanham as curvas de nível, ou as encostas, ligando o núcleo central onde se localizam a Casa de Câmara à igreja matriz, aos conventos e igrejas das Ordens Religiosas, como ocorria em Portugal.

Figura 11: Gravura “Civitas Olinda”, 1647. Autor não identificado. Publicado por Gaspar Barleus.



Fonte: REIS, 2000. CD-ROM.

Uma característica marcante das cidades europeias surgidas antes da colonização do Brasil foi a influência exercida pela localização dos edifícios religiosos na urbanística local, também em Olinda, as igrejas e conventos foram fundamentais na concretização da trama urbana, os percursos do arruamento, além dos largos, foram definidos pelas ligações entre essas construções, que predominantemente se localizavam em áreas topograficamente dominantes passando assim, a constituir elementos de referência fundamentais na estruturação da malha urbana. Edifícios institucionais, como o Palácio dos Governadores também participaram desse processo (ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2007).

A escolha dos sítios, a própria localização as possibilidades de defesa ou de crescimento também foram importantes na definição da articulação do traçado urbano das vilas e cidades coloniais brasileiras. Olinda teve Recife como uma enorme “cidade baixa portuária”, demandando interligações entre as áreas de produção de mercadorias e produtos e os locais de escoamento dos mesmos. A situação em acrópole de Olinda, que necessitava de uma comunicação com essas áreas portuárias, necessitava também de um sistema defensivo com demanda viária semelhante. Em Olinda, diferentemente de outras cidades coloniais brasileiras onde as edificações com função administrativa, localizavam-se nas áreas centrais, implantou seus palácios em diferentes colinas, exigindo ligação entre eles. Os agentes

econômicos coloniais tiveram um papel secundário na estruturação do traçado das zonas urbanas, ao contrário do seu papel dominante nas áreas rurais, os comerciantes tiveram papel mais significativos na zona urbana devido a consolidação de arruamentos comerciais e de ofício (VASCONCELOS, 2006).

A ampliação da área tombada incluiu o entorno do Sítio Histórico, contemplando regiões com construções mais recentes e outras configurações geográficas, de casas, muros e ruas, mas que mantem uma relação espacial e urbana com o núcleo histórico primitivo.

4.1.4 Concepção do Espaço e sua Evolução Histórica

No ano em que Olinda se tornou Vila, Duarte Coelho enviou ao Rei de Portugal o “Foral de Olinda”, uma carta de doação de terrenos à Coroa e que estabelecia zoneamento dos usos e das atividades urbana, além da indicação de localização das construções mais significativas.

O crescimento dos primeiros assentamentos urbanos de Olinda pode ser dividido em duas partes distintas e sucessivas. Este processo se deu início primeiramente na colina da igreja matriz, quando o donatário assentou as primeiras casas no alto da colina, e edificou a sua torre forte e a matriz, além do hospital no outro extremo da elevação, e, posteriormente, a expansão para as partes mais baixas, em direção ao rio e ao mar (Figura 12). Com o estabelecimento da administração da Vila, foram construídas a Casa da Câmara, a cadeia, o açougue e a ferraria. Caminhos que acompanhavam a topografia das colinas faziam a ligação entre essa área e os lugares de escoamento das mercadorias vindas desde o porto, às águas de abastecimento do rio Beberibe, às áreas de produção nos engenhos de açúcar e ao mar. Consolidando uma satisfatória relação social com os povos indígenas, o crescimento urbano da Vila foi direcionado para as partes mais baixas, onde o acesso à água era facilitado. É possível que a localização das demais construções religiosas e os caminhos para o mar também tenham direcionado tal crescimento. No restante da área escolhida para a Vila, em outra colina, situada isolada em relação a elevação onde foram edificadas as primeiras construções, mais para o Norte, uma ermida já existia desde os primeiros momentos de Olinda, em devoção à Nossa Senhora do Monte. Ignora-se se em torno dela teriam existido casas. (MOREIRA, 2006).

Vasconcelos (2006) destaca como principais agentes modeladores dos espaços das cidades coloniais brasileiras: a Igreja; as ordens leigas; o Estado; os agentes econômicos; e a população e os movimentos sociais. Com a Igreja e o Estado exercendo as influências mais significativas. Em Olinda, as ordens religiosas que se estabeleceram em primeiro lugar, como

a dos jesuítas, localizaram-se perto dos núcleos iniciais e as que chegaram posteriormente, como os carmelitas, beneditinos e franciscanos, foram se instalando nas periferias imediatas. Estas ordens se localizaram em colinas mais baixas que a colina principal, a da Sé, mas sendo grandes consumidores de terrenos, pelo seu porte, suas atividades complementares, além da construção dos próprios conventos, seus anexos e casas de aluguel, tiveram um papel de ponta na expansão urbana colonial: localizados nas periferias, nos finais dos eixos de crescimento urbano, tendiam a atrair o crescimento em sua direção.

Figura 12: Gravura “Olinda”, 1637 – 1644. Autor: Frans Post.



Fonte: REIS, 2000. CD-ROM.

4.1.5 Significado e Arquitetura

A consolidação e manutenção dos significados culturais do Sítio Histórico de Olinda dependem essencialmente da identificação desses significados por parte dos diversos grupos de experienciadores do próprio sítio. Esses critérios subjetivos são fortalecidos pelas diversas categorias de valores que são constantemente incorporados aos patrimônios olindenses, se tornando parte fundamental nas relações socioespaciais desses grupos com o espaço urbano histórico em questão, e com a conservação do mesmo.

A forma urbana constitui o **valor histórico** olindense por conter o registro material do processo de ocupação territorial implantado pelos portugueses no nordeste brasileiro ainda no século XVI. Esse processo seguia a tradição medieval de defesa por altura, traçado urbano irregular e conjunto arquitetônico composto de casario homogêneo e por monumentos

predominantemente religiosos que se destacavam na paisagem. O **valor paisagístico** é atribuído à relação harmônica que existe entre o mar, a vegetação, a topografia, o traçado urbano, o casario e os monumentos (Figura 13). Os **valores urbanísticos, arquitetônicos e artísticos** estão registrados na forma urbana, nas tipologias das edificações civis e religiosas, nas técnicas e nos materiais construtivos e nos elementos estilísticos. O acervo do Sítio Histórico de Olinda garante a representatividade de vários séculos na evolução da arte e da arquitetura transplantados para o Brasil, onde se destacam desde as diversas manifestações do barroco, até os conjuntos arquitetônicos ecléticos dos séculos XIX e XX, que convivem em sintonia e muitas vezes se sobrepõem às estruturas dos períodos anteriores. O **valor cultural** é atribuído à permanência dos testemunhos do passado, das tradições sagradas e profanas, além de música, dança, gastronomia, artesanato e artes plásticas. Essas manifestações constituem um conjunto de inestimável riqueza imaterial. O sentimento de pertencimento dos moradores está contido na profunda relação afetiva com o Sítio, que, por sua vez, tem sua base nas relações de vizinhança, favorecida pela configuração urbana e pela forte participação social (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA CONSERVAÇÃO INTEGRADA, 2010).

A conservação desses valores atribuídos ao Sítio Histórico de Olinda é elemento fundamental no processo de conservação do próprio sítio, seja por parte dos moradores, seja por parte dos técnicos e órgãos responsáveis pela proteção legal dos patrimônios, devendo estar presente constantemente no diálogo entre as partes a fim de perdurar não só as características físicas originais das edificações, mas também atributos que são próprios de Olinda, são indissociáveis, e que foram estabelecidos, e devem ser renovados, durante seu percurso histórico com o protagonismo de quem os vive.

Figura 13: Vista do Sítio Histórico de Olinda, com o centro do Recife. Igrejas, casario, mar e vegetação.



Fonte: Autor, 2016.

4.2 TOMBAMENTO E LEGISLAÇÃO

Por ser vizinha da capital do Estado, Olinda sofre uma pressão demográfica que ameaça seu patrimônio. Essa sempre foi uma preocupação dos órgãos de preservação, porém antes da década de 1960, as legislações de tombamento ligadas a Olinda só faziam menção a bens isolados, o que tornavam determinadas áreas, sobretudo as periféricas, vulneráveis à intervenções desordenadas, prejudiciais a seu acervo histórico.

O Centro Histórico da Cidade de Olinda é protegido por instrumentos aprovadas por uma série de normas específicas e leis: considerando o valor do centro histórico, paisagístico e artístico de Olinda, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) o inscreveu no Livro do Tombo, em 1968⁴, designando o Sítio Histórico de Olinda como patrimônio cultural brasileiro. Pouco tempo depois, em 1972, com a assessoria do SPHAN e por iniciativa da própria municipalidade foi elaborado e oficialmente adotado o Plano Diretor Local Integrado de Olinda (PDLI), que regulamenta o uso do solo, definindo usos diferenciados para o centro em questão e para as áreas vizinhas, pelo estabelecimento de diferentes densidades de ocupação, de gabarito dos imóveis e das áreas de preservação rigorosa, iniciativa pioneira que integrou o patrimônio histórico ao planejamento urbano. Posteriormente, em 1979, com vistas a uma maior preservação do centro histórico que se encontra nas colinas onde a cidade foi fundada no século XVI, foi inscrita como área protegida um polígono mais extenso, no qual os tipos de utilização e de impeditivos foram vinculados ao tombamento (MAGALHAES, 1981).

Inicialmente a área tombada era de 1,2 km², referia-se aos núcleos primitivos do século XVI e XVII, uma zona de preservação rigorosa chamada “Polígono de Tombamento”. Com ampliação formalizada pela Notificação Federal nº 1.155/79, o Polígono de Preservação de Olinda passou a corresponder a 10,4 km², quase 1/3 do território do Município, agora incluindo a “Área de Entorno”, que constitui as áreas de vizinhança do núcleo primitivo. A definição de vários Setores com Subsetores no Polígono de Tombamento e seu Entorno permitiu estabelecer para cada um, índices urbanísticos quanto a gabarito, taxa de ocupação e taxa de solo virgem. Para os setores mais significativos da área tombada foram aplicadas diretrizes que resguardam a manutenção das características morfológicas das edificações, e

⁴ Tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Olinda, sob o número 44 do Livro do Tombo Arquitetônico, Paisagístico e Etnográfico, página 11 e sob o número 412 do Livro do Tombo Histórico, página 66 e sob o número 487 do Livro do Tombo das Belas-Artes, página 88, em 19.4.1968.

outras que garantem, na sua conservação, compatibilidade com suas características próprias e ambientais.

Com a Lei Municipal nº 4.119/1979, foi criado o Sistema Municipal de Preservação, constituído pelo Conselho de Preservação dos Sítios Históricos, composto por representantes dos governos municipal, estadual e federal, e pelo Fundo de Preservação dos Sítios Históricos.

Por meio da Lei nº 7.970/79, de competência da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), foi realizado o tombamento estadual automático aos bens protegidos em instância federal, ampliando a atuação do Estado nas ações de preservação do patrimônio histórico.

No dia 17 de dezembro de 1982, a UNESCO incluiu o Sítio Histórico de Olinda (área correspondente ao Polígono de Tombamento em instância federal) na lista de bens Patrimônio Cultural da Humanidade (Figura 14), sob os critérios (Apêndice) ii e iv, que se referem, principalmente, ao reconhecimento da vocação da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento urbano e da paisagem de Olinda, como exemplo excepcional de valores humanos em várias etapas da história da humanidade ou em uma área cultural específica (ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2007, p. 178). A UNESCO também considera importante o critério da autenticidade do sítio e a forma pela qual esteja protegido e administrado.

No ano de 1992, a Prefeitura Municipal de Olinda, através da Legislação dos Sítios Históricos de Olinda n.º 4.849/92, cria as Zonas de Especiais de Proteção Cultural e Paisagísticas e as Zonas de Entronco do Sítio Histórico, visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a preservação e valorização dos bens culturais, arquitetônicos e naturais da área.

Outros instrumentos administrativos e de gestão, de padrão federal, inspecionam e regulam as intervenções no patrimônio arquitetônico de Olinda, como o Programa Monumenta/IPHAN, responsável pela realização de medidas de renovação urbana em grande escala e a concessão de financiamento público às propriedades privadas com a finalidade de preservar e restaurar estruturas habitacionais históricos. O Plano de Ação para Cidades Históricas, lançado também pelo IPHAN em 2010, envolve instituições federais e estaduais para apoiar o desenvolvimento, a restauração e revitalização das cidades históricas do país, entre eles o Centro Histórico da Cidade de Olinda.

Figura 14: Placa instalada na fachada do Museu de Arte Sacra, em comemoração ao título de Patrimônio da Humanidade, concedido a Olinda em 1982.

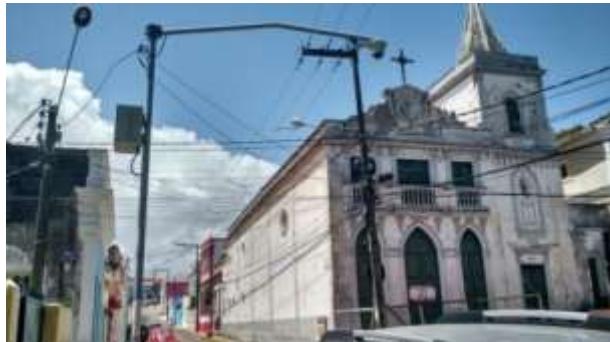


Fonte: AUTOR, 2016.

O patrimônio arquitetônico olindense é salvaguardado pelas três esferas de proteção: Federal, Estadual e Municipal, com Bens tombados e legislações específicas. O Sítio também possui varias associações de moradores que participam ativamente das questões referentes à Cidade, incluindo comparecimento às sessões da Câmara de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda e do Conselho de Preservação, porém a fiscalização patrimonial, bem como a análise de projetos ocorre, em predominância, dissociada.

Como a grande maioria das cidades históricas na atualidade, Olinda também sofre com problemas que comprometem sua conservação: Poluição visual por redes de energia aparentes (Figuras 15 e 16), telhados irregulares comprometendo a volumetria do conjunto, ataques de xilófagos, movimento do solo causando graves rachaduras, além de outras intervenções que desrespeitam as legislações vigentes para proteção do patrimônio edificado são alguns dos desafios enfrentados pelos órgãos patrimoniais, mas que podem ter na relação dos moradores com o próprio Sítio, o mais importante aliado para a prevenção ou minimização desses problemas.

Figura 15: Poste e fiação de alta tensão aparentes nas cercanias da Igreja de Nossa Senhor do Bonfim.



Fonte: AUTOR, 2016.

Figura 16: Poste e fiação de alta tensão aparentes nas cercanias da Igreja de São João.



Fonte: AUTOR, 2016.

Uma série de ações também foi promovida por esses órgãos objetivando a salvaguarda e a valorização das tradicionais representações carnavalescas olindenses. Em 2001, a prefeitura da cidade sancionou a Lei Municipal nº 5306/2001, que determina normas e procedimentos que devem ser seguidos durante o período carnavalesco. Dentre os quais: proibição de utilização de equipamento de som mecânico e estabelecimento de focos de animação não oficiais, valorizando as orquestras de frevo e uma maior fluidez dos desfiles das agremiações carnavalescas.

A Prefeitura de Olinda (s/d) também criou o Programa de Sustentabilidade do Carnaval (Apêndice D), cujas ações preveem a realização e a promoção de diversos eventos relacionados com o Carnaval, durante o ano todo, com a participação da sociedade civil e de entidades públicas e privadas que atuem no evento, valorizando as manifestações tradicionais, além de revisão das ações administrativas e legislativas voltadas para a questão da subvenção carnavalesca (PREFEITURA DE OLINDA, s/d).

Pode-se observar que tanto na Lei Municipal nº 5306/2001, quanto no Programa de Sustentabilidade do Carnaval, não foram contempladas ações diretamente ligadas à preservação do patrimônio material de Olinda durante o carnaval, porém as secretarias municipais de Patrimônio e Cultura e de Serviços Públicos protegem os prédios históricos da cidade com tapumes, as praças são protegidas com cercas e a localização dos pontos de bloqueios do trânsito e dos banheiros químicos, bem com a quantidade dos mesmos, são pensadas visando minimizar os impactos no Sítio Histórico. Essas ações são fiscalizadas pelo IPHAN e firmadas, junto à Prefeitura de Olinda, através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O frevo, expressão maior do carnaval pernambucano, teve seu reconhecimento como Patrimônio Imaterial Brasileiro através do tombamento do IPHAN, em 2007. Essa ação foi

determinante para que em 2012 a UNESCO incluísse o frevo (música, dança e demais expressões envolvidas) na lista de manifestações culturais Patrimônio Imaterial da Humanidade, valorizando todas as medidas para salvaguarda desse bem.

5. EXPERIÊNCIAS SOCIOESPACIAIS DOS MORADORES COMO AGENTES NO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

A pesquisa propriamente dita é exposta nesse capítulo, assim como os procedimentos utilizados em dois dos setores demarcados pelo IPHAN, Setor B e Setor E, os percursos dentro dos mesmos e os resultados obtidos com essa investigação.

A formação de valores identitários passa, não apenas por ações culturais, políticos e sociais, mas também pela modificação ou conservação dos objetos e meio físico que formam os cenários para este processo juntamente com seus significados, ou seja, é a própria materialização desses significados que permitem a formação de uma identidade, passando a agregar os grupos sociais. Esses valores identitários devem ser vistos como fundamentais para a formação de subjetividades mesmo quando existem conflitos entre sua natureza e o espaço físico experienciado.

No passado, o contexto socioespacial se mostrava muito mais propício para a solidificação de referências individuais e coletivas, hoje, essas referências podem mostrar mais frágeis e, portanto, efêmeras ou facilmente falsificadas, assim os valores identitários estão suscetíveis a grandes alterações, enfraquecendo relações sociais e experiências individuais.

O tombamento do Sítio Histórico de Olinda modificou a relação de seus moradores com o local, principalmente pelo fato de que as intervenções em propriedades públicas e privadas passaram a ser autorizadas apenas após aprovação do projeto executivo por parte dos órgãos de preservação. Além disso, o imaginário criado a partir do título de cidade-patrimônio motivou o crescimento do turismo, se tornando hoje, de extrema importância para a economia local. Consequentemente, também provocou alterações em questões como o uso do solo e a especulação imobiliária gerando mais uma vez impasse entre os moradores.

Moreira (2006) expõe de forma cronológica, sua visão acerca de outros temas que compõem esse processo ocorrido em Olinda e que também influenciaram as relações socioespaciais do morador com o Sítio. Para o autor, na Cidade, as ações de gentrificação ocorrem informalmente sem a interferência e o controle do poder público. Esses processos têm provocado a substituição da população residente, o crescimento da densidade demográfica principalmente na borda imediata ao SHO e a descaracterização do casario:

O Sítio Histórico estava marcado pelo abandono e degradação até o ano de 1964, quando artistas e artesãos passaram a morar na região. As casas degradadas e sem infraestrutura foram vendidas por preços muito baixos, mas nesse primeiro momento, não

foram realizadas intervenções nos espaços de habitação. Um maior interesse pelas áreas históricas, com a retomada de suas funções de moradia e afirmação como atração turística, na década de 1970, trouxe ao SHO uma população de classe média, formada por artistas, professores e intelectuais juntamente com seus já consolidados padrões de vida e conforto, motivando as primeiras alterações nas tipologias dos imóveis, sobretudo, melhorias nas instalações sanitárias e no uso do sótão como mezanino. Na década de 1980, as famílias sem condições de manter seus casarões se mudaram do Sítio Histórico ou passaram a viver em imóveis menores, essas edificações com maiores dimensões, tiveram suas funções modificadas, passando a abrigar pousadas, boates e repartições públicas. A partir do final dos anos 1980 e durante os anos 1990, uma população atraída pelo diferencial de morar em uma cidade histórica e Patrimônio Cultural da Humanidade ocupa o SHO, para o autor, esses novos moradores destruíram exatamente o diferencial que os atraiu. A falta de segurança fez com que as áreas de maior permanência das moradias se voltassem para os fundos e as ruas ficam desertas. No final dos anos 1990, os moradores que vieram nos anos 1970 e 1980 são substituídos por estrangeiros e até mesmo por brasileiros que conseguiram se capitalizar com trabalho realizado no exterior, esse novo perfil de morador é responsável por novas intervenções no casario colonial tombado, onde é realizada, inclusive, a tentativa de implantar uma tipologia à moda dos *lofts* de Nova Iorque (MOREIRA, 2006).

É inegável a importância do turismo para o desenvolvimento das cidades históricas, mas de maneira que este não se torne uma ameaça para os patrimônios locais. Sobre este tema, a Carta de Turismo Cultural (1976) (Apêndice), publicada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), associação ligada à UNESCO, apresenta o conceito de turismo cultural como “*aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos*”, e menciona a existência de benefícios socioculturais e econômicos recebidos pela população local, porém, destaca que esta atividade também pode provocar efeitos negativos, nocivos e destrutivos aos bens culturais e as próprias relações socioespaciais com o mesmo, devido ao uso massivo e descontrolado dos patrimônios arquitetônicos e naturais (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO CONTEMPORÂNEO E HUMANISMO. 1976, s/p).

Em suma, a patrimonialização de bens culturais acarreta num novo sistema econômico ligado ao turismo, motivando o surgimento de novas dinâmicas sociais e urbanas, buscando-se evitar a revitalização arquitetônica de uma zona histórica sem considerar fatores culturais essenciais para a formação de uma identidade local.

Os patrimônios culturais de Olinda, material e imaterial, são sua maior riqueza, patrimônios reconhecidos internacionalmente, mas que acarretam alguns conflitos em sua coexistência na cidade, prejudicando o sentimento de pertencimento adquirido pelos seus moradores para com o local que habitam.

O casario de Olinda, construído com técnicas e materiais primitivos, tem sofrido com a presença humana massiva e a dinâmica urbana contemporânea, resultando, por exemplo, em graves problemas estruturais que obrigam seus moradores a deixarem suas casas. Neste ponto, o carnaval é visto como um dos problemas de conservação do sítio histórico, pois a trepidação provocada pela festa e a grande concentração de pessoas, representa perigo de dano para casas e monumentos. Por outro lado a grande presença de turistas na cidade fortalece a economia local, o que pode favorecer o financiamento de ações de preservação e de educação patrimonial. Neste período, os órgãos ligados à preservação do patrimônio também se preocupam com a descaracterização das edificações, sobretudo de suas fachadas, que são revestidas com tecidos decorativos ou com tintas nocivas para as alvenarias históricas, além da instalação de infraestrutura para os diversos eventos que ocorrem durante o carnaval e de peças de propaganda que podem danificar as edificações e instalações urbanas.

Porém o carnaval também é motivo de reclamação de muitos moradores, que afirmam que neste período há um aumento da violência, sujeira nas ruas, excesso de ruído, limitação da mobilidade, entre outros pontos que afetam a relação de pertencimento desses moradores para com o Sítio Histórico de Olinda, pelo qual eles se identificam e buscaram morar devido sua ambiência e simbolismo. Muitos desses moradores preferem sair desta área durante os dias de festa motivados pelos conflitos citados, mas também por questões financeiras, alugando suas casas para turistas que querem vivenciar o carnaval olindense hospedados no foco do evento. Muitas das casas alugadas recebem uma quantidade excessiva de ocupantes temporários, possivelmente, provocando maiores danos aos frágeis imóveis (Figura 17).

A Carta de Washington (1986) aborda a importância da salvaguarda de sítios históricos com a participação de seus habitantes:

A participação e o comprometimento dos habitantes da cidade são indispensáveis ao êxito da salvaguarda e devem ser estimulados. Devem ser buscados em todas as circunstâncias, e favorecidos pela necessidade de tomada de consciência de todas as gerações. Não se deve jamais esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes (CARTA DE WASHINGTON, 1986, In CURY (org), 2004, p. 283).

Diante do exposto, foi realizada uma pesquisa que buscou compreender a experiência socioespacial do morador do Sítio Histórico de Olinda, através de sua valorização memorial,

sentimento de pertencimento e identidade afetiva, e até que ponto esses critérios subjetivos interferem na conservação do patrimônio histórico.

Figura 17: Ladeira 15 de Novembro. Um dos principais acessos dos foliões aos focos do Carnaval de Olinda.



Fonte: AUTOR, 2016.

5.1 A PESQUISA

Considerando o objetivo geral desse trabalho, que é investigar até que ponto as experiências socioespaciais são influenciadas pelo espaço urbano tombado e até que ponto essas experiências moldam esse espaço específico, através da percepção de seus moradores e dos valores apropriados pelos mesmos, foi delimitada, dentro do Polígono de Tombamento do Sítio Histórico de Olinda, a área de estudo e definidos as abordagens e instrumentos metodológicos, que exigiram a observação e percepção do pesquisador e a aplicação dos mesmos junto aos moradores dessas áreas, para posterior apresentação dos resultados.

A escolha dos procedimentos de análise buscou lidar com os aspectos subjetivos das observações, ao incorporar as emoções e as reações presentes em qualquer experiência vivenciada nas áreas analisadas. Ao assumir uma postura menos distanciada e neutra, o pesquisador-observador passa a ter consciência da subjetividade, das emoções e das relações que são vivenciadas pelos moradores do Sítio Histórico de Olinda, que, no contexto da pesquisa, são considerados os sujeitos ou protagonistas das experiências.

Diante desses direcionamentos, os procedimentos adotados foram: para as primeiras impressões, o [1] *Walkthrough*, para conhecimento geral das áreas, o [2] Mapa

Comportamental, e, para conhecimento das experiências socioespaciais nos lugares pesquisados, a [3] Seleção Visual, o [4] Mapa Mental e o [5] Poema dos Desejos.

Como já citado, esta é uma pesquisa voltada para a descrição de um fenômeno e como tal, visto que os fenômenos não são passíveis de serem estudados quantitativamente, é uma pesquisa que busca resultados qualitativos.

O número de participantes da etapa de “conhecimento das experiências socioespaciais” só foi definido durante o processo investigativo levando em consideração, prioritariamente, a qualidade das informações obtidas, chegando a um total de 32 (trinta e dois) moradores entrevistados. Esse número foi distribuído entre os moradores das áreas pesquisadas da seguinte forma: Subsetor B1 – 10 (dez) moradores; Subsetor B2 – 08 (oito) moradores; Subsetor B3 – 02 (dois) moradores; Subsetor B4 – 04 (quatro) moradores; Subsetor E1 – 02 (dois) moradores; Subsetor E2 – 06 (seis) moradores. Essa distribuição foi naturalmente alcançada devido à diversidade e quantidade de residências em cada subsetor e facilidade de contato com esses moradores.

5.1.1 *Walkthrough*⁵

Em geral, este é um procedimento que tem sido utilizado precedendo a todos os estudos e levantamentos, por possibilitar a identificação, descrição e hierarquização de aspectos da área analisada ou de seu uso, indicando a necessidade de estudos mais aprofundados.

No *Walkthrough*, os participantes devem ser especialistas ou representantes dos diversos grupos de usuários do ambiente construído. Esses observadores realizam uma entrevista-percurso de reconhecimento contemplando todas as áreas que serão consideradas no estudo, registrando todas as impressões em variados recursos disponíveis para tal atividade, como por exemplo, fichas de registro, diários, mapas, plantas, desenhos, gravações de áudio e vídeo, fotografias, *check-lists*, entre outros. É importante direcionar tanto o percurso realizado, quando o material coletado, o mais próximo possível de temas que motivem discussões entre os observadores.

Por ser um instrumento flexível, a *Walkthrough* permite o emprego de diversas abordagens, se subdividindo em outras categorias de procedimentos, que Rheingantz [et al.] (2009), classifica como: *Walkthrough Geral*, que possibilita a participação dos usuários do

⁵ Palavra da língua inglesa que pode ser traduzida como passeio ou entrevista acompanhada. Em função do reconhecimento mundial, inclusive por parte dos pesquisadores brasileiros, foi mantida a sua designação original em inglês.

local de estudo, de grupos de especialistas ou administradores, e utiliza o próprio ambiente físico como estímulo para auxiliar esses observadores a articularem suas impressões. *Walkthrough de Auditoria de Energia*, como o próprio nome sugere, está ligado à avaliação de desempenho energético. No *Walkthrough de Especialistas* participam apenas especialistas como o objetivo de analisar um determinado aspecto ou um conjunto de aspectos de um ambiente. Por fim, o *Passeio Walkthrough* se baseia no uso do ambiente físico como elemento capaz de ajudar os observadores na articulação de suas sensações em relação ao ambiente analisado, considerando as experiências e emoções vivenciadas como instrumentos de medição e de identificação da qualidade dos ambientes. O *Passeio Walkthrough* pode ser realizado por um ou dois participantes, porém quando os percursos forem realizados apenas por um observador-pesquisador, recomenda-se a realização de dois percursos em sequência, o primeiro para anotar os resultados das observações e/ou gravar em áudio todos os comentários e impressões, e o segundo para os registros gráficos e fotografias. Depois do trabalho de campo, as observações são lançadas em uma matriz composta de plantas baixas, fotografias e comentários (RHEINGANTZ [et al.], 2009).

Este estudo se alinha a uma abordagem experiencial, sendo assim, a postura do observador deve evitar o distanciamento crítico, registrando suas próprias emoções e reações às experiências vivenciadas durante suas interações com o local estudado.

Para esta investigação, foi adotado o *Passeio Walkthrough*. Este procedimento é considerado mais simples e ágil que os citados anteriormente, e esta simplificação é particularmente importante quando os interesses e demandas surgem dos próprios observadores, e não de uma demanda real e concreta dos usuários dos locais estudados.

5.1.2 Mapa Comportamental

A observação dos ambientes permite a produção de informações sobre as relações socioespaciais nele ocorridas, além da influência desse próprio ambiente sobre o comportamento de seus usuários.

Rheingantz [et al.] (2009, p. 35) conceitua Mapa Comportamental como sendo “*um instrumento para registro das observações sobre o comportamento e as atividades dos usuários de um determinado ambiente*”. Este procedimento é empregado no registro de informações referentes ao uso e apropriação do espaço por suas diversas categorias de experienciadores, identificando valores, atributos e símbolos reconhecidos pelos mesmos.

Os mapas comportamentais podem ser classificados em dois tipos: os *mapas centrados nos lugares* e os *mapas centrados nos indivíduos*. Nas observações que se utilizam

dos mapas centrados nos lugares, o pesquisador-observador se posiciona em um ponto com boa visibilidade geral e que interfira o mínimo possível na dinâmica habitual do local estudado, e são registrados, geralmente em plantas-baixas, todos os movimentos e ações que nele ocorrem. O objetivo do mapeamento centrado nos indivíduos é registrar o comportamento e as atividades de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, para realização. Para realização de tal procedimento, o observador-pesquisador deve seguir esse indivíduo ou grupo por um determinado período de tempo e por um percurso específico, isso exige, sempre que possível evitar a interação com os experienciadores do ambiente estudado (RHEINGANTZ [et al.], 2009).

Considerando a própria atividade de observação inerente a aspectos subjetivos, faz-se necessário incorporar a esta atividade, também uma abordagem experiencial, assim os mapas comportamentais resultantes dessa abordagem se apresentam mais próximos das experiências vivenciadas pelas pessoas em seus ambientes de interação, e pelos próprios pesquisadores-observadores durante todas as etapas de análise.

A adoção desse procedimento se deu com o objetivo de aprofundar o conhecimento do observador-pesquisador sobre as áreas de estudo, sobretudo após a realização do *Passeio Walkthrough*, sendo assim, fez-se necessário a elaboração de mapas comportamentais centrados nos lugares.

5.1.3 Seleção Visual

Utilizando-se de uma série de imagens como referências, selecionadas previamente, a Seleção Visual possibilita identificar valores e significados agregados aos ambientes construídos vivenciados pelos seus experienciadores. A aplicação deste procedimento permite reconhecer simbologias e aspectos culturais de um determinado grupo, além de compreender o imaginário desses grupos em relação a determinadas organizações espaciais.

A associação que as pessoas fazem com determinadas particularidades dos ambientes ou a influência das relações socioespaciais experienciadas no mesmo são determinantes para a leitura do ambiente analisado. Os instrumentos de análise visual facilitam a tradução de subjetividades, visto que, geralmente, os usuários/experienciadores apreendem as mensagens que são produzidas em suas relações socioespaciais, de maneira inconsciente. Esses instrumentos se mostram eficazes no reconhecimento de determinados componentes simbólicos que denotem associações que podem ser desejáveis e significativas (RHEINGANTZ [et al.], 2009, p. 63).

A Seleção Visual possibilita uma análise ampla das relações socioespaciais entre as áreas estudadas e seus experienciadores, visto que somados aos aspectos cognitivos desses indivíduos ou grupos estão suas expectativas, necessidades conhecimentos prévios e motivações. Estes aspectos subjetivos facilitam o reconhecimento de variáveis relacionadas com o grau de familiaridade dos experienciadores de um determinado *lugar*, com seus afetos ou *Topofilia* (Tuan, 1980), valores, emoções e com a condição sócio-histórica-cultural (RHEINGANTZ [et al.], 2009).

Para este procedimento metodológico, foram elaboradas duas fichas (Apêndice) com o objetivo de conhecer a apreciação do morador acerca do tema “Patrimônio Cultural”. A primeira ficha apresenta imagens de monumentos e sítios históricos reconhecidos pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, pelos diversos critérios de avaliação, logo, foi selecionada uma diversidade de bens cujos valores mais significativos são expostos de maneiras diferentes, e, as perguntas escolhidas para compor esta avaliação buscam, justamente, identificar se o morador entende o Patrimônio Cultural como um conceito uniforme ou com hierarquia e distinção qualitativa entre os bens.

A segunda ficha (Apêndice) segue o mesmo conceito, se utilizando das mesmas perguntas encontradas na ficha anterior, mas apresentando apenas imagens de reconhecidos patrimônios culturais materiais e imateriais de Olinda, assim, o morador pode expor o que ele reconhece como bem patrimonial ou seu nível de apreciação para com esses bens e assim apresentar uma noção preliminar de sua participação no processo de conservação desse bem e do Sítio Histórico de Olinda como um todo.

5.1.4 Mapa Mental

“*O Mapa Mental é um instrumento baseado na elaboração de desenhos ou relatos de memórias representativas das ideias ou da imageabilidade que uma pessoa ou um grupo de pessoas têm de um determinado ambiente*” (RHEINGANTZ [et al.], 2009, p. 56). Este procedimento possibilita o pesquisador-observador identificar o quanto os experienciadores reconhecem os locais estudados e quais são os aspectos físicos mais representativos na construção de sua imagem mental, atribuição de valores e sentimento de pertencimento.

Para a aplicação do Mapa Mental, solicita-se a criação de um desenho, um croqui ou mapa da área analisada, em uma folha em branco contendo instruções simples que apresentem quais informações gráficas devem ser indicadas nestes produtos.

Rheingantz [et al.] (2009) apresenta pelo menos duas abordagens com diferentes metodologias de aplicação do Mapa Mental: a primeira abordagem é o *modelo interpretativo*

ou comportamental, no qual é mais estruturado e se baseia em pressupostos e categorias de análise previamente determinados, e ao aplicar este modelo, o pesquisador-observador deve manter um certo distanciamento dos participantes. Em uma abordagem mais direta, distribui-se a folha em branco, faz-se uma breve exposição das instruções e o procedimento é iniciado. Com a conclusão da atividade, os papéis são recolhidos e sua análise é realizada posteriormente, baseada em categorias definidas previamente à aplicação do instrumento. O *modelo sociointerativo ou experiencial* é menos estruturado, já que, diferente do modelo anterior, não trabalha com categorias de análise previamente definidas. Neste modelo, o pesquisador-observador participa de todo processo, da aplicação a análise dos resultados, interagindo com os participantes durante as explicações e no registro de comentários que possam surgir durante a produção dos desenhos, devendo apenas evitar qualquer atitude ou comentário que possa influenciar ou direcionar os trabalhos. Com a conclusão dos desenhos e registros das informações necessárias para sua compreensão, os resultados se mostram mais simples e representativos em se tratando dos interesses e intenções dos participantes. Este modelo se mostrou o que ideal para atendimento desta etapa da pesquisa, logo, foi utilizado para registro de impressões por parte dos moradores do Sítio Histórico de Olinda.

O Mapa Mental propõe ao morador das áreas pesquisadas, que identifique por meio gráfico, uma área dentro do Sítio Histórico de Olinda, de preferência regularmente frequentada pelo mesmo. O objetivo desta atividade é identificar se este morador se vê pertencente a sua localidade ou uma região próxima de sua moradia. Este procedimento também permite identificar se este morador reconhece sua região como Patrimônio Cultural inserido no polígono de tombamento e preservação do Sítio Histórico de Olinda.

5.1.5 Poema dos Desejos

O Poema dos Desejos é considerado um instrumento de grande utilidade para aprofundar o conhecimento e a compreensão dos valores, emoções, afetos, simbolismos presentes nas interações pessoa-ambiente, além da importância e significado sócio-histórico-cultural para os diferentes grupos de usuários. Em sua aplicação, os participantes expressam por meio de desenhos ou palavras, suas necessidades, sentimentos e desejos, relativos à área estudada, relacionando-os a uma sentença previamente proposta. Este é um procedimento não estruturado e de livre expressão, que possui como principal característica o incentivo a espontaneidade das respostas, proporcionando resultados ricos em representatividade das subjetividades presentes nas relações socioespaciais (RHEINGANTZ [et al.], 2009).

O Poema dos Desejos é uma ferramenta consideravelmente mais eficaz do que aquelas cujos objetivos sejam muito específicos e declarados, especialmente quando a intenção é valorizar um caráter mais global e exploratório da observação. As declarações espontâneas compõem um conjunto de informações ilustrativo e, quando combinadas com as respostas de diversas categorias de usuários, possibilitam que se obtenha um perfil representativo dos desejos e demandas do conjunto de usuários de um determinado ambiente. A análise dos “poemas” possibilita a identificação do imaginário coletivo em relação àquele contexto experienciado pelos usuários, contribuindo com a construção do que seria a imagem ideal do ambiente analisado (RHEINGANTZ [et al.], 2009, p. 43).

A elaboração e aplicação desse procedimento são simples. São preparadas fichas contendo as informações para seu preenchimento, a sentença que servirá como base para a produção dos textos ou desenhos, e um espaço em branco de dimensão satisfatória para a livre expressão do participante.

Para a construção dos Poemas dos Desejos (Apêndice) foram utilizadas duas sentenças para serem completadas individualmente: [1] *“Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda...”* e [2] *“O Sítio Histórico de Olinda pertence a...”*. De maneira mais livre, o morador tem a oportunidade discursiva de expor outras ideias e aspectos que contribuem para o enfraquecimento ou fortalecimento do sentimento de pertencimento para com o Sítio Histórico de Olinda, a atribuição de manutenção de valores e como esses aspectos influenciam as relações socioespaciais e consequentemente a conservação do Patrimônio Cultural.

5.2 POLÍGONO DE TOMBAMENTO E ENTORNO: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

Para delimitação da área de estudo, considerou-se primeiramente, os setores e suas subdivisões definidos pela ratificação da Notificação Federal nº 1155/79, elaborada pelo Escritório Técnico I – Olinda/IPHAN, em 1985, que tem como objetivo:

[...] o reestudo do tombamento/ vizinhança, etc., bem como critérios de proteção, visando compatibilizar as legislações existentes nas várias esferas de poder, adequando as proposições aos planos governamentais e à realidade e tendências em termos de parcelamento, ocupação e uso, observado sempre o princípio da preservação. Sendo considerado o objeto da preservação não só os monumentos e casario, mas também o meio-ambiente, a paisagem e primordialmente o homem, seus anseios e necessidades atuais em termos de habitabilidade e conforto ambiental (OLINDA, 1985, n/p).

Uma das propostas apresentadas nessa revisão da legislação de 1979 foi a definição, dentro do Polígono de Tombamento e seu Entorno, de diversos Setores e Subsetores com índices urbanísticos quanto a gabarito, taxa de ocupação e taxa de solo virgem próprios. Aos

Setores mais significativos foram aplicadas diretrizes que protegem as características morfológicas das edificações, garantindo sua conservação.

Para esta pesquisa, como já citado na Introdução, as áreas de estudo selecionadas foram:

O Setor B, que corresponde à área de menor densidade monumental do Polígono Tombado, com os seguintes Subsetores:

- a) Subsetor B1, bairros do Varadouro e do Carmo;
- b) Subsetor B2, trechos dos bairros de Guadalupe e de Bonsucesso;
- c) Subsetor B3, casario da Rua da Bica dos Quatro Cantos (Mapa 03);
- d) Subsetor B4, casario da Rua da Boa Hora (Mapa 04).

O Setor E, que corresponde à área de densidade monumental da Área de Entorno, com os seguintes Subsetores:

- a) Subsetor E1, casario do lado ímpar da Rua de Santa Tereza, no trecho que vai da Avenida Olinda a Rua Chã Grande (Mapa 05);
- b) Subsetor E2, casario da Rua Duarte Coelho e Convento de Santa Tereza (Mapa 06).

A escolha desses setores se deu por eles estarem localizados em áreas distintas dentro do Polígono de Preservação (Setor B, na área tombada e Setor E, no entorno), o que possivelmente contribui para a diferenciação das relações socioespaciais entre os moradores desses setores e os locais em que eles habitam, porém, de acordo com a ratificação da Notificação Federal do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno nº 1.155/79 (Apêndice), os projetos de intervenção arquitetônica em imóveis localizados em ambos os setores deverão atender as mesmas condições e restrições, que são de caráter puramente físico, se tratando de novas construções ou das existentes, em questões visibilidade originária do conjunto urbano e da manutenção das relações tipológicas de cor e volumetria originais. Esta legislação descreve uma série de restrições que devem ser respeitadas num projeto de reforma, restauração ou de nova construção dentro da área tombada, citando, por exemplo, apenas a utilização de técnicas e materiais tradicionais nessas intervenções, permitindo o emprego de técnicas e materiais modernos quando os tradicionais se revelarem insuficientes para garantirem a consolidação da edificação. Diretrizes para a instalação de poços de iluminação e ventilação, instalação de elevadores e aparelhos de ar condicionado, reforma das cobertas, revestimento de paredes e pisos, forros e pintura das fachadas, também são citadas (OLINDA, 1985, n/p).

Visando alcançar os objetivos propostos, foram estabelecidas duas etapas de investigação, se utilizando dos procedimentos metodológicos selecionados. A primeira etapa

consistiu no conhecimento das áreas de estudo através de levantamento de campo e registro de suas características socioespaciais. Esta atividade foi fundamental para a formação, por parte do pesquisador-observador, de uma visão da realidade local e a configuração de cenas urbanas que serviram de base para a elaboração do material de análise da etapa seguinte. A segunda etapa teve como finalidade levantar, por meio de imagens mentais construídas pelos moradores dos locais estudados, suas relações socioespaciais e subjetividades baseadas em sentimentos e valores por eles atribuídos a estes locais, a fim de responder os objetivos da investigação.

Mapa 03: Subsetor B3, casario da Rua da Bica dos Quatro Cantos.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2016.

Mapa 05: Subsetor E1, casario do lado ímpar da Rua de Santa Tereza, no trecho que vai da Avenida Olinda a Rua Chã Grande.

Mapa 04: Subsetor B4, casario da Rua da Boa Hora.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2016.

Mapa 06: Subsetor E2, casario da Rua Duarte Coelho e Convento de Santa Tereza.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2016.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2016.

5.3 RESULTADOS APURADOS PELA PESQUISA

A análise e apresentação dos dados tiveram como base as informações obtidas durante as duas etapas desta fase da investigação, oferecendo conteúdo que expusessem os pontos de vista do pesquisador-observador e de moradores dos setores do SHO selecionados como recorte espacial da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos utilizados permitiram que os participantes tivessem uma maior liberdade ao contribuírem com as atividades propostas, as informações qualitativas obtidas pela aplicação da Seleção Visual, dos Mapas Mentais e dos Poemas dos Desejos, demonstraram também o potencial que os patrimônios culturais olindenses exercem na percepção de seus moradores, através da identificação de cenas urbanas e dos símbolos a da atribuição de valores, que as compõem.

5.3.1 Setor B

5.3.1.1 Primeira etapa: visão do pesquisador-observador – primeiras impressões e conhecimento geral da área.

Os procedimentos metodológicos realizados nesta etapa foram o *Passeio Walkthrough* e a construção de Mapas Comportamentais centrados nos ambientes. No Setor B essas atividades contemplaram seus quatro subsetores em dois momentos distintos, totalizando oito percursos, que proporcionaram obter um panorama geral dos aspectos físico-espaciais e de vivências experienciadas nessas áreas. Durante esses percursos, foram realizadas anotações

acerca das principais atividades de convívio e sociabilização dos moradores, principais áreas de interesse, sistema viário, situação do patrimônio histórico edificado, entre outros pontos, seguido de levantamento fotográfico e elaboração de mapas comportamentais que registrassem a apropriação desses espaços.

Mapa 07: Subsetor B1. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2017.

O Subsetor B1 (Mapa 07) engloba parte dos bairros do Varadouro e Carmo, sendo a área de maior dimensão entre os subsetores analisados, bem como o de maior diversidade, levando em consideração os mais variados aspectos: regiões mais “tranquilas”, residenciais em sua predominância, em contraste a outras extremamente movimentadas; avenidas com grande fluxo viário (Figuras 18 e 19), utilizadas como importantes acessos de moradores e visitantes ao Sítio Histórico de Olinda; presença de praças (Figuras 20 e 21), equipamentos públicos (Figura 22) e monumentos históricos que são utilizados apenas por moradores, como por exemplo, igrejas que são abertas nos horários onde são realizadas as missas (Figura 23), porém, outras áreas com grande concentração de bares e outros espaços onde são realizadas atividades que atraem pessoas de outras áreas da cidade de Olinda ou até mesmo de outros municípios da região metropolitana, gerando uma interação distinta das ocorridas em outros subsetores. Ou seja, também sendo uma área considerada polo gerador de tráfego local e de atratividade, visto a existência desses pontos de interesse e potencial para receber eventos.

Figura 18: Circulação de transporte público na Av. Joaquim Nabuco.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 19: Fluxo viário na Av. Sigismundo Gonçalves.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 20: Praça em frente ao Cine Duarte Coelho.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 21: Praça do Jacaré.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 22: Biblioteca Pública de Olinda.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 23: Igreja de São Sebastião.



Fonte: AUTOR, 2017.

O *Passeio Walkthrough* teve início na Rua Henrique Dias (Figura 24), seus imóveis são predominantemente de uso residencial, e mesmo podendo servir de ligação entre áreas mais internas do Sítio Histórico de Olinda e seu entorno, notou-se que esta via é utilizada quase que exclusivamente por seus moradores, fato distinto do percebido no trecho da Rua 15 de Novembro (Figura 25) que está inserido no Subsetor B1, visto que nesta rua estão localizados estabelecimentos comerciais, consultórios, pousada, a Câmara de Vereadores de Olinda e é o acesso mais direto a Prefeitura Municipal.

Figura 24: Rua Henrique Dias.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 25:** Rua 15 de Novembro.**Fonte:** AUTOR, 2017.

O trecho que vai do Mercado Eufrásio Barbosa (Figura 26) até a Praça do Fortim, limite do Subsetor B1, apresenta intensa circulação de veículos, inclusive sendo a Av. Sigismundo Gonçalves, a Rua do Farol e a Rua do Sol um dos mais importantes corredores de transporte público de Olinda, ligando o Sítio Histórico ao centro comercial e praias do Município. Com essas vias dividindo esse trecho do Subsetor B1 percebeu-se também uma distinção das experiências vivenciadas em cada área, com um uso dos espaços públicos da região dos Milagres (Figuras 27 e 28) apenas por parte dos moradores dessa área e de comunidades próximas, ao mesmo tempo em que se notou um certo distanciamento na relação socioespacial entre esse mesmo público de experienciadores com outras áreas do Sítio Histórico e isso também pode influenciar na sua conservação.

Figura 26: Mercado Eufrásio Barbosa.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 27:** Largo da Igreja de Santa Cruz dos Milagres sendo utilizado como área de lazer.**Fonte:** AUTOR, 2017.

Sentimento oposto ao percebido na Rua do Sol (Figura 29), que mesmo também sendo uma via de grande fluxo de veículos e uso predominantemente comercial, suas casas transmitem uma maior conexão com Sítio Histórico, assim como os trechos da Rua de São Francisco (Figura 30) e da Rua do Bonfim (Figura 31), onde, possivelmente, suas localizações (com parte inserida no Setor A, área urbana de preservação rigorosa, representando o núcleo

primitivo do Sítio Histórico de Olinda) fortalecem a atribuição de valores e consequentemente, sua conservação.

Figura 28: Praça dos Milagres.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 29: Praça do Fortim e Rua do Sol.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 30: Rua de São Francisco.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 31: Rua do Bonfim.



Fonte: AUTOR, 2017.

Estão localizados no Subsetor B1 instituições educacionais, espaços públicos de lazer, bares e restaurantes, além de diversos outros equipamentos do quotidiano (Figuras 32 a 39) que não são frequentados apenas pelos moradores da área, mas também por outros públicos, atraídos pelos mais diversos interesses e motivações. Possivelmente essa seja a característica socioespacial mais significativa deste subsetor, que não ocorre ou ocorre com menos intensidade nas outras áreas estudadas, porém, as experiências desses públicos diversos não se dão com o Sítio Histórico de uma maneira geral, mas sim com os interesses nos lugares específicos frequentados, tornando perceptíveis distinções entre eles e o morador.

Figura 32: Escola Sigismundo Gonçalves.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 33:** Faculdade de Olinda.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 34:** Praça do Fortim.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 35:** Praça do Fortim.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 36:** Área onde são realizados eventos culturais.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 37:** Travessa da Rua do Sol onde são realizadas festas.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 38:** Clube Atlântico de Olinda.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 39:** Lanchonete na Av. Sigismundo Gonçalves.**Fonte:** AUTOR, 2017.

Parte dos bairros de Guadalupe e Bonsucesso está inserida no Subsetor B2 Mapa 08). A Rua Nossa Senhora do Guadalupe (Figura 40) se mostra como uma das primeiras áreas de expansão residencial de Olinda, diretamente ligada ao Largo do Amparo, importante área do Sítio Histórico, mas apresentando casas de idade e estilo arquitetônico mais recentes, diferentemente de sua via paralela, a Rua de São João (Figura 41), com aspectos arquitetônicos predominantemente coloniais, mas ambas apresentam semelhante fluxo e uso espacial por parte dos moradores. Essas vias, juntamente com a Estrada do Bonsucesso (Figura 43), são as utilizadas pelo transporte público que atende os moradores do Sítio Histórico (Figura 44).

Mapa 08: Subsetor B2. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2017.

Figura 40: Rua Nossa Senhora do Guadalupe.



Fonte: AUTOR, 2017.

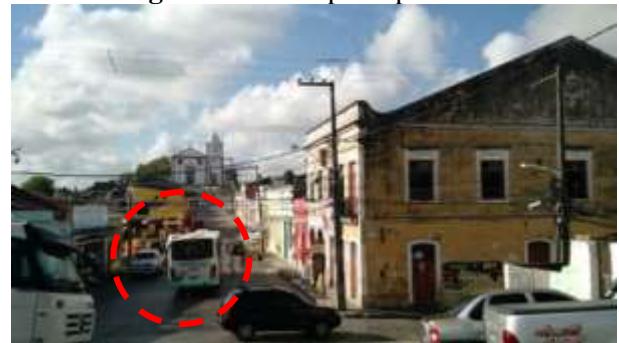
Figura 41: Rua de São João.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 42: Estrada do Bonsucesso.

Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 43: Transporte público.

Fonte: AUTOR, 2017.

Notou-se uma forte relação entre os moradores deste subsetor com o estilo de vida mais despojado, reconhecido como característico do Sítio e com os próprios valores atribuídos a Olinda. Observaram-se moradores reunidos nas proximidades de monumentos como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figura 44), com o uso social tanto na parte interna quanto externa do templo, bem como da praça e da quadra no entorno (Figura 45), numa clara relação de pertencimento ao local. A área de lazer próxima a Igreja é amplamente frequentada pela população local.

Região vibrante e com “vida própria”, sem a maciça presença de turistas, assim como todo o trecho percorrido da Estrada do Bonsucesso, via principal do bairro, transmitindo uma qualidade a todo Subsetor B2 distinta do que pode ser percebida nas partes primitivas do núcleo histórico (Setor A), consolidando certas subjetividades.

Figura 44: Igreja de N. S. do Rosário.

Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 45: Área de lazer.

Fonte: AUTOR, 2017.

O Subsetor B3 (Mapa 09) comprehende apenas a Rua Bica dos Quatro Cantos, um pequeno trecho do Sítio Histórico que mescla casas do período colonial com imóveis de feições contemporâneas, com muros no paramento da rua e não diretamente as fachadas (Figura 46), permite a observação de vegetação de grande porte na parte frontal das casas.

Mapa 09: Subsector B3. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área.

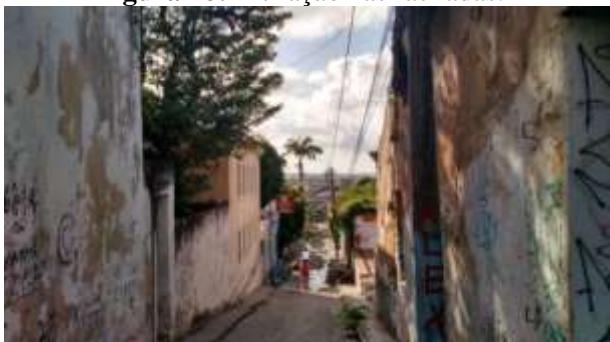


Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2017.

Essa via também pode ser usada como acesso às áreas mais centrais do Sítio Histórico, porém, percebe-se a preferência por outros caminhos. Alguns imóveis possuem muros encimados por arame farpado, grades e portões (Figura 47), possivelmente por transmitir uma sensação de insegurança não percebida em outros momentos do *Passeio Walkthrough*. As fachadas apresentam considerável grau de degradação, com pichações em quase todos os imóveis e por toda a área da Bica dos Quatro Cantos (Figuras 48 e 49). Esta, comumente usada para banhos por moradores de comunidades próximas, muitas vezes sem o uso de qualquer vestimenta, podendo causar constrangimentos em outras pessoas que moram ou transitam na via.

Essa situação de intimidade pode interferir nas relações socioespaciais desses moradores com esta rua especificamente e com todo o Sítio Histórico. Embora o tipo encontrado na maioria das residências da Rua Bica dos Quatro Cantos, com seus jardins frontais à sombra de grandes árvores, pudessem atrair a permanências nesses espaços, em nenhum dos percursos realizados, em dias e horários diferentes, observou-se a presença de moradores utilizando esses espaços.

É na Rua Bica dos Quatros Cantos que está localizado o Escritório Técnico do IPHAN em Olinda.

Figura 46 Rua Bica dos Quatro Cantos.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 47:** Muro com arame farpado e grande portão.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 48:** Pichação nas fachadas.**Fonte:** AUTOR, 2017.**Figura 49:** Bica dos Quatro Cantos.**Fonte:** AUTOR, 2017.

A Rua da Boa Hora e parte da Rua Joaquim Cavalcanti representam o Subsetor B4 (Mapa 10), nesta área está localizada a Igreja de Nossa Senhora da Boa Hora, aberta apenas para missas ou atividades realizadas pelas religiosas da Ordem Beneditina com a participação da comunidade. Percebeu-se uma estreita relação dos moradores não só com o monumento religioso, mas com toda ambiência deste subsetor, o que pode ter contribuído para a manutenção e fortalecimento das relações socioespaciais, através do que se é experienciado no local em que vivem, de acordo com o que se experiência no local e pela observação do estado de conservar satisfatório das fachadas dos imóveis (Figuras 50, 51 e 52).

Mapa 10: Subsetor B3. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2017.

Notou-se a presença de moradores nas calçadas e nas janelas de suas casas, interagindo uns com os outros e com as próprias ruas compreendidas por este subsetor, além do constante uso da Rua da Boa Hora como acesso às áreas internas do Sítio Histórico. Além disso, a Rua Joaquim Cavalcanti é bastante usada pelas crianças para atividades de lazer (Figura 53).

Estas ruas se mostraram umas das mais tradicionais dentre as percorridas. Diferentemente do que acontece em outras partes do SHO, onde há a predominância de moradores recentes, aparentemente, a maioria das famílias que vivem na região está nas mesmas residências que já viveram muitos de seus antepassados.

Figura 50: Igreja de N. Senhora da Boa Hora.



Fonte: AUTOR, 2017.

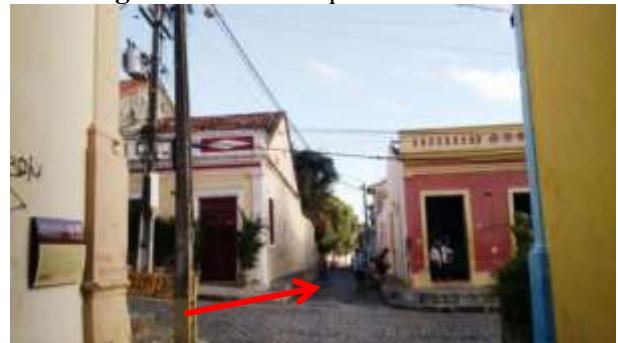
Figura 51: Rua da Boa Hora.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 52: Rua da Boa Hora.

Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 53: Rua Joaquim Cavalcanti.

Fonte: AUTOR, 2017.

A utilização, inicialmente, desses procedimentos metodológicos se mostrou fundamental para o reconhecimento das áreas analisadas por focar em experiências concretas e em aspectos subjetivos e qualitativos, buscando uma apreensão baseada apenas nas reações e emoções vivenciadas durante o processo de interação do pesquisador/observador com o ambiente estudado, não apenas em uma observação do meio físico, mas em busca de novos significados ao entendimento do lugar.

5.3.1.2 Segunda etapa: visão do morador – conhecimento das experiências socioespaciais.

Por meio da escolha de imagens de bens com características distintas, porém tendo o título de Patrimônio da Humanidade em comum, relacionando-as com perguntas que provocassem uma discussão acerca da temática do patrimônio cultural, na primeira atividade de Seleção Visual (Figuras 54 e 55) notou-se que para a maioria dos entrevistados, este conceito ainda está muito ligado a monumentalidade e a certo nível de complexidade artística. Os monumentos com essas características foram considerados os que são mais facilmente reconhecidos como Patrimônio da Humanidade e por isso devem ser mais bem conservados, na opinião da maioria dos moradores do Setor B participantes da pesquisa, como pode ser observado nos seguintes exemplos:

Figura 54: Seleção Visual – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Sociospatial Como Agente No Processo De Conservação Da Sítio Histórico De Olinda
Autor: Nilge Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Seleção Visual</i>	Data: <i>23/01/2017</i>	
Setor: <i>B</i>	Subsetor:	
Obs: Assinale quantas opções desejar.		
<ul style="list-style-type: none"> Quais imagens são mais facilmente reconhecidas como Patrimônio da Humanidade? <input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F 		A
<ul style="list-style-type: none"> Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F 		B
<ul style="list-style-type: none"> Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <i>Altura da construção</i> <i>Cor da fachada</i> <i>Altura da construção</i> <i>Altura da construção</i> 		C
		D
		E
<ul style="list-style-type: none"> Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F 		F

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 55: Seleção Visual – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Seu Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Débora Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Seleção Visual</i>	Data: <i>23/01/2017</i>	
Setor: <i>B</i>	Subsetor:	
Obs: Assinale quantas opções desejar.		
<ul style="list-style-type: none"> Quais imagens são mais facilmente reconhecidas como Patrimônio da Humanidade? <p>() A <input checked="" type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F</p>		<i>A</i>
<ul style="list-style-type: none"> Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <p>() A <input type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>		<i>B</i>
<ul style="list-style-type: none"> Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <p><i>As conservações do espaço e seu natural.</i></p>		<i>C</i>
<ul style="list-style-type: none"> Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <p>(3) A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>		<i>D</i>
		<i>E</i>
		<i>F</i>

Fonte: MORADOR, 2017.

Alguns bens recebem esse título pelos valores, simbolismos ou grau de excepcionalidade atribuído a eles, não necessariamente por sua dimensão ou qualificação de seus elementos artísticos. Porém, aparentemente essa noção patrimonial não recebe o mesmo reconhecimento das características já citadas de maneira mais ampla, isso pode se tornar prejudicial para a conservação desse bem, visto que a consideração de sua importância cultural se torna enfraquecida.

Como aspectos que devem ser destacados, entre os moradores do Setor B, a ênfase foi dada ao valor de antiguidade e ao valor de existência das edificações. Para os entrevistados, o valor de antiguidade se torna tão importante para a consolidação do bem como patrimônio cultural, quanto os aspectos artísticos. Essa sentença é confirmada quando se revela a ordem de preferência dos participantes, em relação às imagens apresentadas e há uma predominância da Figura B, representada pelo Coliseu de Roma, Itália, ocupando as primeiras posições. A Figura D, a Catedral de Sevilha, Espanha, foi outro monumento posicionado nos primeiros lugares, na ordem de preferência dos respondentes. A Figura F, Casario de Cartagena das Índias, Colômbia, ocupou posições intermediárias na maioria das respostas, tendo as Figuras A, C e E, Pueblo de Taos, Estados Unidos, Aldeia Histórica de Shirakawa-Go, Japão, e Palácios Reais de Abomei, Benim, respectivamente, sendo os menos preferidos, justamente as edificações que apresentam arquitetura menos exuberante.

O resultado dessa ordem de preferência representa a ideia de patrimônio cultural como uma manifestação onde os aspectos físicos são mais importantes que os humanos, onde as relações socioespaciais ainda não tem sua participação devidamente reconhecida numa prática conservacionista.

A atividade Seleção Visual (Figuras 56 e 57) também foi aplicada apresentando apenas imagens de patrimônios culturais olindenses, sendo elas: (A) Carnaval; (B) Paisagem; (C) Ateliê de Artista Plástico; (D) Arquitetura Religiosa; (E) Tapioqueira; (F) Casario Histórico.

Figura 56: Seleção Visual – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Edilge Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <u>Seleção Visual</u>	Data: <u>23/01/2017</u>
Setor: <u>B</u>	Subsetor:
Obs: Assinale quais opções desejar.	
<ul style="list-style-type: none"> Quais imagens melhor representam o Sítio Histórico de Olinda? <p><input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>	
<ul style="list-style-type: none"> Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <p><input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>	
<ul style="list-style-type: none"> Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <p><u>Funções sociais em turismo, identidade da cultura, conservação da memória social do lugar, entre outras.</u></p>	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
<ul style="list-style-type: none"> Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <p><input type="checkbox"/> A <input checked="" type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 57: Seleção Visual – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Sadoespacial Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Dôego Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Seleção Visual</i>	Data: <i>23/01/2017</i>
Setor: <i>B</i>	Subsetor:
Obs: Assinale quantas opções desejar.	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais imagens melhor representam o Sítio Histórico de Olinda? <p><input type="checkbox"/> A <input checked="" type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <p><input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <p><i>Acessa público sem construções e seguras, valorizando cultural, social, comunitário, os aspectos.</i></p>	
	
<ul style="list-style-type: none"> • Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <p><input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F</p>	
	

Fonte: MORADOR, 2017.

Dentre as imagens listadas, para o morador do Setor B, as que mais representam o Sítio Histórico de Olinda são as que se manifestam como patrimônio material, ou seja, o casario, as igrejas e a paisagem cultural, sendo esses, os que para eles teriam prioridade num processo de conservação. Nestas mesmas sentenças, se pôde observar que o carnaval não teve uma presença significativa entre as respostas obtidas. Tanto o frevo quanto a própria festa foram declarados, no ano de 2012, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, pela UNESCO, porém, essa manifestação não é vista positivamente entre os moradores do Setor B.

A diversidade cultural foi um aspecto a ser destacado amplamente citado na pesquisa. Neste ponto os respondentes passaram a considerar as relações socioespaciais como integrantes do cotidiano do Sítio Histórico e por isso importante para manutenção dos seus valores mais significativos, mas desassociam essa característica do conceito de patrimônio e consequentemente não a considerando objeto de conservação e tombamento. A “memória” também foi citada como aspecto a ser destacado, sendo representada por todos os elementos físicos e humanos mostrados nas imagens.

A preferência dos respondentes pelas imagens que mostrassesem aspectos físicos do Sítio Histórico de Olinda também foi comprovada na última sentença, onde as figuras com essas características apareceram, predominantemente, nas primeiras posições, seguindo uma ordem de preferência, com destaque para a Figura B, a Paisagem Cultural.

A análise dos Mapas Mentais (Figuras 58 e 59) produzidos pelos moradores do Setor B mostra claramente a importância do próprio local e sua participação nas relações socioespaciais desse trecho do Sítio Histórico. A predominância de ambientes que foram reproduzidos nesta atividade, é de locais que fazem parte dos próprios subsetores onde vivem os participantes.

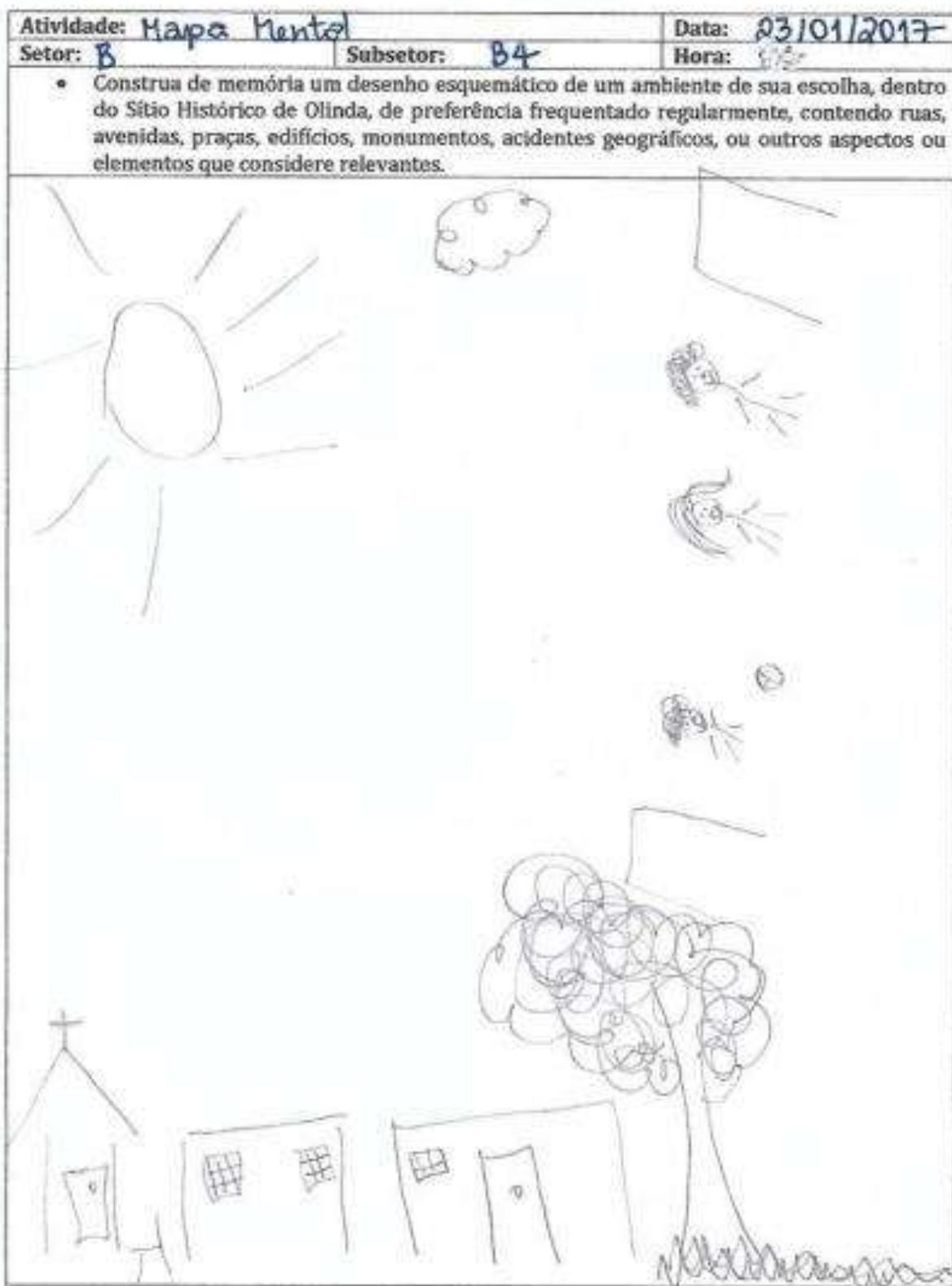
Muito desse fenômeno se dá pela diversidade encontrada nos subsetores que compõem o Setor B, com a presença de equipamentos públicos de lazer, estabelecimentos comerciais, além de bares e restaurantes, porém, cenas urbanas quotidianas também foram retratadas, demonstrando grau de pertencimento a esses locais, em detrimento a outros importantes locais do Sítio Histórico, como o Alto da Sé (Setor A), por exemplo.

O caráter espontâneo dessa atividade permitiu respostas compostas de sentimentos e elementos mais subjetivos. Todos os locais representados foram escolhidos muito mais pelos valores humanos atribuídos a eles que por características puramente físicas. Os edifícios e monumentos representados nos mapas mentais estão lá como referências locais ou por atividades ligadas a eles e não propriamente por características arquitetônicas ou valores históricos e artísticos.

Figura 58: Mapa Mental – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Departamento de Arquitetura e Urbanismo
 Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
 Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioocupacional Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
 Autor: Déigo Cesar Oliveira de Carvalho



Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 59: Mapa Mental – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioocupacional Como Agente(s) Na Processo(s) De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Débora Cecília Oliveira de Carvalho

Fonte: MORADOR, 2017.

Para a sentença “O Sítio Histórico de Olinda pertence...”, complementos como “a humanidade”; “ao povo”; entre outros, foi o perfil de resposta mais comum dada à atividade Poema dos Desejos (Figuras 60 a 63). Os moradores do Setor B que participaram da pesquisa não observam o Sítio Histórico de Olinda como algo local e exclusivo, mas, claramente se considerando parte desse “povo” e considerando apenas elementos positivos acarretados por essa presença popular.

Essa preocupação pode ser percebida no complemento da sentença “Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda...”, onde houve a predominância de respostas mais amplas, sobretudo se referindo a questões de segurança pública e ligadas a conservação dos monumentos e sinalização dos mesmos, com placas informando histórico, horário de visitação e valor de ingressos para aqueles que cobram pelo seu acesso, demonstrando a importância da atividade turística para a Cidade, além de reconhecimentos das potencialidades do Sítio Histórico.

Figura 60: Poema dos Desejos – Setor B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Departamento de Arquitetura e Urbanismo
 Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
 Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
 Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: Poema dos Desejos	Data: 23/01/2017
Setor: B	Subsetor:
<ul style="list-style-type: none"> • O Sítio Histórico de Olinda pertence... <p>à humanidade, vale seu título de Patrimônio Cultural da Humanidade;</p> <p>à população local, que vive e trabalha por lá;</p> <p>à prefeitura, responsável pela manutenção e manutenção das vias.</p>	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 61: Poema dos Desejos– Setor B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Bárbara Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Poema dos Desejos</i>	Setor: <i>B</i>	Subsetor:	Data: <i>23/01/2017</i>
• O Sítio Histórico de Olinda pertence...			Hora:
<p><i>As poesias aos moradores</i></p>			

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 62: Poema dos Desejos – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Departamento de Arquitetura e Urbanismo
 Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
 Desenvolvimento de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
 Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: Poema dos Desejos	Data: 23/01/2017
Setor: B	Subsetor: B2
Hora:	
<ul style="list-style-type: none"> • Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda... • Fosse mais bem conservado • Fossem mais extensos e antigos • Voltasse a juntar acenajá na 56 • Tivesse mais elegantes • Tivesse pedras de xixi próximas ao observatório • Não tivesse pedras de xixi próximas ao observatório • Que a carta d'água não fosse tão cara 	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 63: Poema dos Desejos – Setor B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: Poema dos Desejos	Data: 23/01/2017
Setor: B	Subsetor: B3
<ul style="list-style-type: none"> • Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda... <p>Transformasse meu sonho em realidade; - Restaurasse todos os mosaicos das casas possíveis para a urbanização; - Os mosaicos que viriam para a urbanização possuam mina de gesso com cores e formas pra vida, incluindo máscaras, cores ricas e fortes.</p>	

Fonte: MORADOR, 2017.

Os órgãos de proteção do patrimônio, como o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Olinda, não foram citadas de maneira positiva. Esses órgãos são responsáveis pela aplicação das legislações, legislações que não são conhecidas pela maioria dos moradores deste Setor, e que contemplam, de maneira homogênea, apenas a manutenção da arquitetura original, ou seja, elementos físicos, muitas vezes causando conflitos entre o morador do Setor B e os representantes dessas instituições.

Como contribuição a compreensão das vivências experienciadas no Setor B, baseadas nas observações feitas nas duas etapas da pesquisa, foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 02: Síntese das relações socioespaciais ocorridas no Setor B.

	ELEMENTOS SOCIAIS	ELEMENTOS ESPACIAIS
DIMENSÃO PRÁTICO-AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Grande atividade de moradores devido à existência de locais de interesse; - Preocupação com a segurança pública e sensação de insegurança; - Experiências vivenciadas com a vizinhança; - Participação em eventos locais; - Potencial cultural; - Grande circulação e fluxo de moradores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso das ruas e outros espaços como área de lazer; - Modificações arquitetônicas visando à segurança; - Ambiência diversificada.
DIMENSÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Uso predominantemente residencial; - Equipamentos geradores de interesse e atração de público exterior; - Sensação de pertencimento e de identificação do morador com o local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade arquitetônica; - Diversidade viária; - Vias com grande fluxo de veículos; - Conexão direta com outros setores do Sítio Histórico; - Localização de vias principais; - Percurso de transporte público.

Fonte: AUTOR, 2017.

5.3.2 Setor E

5.3.2.1 Primeira etapa: visão do pesquisador-observador – primeiras impressões e conhecimento geral da área.

Para esta primeira etapa, no Setor E, foram realizadas quatro visitas, duas para cada subsetor, em dias e horários distintos.

O Subsetor E1 (Mapa 11) comprehende apenas o lado esquerdo de um trecho da Rua de Santa Tereza, no bairro de mesmo nome, contemplando um número reduzido de imóveis históricos (Figuras 64, 65 e 66). Este subsetor está localizado na área de entorno do Sítio Histórico de Olinda, sendo também, considerada a presença de outros exemplares arquitetônicos de valor histórico, um subsetor “isolado”, sem fronteiras imediatas com outros subsetores (o mais próximo é o Subsetor E2). A área está localizada as margens de uma

movimentada avenida que serve como principal ligação entre o Recife e os bairros litorâneos de Olinda, e próxima a diversos estabelecimentos comerciais.

Mapa 11: Subsetor E1. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área.



Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2017.

A Rua de Santa Tereza serve como acesso a um conjunto de habitação popular e possui área de lazer exatamente em frente ao conjunto arquitetônico tombado, porém, percebeu-se que possivelmente as relações socioespaciais e de sociabilização estão mais fortalecidas entre os moradores do conjunto habitacional e dos imóveis que não fazem parte do Subsubsetor E1, do que dos imóveis contemplados pela legislação do IPHAN. Destes, alguns apresentam descaracterização das coberturas (Figura 67).

Figura 64: Rua de Santa Tereza.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 65: Rua de Santa Tereza.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 66: Rua de Santa Tereza.

Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 67: Detalhe dos imóveis nº 31 e nº 49, com descaracterização das cobertas.

Fonte: AUTOR, 2017.

Todo conjunto arquitetônico da Rua Duarte Coelho está contemplado pelos Subsetor E2 (Mapa 12), incluindo o Convento de Santa Tereza (Figura 68), monumento também tombado isoladamente pelo IPHAN, e que possui em suas dependências físicas uma escola pública frequentada predominantemente por estudantes que moram nas proximidades do Convento. Este subsetor, assim como o citado anteriormente, não apresenta relação física imediata com outras áreas históricas, e esse isolamento pode conferir uma relação mais própria com o ambiente.

Mapa 12: Subsetor E2. Percurso realizado pelo AUTOR para conhecimento da área.

Fonte: Google, com modificação feita pelo AUTOR, 2017.

A via possui uma predominância de imóveis históricos, alguns com descaracterizações nas coberturas, porém, bom estado de conservação das fachadas. Na Rua Duarte Coelho existem também alguns exemplares arquitetônicos contemporâneos e que por estarem dentro da área

tombada, estão sujeitos às diretrizes presentes na legislação do IPHAN, e seus moradores a algum tipo de reação à patrimonialização de seus imóveis (Figura 69).

Figura 68: Convento de Santa Tereza.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 69: Prédios de apartamentos na Rua Duarte Coelho.



Fonte: AUTOR, 2017.

O uso predominante é o residencial, porém, observou-se a presença de estabelecimentos como ateliês artísticos, restaurante e repartições públicas funcionando em casas com características do fim do século XIX e início do século XX (Figuras 70 e 71). O “Galpão dos Sonhos” (Figura 72) é um teatro que promove apresentações artísticas, e que segundo seus idealizadores, com grande participação das pessoas que moram próximas ao espaço cultural. A área de lazer localizada no canteiro central da via (Figura 73) possui quadra com piso de areia, parque infantil e uma unidade da “Academia da Saúde”, e é utilizada frequentemente pelos moradores, principalmente pelas crianças. Notou-se também, uma considerável utilização das calçadas como espaço de sociabilização e convivência.

Figura 70: Rua Duarte Coelho.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 71: Rua Duarte Coelho.



Fonte: AUTOR, 2017.

Essa atividade revelou preferências ambientais dos experienciadores dos espaços analisados, além de ter possibilitado conhecer determinadas atitudes e relações que, mesmo que de um ponto de vista global, não são devidamente explícitos nos outros procedimentos

metodológicos realizados com o objetivo de identificar a visão do morador acerca do local em que vive e do Sítio Histórico de Olinda como um todo.

Figura 72: Espaço cultural Galpão dos Sonhos.



Fonte: AUTOR, 2017.

Figura 73: Área de lazer.



Fonte: AUTOR, 2017.

5.3.2.2 Segunda etapa: visão do morador – conhecimento das experiências socioespaciais.

Para os moradores do Setor E, os bens mais facilmente reconhecidos como Patrimônio da Humanidade também são, dentre as imagens apresentadas na Seleção Visual (Figuras 74 e 75), aquelas edificações com monumentalidade mais evidente, Figuras B e D, embora, na provocação acerca de quais bens devem ser mais bem conservados, observou-se uma predominância de marcações em todas ou na maioria das imagens.

Essas respostas com tendência mais ampla estão relacionadas com os aspectos mais destacados pelos respondentes do Setor E, já indicando um perfil distinto entre os moradores dos Setores investigados. A essa pergunta foi comum encontrar respostas relacionadas aos valores históricos e preocupação com a vulnerabilidade do bem.

Demonstrando uma coerência, ou lógica própria, a ordem de preferência dos moradores do Setor E participantes da pesquisa, tem em seus primeiros lugares os bens que explicitam atributos patrimoniais menos óbvios, ou seja, não aqueles que os mesmos respondentes elegeram como sendo os mais facilmente reconhecidos como Patrimônio da Humanidade.

De acordo com os moradores do Setor E, todos ou a maioria dos patrimônios apresentados nas imagens da segunda atividade de Seleção Visual (Figuras 76 e 77), tanto os patrimônios materiais quanto os imateriais, representam o Sítio Histórico de Olinda, consequentemente, para esses entrevistados, os mesmos patrimônios devem ser mais bem conservados.

Figura 74: Seleção Visual – Setor E



Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Sociospacial Como Agentes No Processo De Conservação Da Sítio Histórico De Olinda
Autor: Débora Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: Seleção Visual	Data: 23/01/2017
Setor: E	Subsetor:
Obs: Assinale quantas opções desejar.	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais imagens são mais facilmente reconhecidas como Patrimônio da Humanidade? <p>() A () B () C () D () E () F</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <p>() A () B () C () D () E () F</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <p><u>A beleza das casas e a história.</u></p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <p>() A () B () C () D () E () F</p>	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 75: Seleção Visual – Setor E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Débora Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <u>Seleção Visual</u>	Data: <u>23/01/2017</u>
Setor: <u>E</u>	Subsetor:
Obs: Assinale quantas opções desejar.	
<ul style="list-style-type: none"> Quais imagens são mais facilmente reconhecidas como Patrimônio da Humanidade? <input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F 	 A
<ul style="list-style-type: none"> Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <input checked="" type="checkbox"/> A <input checked="" type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F 	 B
<ul style="list-style-type: none"> Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <u>Sobre aspectos de patrimônios deve ser destacada as local com estrutura mais antiga e com mais riqueza de patrimônios.</u> <u>Em Olinda lugares deve ser destacados os muros antigos.</u> 	 C
<ul style="list-style-type: none"> Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <input type="checkbox"/> A <input checked="" type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F 	 D
	 E
	 F

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 76: Seleção Visual – Setor E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Seleção Visual</i>	Data:
Setor: E	Subsetor:
Obs: Assinale quantas opções desejar.	Hora:
<ul style="list-style-type: none"> • Quais imagens melhor representam o Sítio Histórico de Olinda? <p>(<input checked="" type="checkbox"/> A) <input type="checkbox"/> B) <input type="checkbox"/> C) <input type="checkbox"/> D) <input type="checkbox"/> E) <input type="checkbox"/> F)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <p>(<input checked="" type="checkbox"/> A) <input type="checkbox"/> B) <input checked="" type="checkbox"/> C) <input type="checkbox"/> D) <input checked="" type="checkbox"/> E) <input type="checkbox"/> F)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <p><i>As práticas culturais como o patrimônio à venda de comidas típicas e as fachadas históricas.</i></p>	
<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	
 <p>A</p>	
 <p>B</p>	
 <p>C</p>	
 <p>D</p>	
 <p>E</p>	
 <p>F</p>	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 77: Seleção Visual – Setor E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano

Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda

Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Seleção Visual</i>	Data: <i>23/01/2017</i>
Setor: <i>E</i>	Subsetor:
Obs: Assinale quantas opções desejar.	
<ul style="list-style-type: none"> Quais imagens melhor representam o Sítio Histórico de Olinda? <p><input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F</p>	 A
<ul style="list-style-type: none"> Quais patrimônios devem ser mais bem conservados? <p><input checked="" type="checkbox"/> A <input checked="" type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> F</p>	 B
<ul style="list-style-type: none"> Quais os aspectos que devem ser destacados nas imagens selecionadas? <p><i>As telhas das casas e a história</i></p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	 C
<ul style="list-style-type: none"> Indique suas preferências em relação às imagens, identificando com números de 1 a 6, na ordem decrescente. <p><input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input checked="" type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> F</p>	 D
	 E
	 F

Fonte: MORADOR, 2017.

O processo de patrimonialização não pareceu muito evidente no Setor E quanto se mostra no Setor B, isso ocorre, aparentemente, devido à quase inexistência de fiscalização dos órgãos de patrimônio, o que claramente influencia nas relações socioespaciais e, consequentemente, no sentimento de pertencimento entre essa área e seus residentes, visto que a legislação vigente na área, ou a forma como a mesma é efetivada, não interfere na autoridade que o morador tem sobre sua própria residência, sendo esta a maior queixa dos moradores do Setor B. Nota-se também que o carnaval não exerce nenhuma influência negativa na construção e consolidação dessas relações já que esta manifestação não foi citada como causa de qualquer tipo de problema em nenhuma das respostas.

Não só a beleza e a historicidade dos locais apresentados nas imagens foram citadas como aspectos que deveriam ser destacados, mas também as práticas culturais como reflexo das relações socioespaciais e dinâmica urbana do Sítio Histórico. Foram citados, por exemplo, as manifestações populares que acontecem no SHO e que não possuiriam os mesmos significados se acontecessem em outros locais, e a venda de comidas típicas.

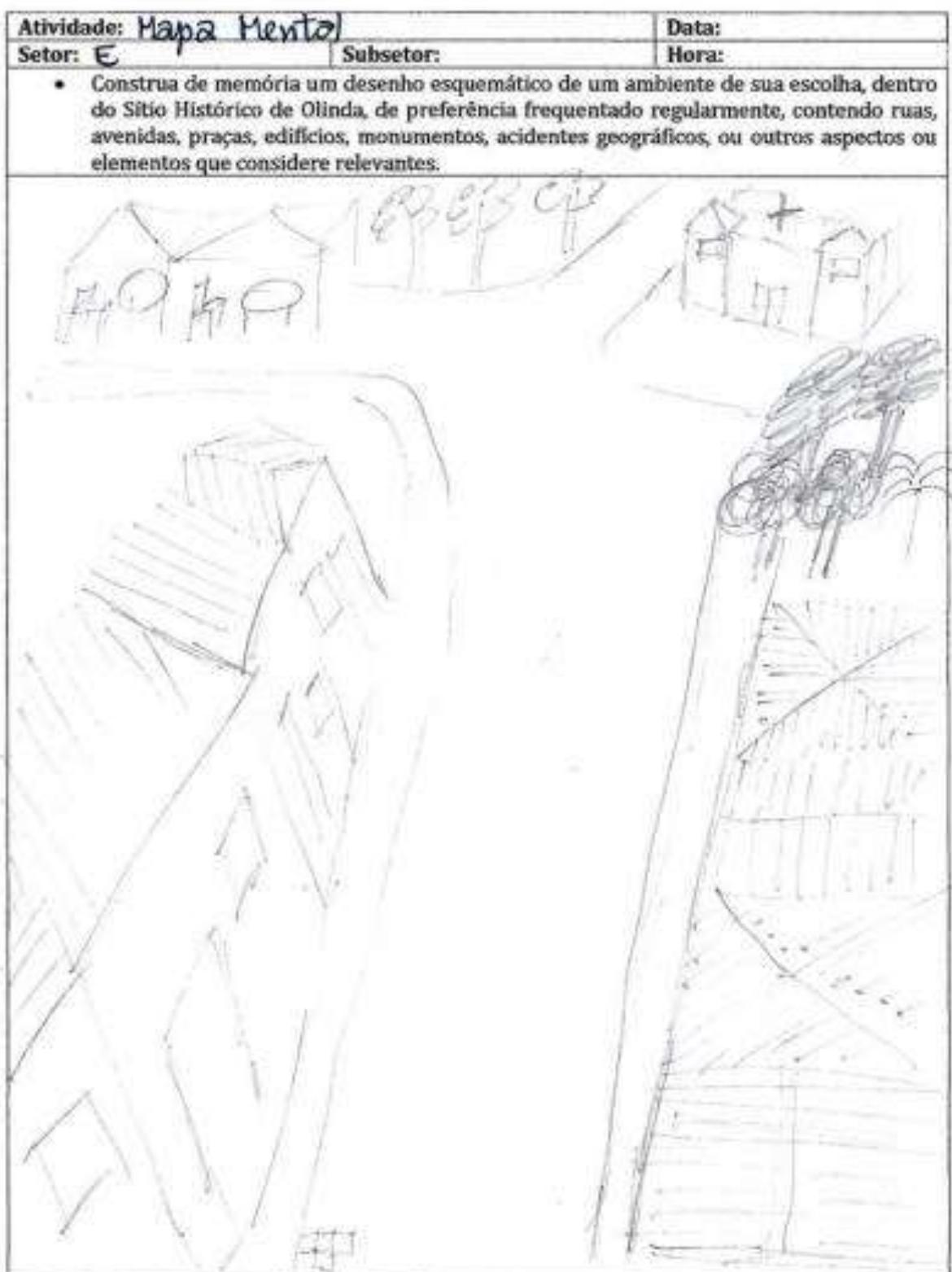
Acerca das imagens preferidas pelos moradores do Setor E, não foi possível definir um padrão entre as respostas obtidas. Observou-se uma diversidade tanto nas imagens especificamente, quanto se as classificarmos em categorias como patrimônio material e patrimônio imaterial.

Diferentemente dos mapas mentais produzidos pelos moradores do Setor B, onde foram representados ambientes do próprio setor de moradia, nenhum residente do Setor E retratou um local circundante (Figuras 78 e 79). Isso ocorreu, possivelmente, porque esses indivíduos não observam as áreas de entorno como integrantes do Sítio Histórico, mesmo o Setor E classificado pelo IPHAN como “área de densidade monumental da Área de Entorno” e tem as intervenções em seus imóveis regidas pelas mesmas diretrizes destinadas às intervenções realizadas nos imóveis localizados no Setor B. A área mais representada nesta atividade foi o Alto da Sé, visto que foi solicitado o desenho de uma área do Sítio Histórico frequentada regularmente, e lá foi considerada a melhor área para lazer.

Figura 78: Mapa Mental – Setor E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho



Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 79: Mapa Mental – Setor E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano

Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De

Olinda

Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: Mapa Mental	Data: 23/01/2017	
Setor: E	Subsetor:	Hora:
<ul style="list-style-type: none"> Construa de memória um desenho esquemático de um ambiente de sua escolha, dentro do Sítio Histórico de Olinda, de preferência frequentado regularmente, contendo ruas, avenidas, praças, edifícios, monumentos, acidentes geográficos, ou outros aspectos ou elementos que considere relevantes. 		

Fonte: MORADOR, 2017.

O Poema dos Desejos (Figuras 80 a 83) também revelou respostas nesse mesmo perfil, com complemento as sentenças propostas, tratando o Sítio Histórico como uma área de lazer a ser visitada e não como propriamente a área de moradia, com respostas não só referentes à segurança, mas também citações a questões de acessibilidade e de estacionamento e acesso viário.

Para a rerratificação da Notificação Federal do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno nº 1.155/79, do IPHAN, geograficamente o Setor E faz parte da área de entorno do polígono de tombamento. Então é possível que essa condição seja determinante para que seus moradores não o considerem efetivamente parte do Sítio Histórico tombado. De fato a área está contemplada por uma salvaguarda legislativa apenas nos âmbitos municipal, estadual e nacional, não possuindo o título de Patrimônio da Humanidade.

Figura 80: Poema dos Desejos – Setor E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Departamento de Arquitetura e Urbanismo
 Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
 Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
 Autor: Déjio Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: Poema dos Desejos	Data:
Setor: E	Subsetor:
<ul style="list-style-type: none"> • Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda.. 	
<ol style="list-style-type: none"> 1- Oferecerme maior segurança para o cidadão; 2- Maior acessibilidade para idosos e deficientes; 3- Melhor sistema para estacionamento e locomoção; 4- Melhor material explicativo bilingüe para turistas; 	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 81: Poema dos Desejos – Setor E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
 Departamento de Arquitetura e Urbanismo
 Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
 Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Sócioespacial Como Agente No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda
 Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade: <i>Poema dos Desejos</i>	Data: <i>23/01/2017</i>
Setor: <i>E</i>	Subsetor: <i></i>
<ul style="list-style-type: none"> • Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda... <i>fosse mais seguro e de mais fácil acesso.</i> 	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 82: Poema dos Desejos – Setor E

Atividade: Poema dos Desejos	Data: 23/01/2017
Setor: E	Subsetor:
<ul style="list-style-type: none"> • O Sítio Histórico de Olinda pertence... <p>a. humanidade</p>	

Fonte: MORADOR, 2017.

Figura 83: Poema dos Desejos – Setor E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano

Dissertação de Mestrado: O Morador E Sua Experiência Socioespacial Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De

Olinda

Autor: Dílago Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade:	Poema dos Desejos	Data:		
Setor:	E	Subsetor:		Hora:
<ul style="list-style-type: none"> • O Sítio Histórico de Olinda pertence... <p>1- a humanidade. 2- ao habitante de Olinda.</p>				

Fonte: MORADOR, 2017.

Com o resultado dessas atividades se pôde concluir também que esses mesmos moradores demonstram uma visão mais distanciada do que eles julgam fazer parte do “Sítio Histórico de Olinda” quando sugerem que suas relações socioespaciais com essas áreas se aproximam mais a de um visitante que necessita de descolamento para se chegar a elas. Percebe-se si, uma ligação com o local onde se reside, porém, diferenciada em diversos aspectos, incluindo no que se refere a sua conservação, a semelhança talvez esteja presente no que se refere ao Convento de Santa Tereza, localizado no Subsetor E2 e tombado isoladamente, pelo IPHAN. Quando se fala em Sítio Histórico de Olinda, em nenhum momento foi feito algum tipo de menção a própria rua, ao próprio setor e isso também deve ser observado quanto ao processo de conservação local já que alguns procedimentos básicos correm o risco de serem negligenciados.

Como contribuição a compreensão das vivências experienciadas no Setor E, baseadas nas observações feitas nas duas etapas da pesquisa, foi elaborado o seguinte quadro:

Quadro 03: Síntese das relações socioespaciais ocorridas no Setor E.

	ELEMENTOS SOCIAIS	ELEMENTOS ESPACIAIS
DIMENSÃO PRÁTICO-AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca atividade de moradores e escassez de fluxo; - Experiências vivenciadas com a vizinhança; - Sensação de insegurança; Pouco potencial cultural, mas com alguma participação local; - Reação distanciada com a dinâmica social urbana do “Polígono de Tombamento”; - Pouca influência das legislações de tombamento e preservação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso viário a outras comunidades; - Pouco uso das áreas de lazer disponíveis; - Equipamentos com interesses e atração predominantemente locais;
DIMENSÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA	<ul style="list-style-type: none"> - Uso predominantemente residencial; - Sensação de pertencimento dos moradores com o local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de fronteiras imediatas entre os subsetores e outros setores com presença de imóveis históricos; - Subsetores margeados por vias de grande fluxo de veículos; - Descaracterização de imóveis históricos.

Fonte: AUTOR, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Patrimônio Cultural é muito mais que uma representação histórica, é também a reprodução da sociedade que o constrói, sendo assim, se torna impossível desassociar a preservação do mesmo sem a participação de seu povo. A concretização de uma memória social em um elemento histórico-cultural produz o sentimento de pertencimento entre esses elementos, que são fundamentais na construção da identidade presente no lugar e, consequentemente, para o processo de conservação patrimonial. Essas relações identitárias atuam na base de toda experiência vivenciada por um indivíduo que possui um espaço próprio para o desenvolvimento de suas práticas cotidianas, logo, falar de patrimônio cultural também é falar de vida cotidiana.

Os patrimônios olindenses, tanto o patrimônio material, como sua arquitetura por exemplo, quanto o imaterial, sua cultura, seu povo, entre outros, coexistem fortemente e estão consolidados na imagem da cidade, fazem parte da história de Olinda, contribuindo na constituição do que ela se tornou e seu maior atrativo, e devem ser tratados sem distinção ou hierarquias, diferentemente do que vem sendo observado, onde, segundo os moradores, é mais recorrente a sobreposição dos elementos físicos em relação às questões sociais ou subjetivas.

Essa tendência pode ser observada na linha seguida pelas legislações de salvaguarda vigentes no Sítio Histórico de Olinda e no rigor de aplicação e cumprimento das mesmas, que diferentemente do que vem sugerindo as teorias conservacionistas mais atuais, não leva em consideração nenhum aspecto humano como agente nesse processo, influenciando o próprio morador dos setores estudados a, mesmo contrariados, adotarem pensamento semelhante, sobretudo os moradores do Setor B, visto que são os que têm mais contato com os técnicos dos órgãos fiscalizadores, contato este que por muitas vezes se torna conflituoso, prejudicando a conservação do imóvel objeto de intervenção.

Regidos pelas mesmas diretrizes de intervenção, mas com perfis distintos devido localização e atuação da fiscalização, os moradores dos Setores B e E possuem noção e forte relação socioespacial com o local que habitam, têm participação na dinâmica local e produzem cenas urbanas totalmente ligadas aos patrimônios da Cidade, fazendo parte deles, porém, para esses mesmos moradores falta a noção da importância dessas relações no processo de conservação, que acarretaria numa participação mais efetiva como agentes nesse processo e que realmente influenciasse as decisões, principalmente no que se refere a como atuar, evitando homogeneização de todas atividade de intervenção. Este fato é comprovado pelas respostas dadas pelos moradores de ambos os setores, porém, com motivações distintas:

enquanto o morador do Setor B produz o espaço que vive e entorno devido a ambiência e oferta de serviços do quotidiano localizados no mesmo, além da constante presença da fiscalização dos órgãos patrimoniais, o morador do Setor E constrói cenas urbanas locais, mas sem muita noção do processo de conservação do Sítio Histórico de Olinda. Para eles, o local onde vivem não faz parte da área tombada, visto que praticamente não recebem a visita de algum técnico.

Foi comum ouvir dos moradores entrevistados, mas isso pode ser uma tendência dos moradores de todo Sítio Histórico de Olinda, que o imóvel é privado, mas que seu dono não pode fazer nenhum tipo de intervenção, sendo que algumas alterações são permitidas, porém, independente de quais seja essas alterações, o sentimento de pertencimento desse morador com o lugar está sendo prejudicado. Por mais que ações de Educação Patrimonial estejam previstas em programas governamentais, tais ações não estão sendo eficazes.

A Prefeitura Municipal de Olinda e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como responsáveis pela salvaguarda do patrimônio arquitetônico, com o auxílio de associações de moradores, precisam encontrar uma maneira de gerir a preservação das edificações históricas promovendo o bem-estar dos moradores e a manutenção do sentimento de pertencimento dos mesmos para com o local que habitam e dos valores apropriados, já consolidados, fortalecendo sua importância enquanto personagens da construção da memória social da Cidade, se tornando assim, parceiros nesse processo.

Os órgãos patrimoniais tem apenas a legislação como instrumento legal contra a descaracterização do Sítio Histórico de Olinda. Esse meio acaba tornando a realização da tarefa de fiscalizar homogênea, quando cada morador tem necessidades específicas. É importante ressaltar que as necessidades contemporâneas de habitabilidade, por exemplo, não existiam ou não foram contempladas na elaboração das legislações vigentes na área.

Esse bem-estar deve ser mantido ou buscado durante o ano todo, através de uma relação harmoniosa também entre os moradores de Olinda e os órgãos de preservação. A legislação vigente e a atuação da Prefeitura Municipal e do IPHAN não devem ser vistos como vilões, mas sim como aliados. O morador precisa fortalecer o sentimento de que vive em um lugar único e que é necessária a conservação dos seus patrimônios. Os limites dos setores, e consequentemente as diretrizes de cada um deles, poreriam ser redefinidas, obedecendo as ruas ou as distintas localidades como um todo, evitando questionamentos por parte de moradores confusos. Ações de Educação Patrimonial mais eficazes auxiliam na conscientização, conhecimento e divulgação dos parâmetros para intervenções vigentes na lei para que o morador possa atuar de acordo com suas necessidades sem descaracterizar o

patrimônio, afinal, não há preservação do patrimônio cultural sem a participação direta da comunidade e, por sua vez, esta não pode construir qualquer tipo de sentimento para com aquilo que não conhece. Por outro lado, os moradores, não só dos setores estudados, mas de toda área tombada, devem se tornar co-participantes do processo de conservação, e isso se dá também, com esses mesmos órgãos, que devem atualizando os parâmetros de legislação de acordo com as necessidades dos habitantes e dos serviços oferecidos no Sítio Histórico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 19 – 39.
- ARAÚJO, Guilherme Maciel. Os valores do patrimônio cultural. Uma contribuição teórica para as políticas de conservação. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 145.00, Vitruvius, jun. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>>.
- BELCHIOR, Lucília. Conservação integrada: conceitos e desafios. In: JORGE, Vítor Oliveira (org.). *Cultura light*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2006. Pag. 79 – 90.
- BERTHOZ, Alain. Espace perçu, espace vécu, espace conçu. In: BERTHOZ (Org.); A. RECHT, R. (Org.). *Les espaces d'homme*. Paris: Editora Odile Jacob, 2005, p. 127-160. Trad. Maria de Jesus de Britto Leite e Gilson Miranda Gonçalves.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 53 – 73.
- Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI. **Conservar: Olinda boas práticas no casario** / Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada; org. Juliana Barreto, Vera Milet. Olinda: CECI, 2010.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Editora Unesp, Estação Liberdade, 2001.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.
- CURY, Isabelle (org). **Cartas patrimoniais**. 3^a Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DUARTE, Cristiane Rose et al. (Orgs.) **O lugar do projeto: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In LACERDA e ZANCHETI (orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2012, p. 44 – 55.

LAGUNES, María Margarita Segarra; La Restauración después de Cesare Brandi. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. (org.) *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Coleção Arquimemória; V.1. Salvador: EDUFBA, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Hélvio Polito. **Os valores preservacionistas e o controle urbanístico na área protegida de Olinda**. (s/d). Disponível em: <http://www.olinda.pe.gov.br/download/legislacao/rlush_os_valores_preservacionistas_texto_helvio_05022015.pdf>. Acesso em julho de 2015.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B. e ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. In. Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho. Minho: UM, Portugal, n.20, 2004, p. 31-44.

MAGALHAES, Aloísio. **Proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial apresentada pelo Brasil: centro histórico da cidade de Olinda**. Recife: Secretaria de Cultura, 1981. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em julho de 2015.

MENEZES, José Luiz Mota, in **Evolução Urbana e Territorial de Olinda: do Descobrimento aos Tempos Atuais – A Vila de Olinda – 1537-1630**. (s/d). Disponível em: <<http://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia>>. Acesso em julho de 2015.

Ministério da Cultura, Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

MONTANER, Josep Maria. Ensayo sobre arquitectura moderna y lugar. In. Boletín Académico: Escola Técnica Superior de Arquitectura da Coruña, n. 18, 1994, p. 4-11.

MOREIRA, André Renato Pina. Estudo das transformações dos espaços de habitação do sítio histórico de Olinda / André Renato Pina Moreira. – Recife: O Autor, 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2006.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Nuevos caminos de la arquitectura: existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona: Blume, 1975.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Arquitectura Occidental**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

OLINDA. **Reratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno, Lei n. 1155/79**. Escritório Técnico de Olinda da 4DR/SHPAN/Pró-Memória e pela Fundação Centro de Preservação Sítio Histórico de Olinda. Olinda, 1985.

Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial. **Guia das Cidades Brasileiras: patrimônio mundial.** / Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial; Prefeitura de São Luiz; organizador José Antonio Viana Lopes. Brasília: OCBPM, 2007.

PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (orgs). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI): Olinda, 2012. Pág. 90 – 100.

Prefeitura de Olinda. **Programa de sustentabilidade do carnaval.** Disponível em: <<http://carnaval.olinda.pe.gov.br/>>. Acesso em: julho de 2015.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil – 1500/1720.** São Paulo: Pini, 2000. CD-ROM.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso... [et al.]. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

SADALA, Maria Lúcia A. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty. In: **Seminário internacional de pesquisa e estudos qualitativos**, Bauru. *Anais...* Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, 2004.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional.** Trad. Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto (do original: Theory production of space by Henri Lefebvre: toward a tree-dimentional dialetic, 2005). GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012.

Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo. 1976, Bruxelas. **Carta de turismo cultural.** Paris: ICOMOS, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em julho de 2015.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 97 – 108.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** 3^a ed. Curitiba: Juruá, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. **Os Modelos Urbanos Portugueses da Cidade Brasileira.** 2000. Disponível em: <<http://revistas.ceurban.com/numero3>>. Acesso em dezembro de 2009.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil.** Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. C.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Pág. 247 – 278.

VIEIRA, Natália Miranda; **OLIVEIRA**, Terezinha Monteiro; **LIRA**, Carina Monteiro. **Conservação e preservação de imóveis privados: novas tentativas, velhas dificuldades.** XIV Seminário de Arquitetura Latino-Americana – Campinas. In Anais... Caminas, 2011.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la restauración.** Madrid: Editora Síntesis, 2004.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. Gestão da conservação e desenvolvimento urbano sustentável no Brasil: propostas para uma agenda. Texto para discussão v. 17, Série 1 – Gestão da conservação. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2007.

ZANCHETI, Sílvio Mendes e **LAPA**, Tomás. Conservação integrada: evolução conceitual. In LACERDA e ZANCHETI (orgs.). *Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos*. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2012, p. 18 – 30.

ZEVI, Saber ver a arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Princípios da Conservação Integrada presentes na Declaração de Amsterdã, 1975;

APÊNDICE B - Pré-requisitos para o planejamento da conservação do patrimônio cultural com as perspectiva da Sustentabilidade;

APÊNDICE C - Critérios da UNESCO para inscrição de um bem na lista de Patrimônio Mundial;

APÊNDICE D - Ações do Programa de Sustentabilidade do Carnaval, da Prefeitura Municipal de Olinda;

APÊNDICE E - Trecho da Carta De Turismo Cultural, apresentada no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, 1976;

APÊNDICE F - Modelos das fichas utilizadas na pesquisa;

APÊNDICE G - Trecho da rerratificação da Notificação Federal do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno nº 1.155/79.

APÊNDICE A - Princípios da Conservação Integrada presentes na Declaração de Amsterdã, 1975.

- A conservação integrada conclama à responsabilidade os poderes locais e apela para a participação dos cidadãos: os poderes locais devem ter competências precisas e extensas em relação à proteção do patrimônio arquitetônico. Aplicando os princípios de uma conservação integrada, eles devem levar em conta a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais. O futuro não pode e nem deve ser construído às custas do passado [...];
- Consideração dos fatores sociais condiciona o resultado de toda política de conservação integrada: uma política de conservação implica também a integração do patrimônio arquitetônico na vida social. O esforço de conservação deve ser calculado não somente sobre o valor cultural das construções, mas também pelo seu valor de utilização. Os problemas sociais da conservação integrada só podem ser resolvidos através de uma referência combinada a essas duas escalas de valores [...];
- A conservação integrada exige uma adaptação das medidas legislativas e administrativas: com o objetivo de aumentar a capacidade operacional dos poderes públicos, faz-se necessário rever a estrutura administrativa, de maneira tal que os setores responsáveis pelo patrimônio arquitetônico sejam organizados em níveis apropriados e dotados suficientemente de pessoal qualificado, assim como dos meios científicos, técnicos e financeiros indispensáveis [...];
- A conservação integrada requer medidas financeiras apropriadas: para conseguir resolver os problemas econômicos da conservação integrada é necessário – e este é um fator determinante – que seja elaborada uma legislação que submeta as novas construções a certas restrições no que diz respeito a seus volumes e que favoreça uma inserção harmoniosa [...];
- A conservação integrada conclama à promoção de métodos, técnicas e aptidões profissionais ligadas à restauração e à reabilitação: a conservação permanente do patrimônio arquitetônico permitirá, a longo prazo, evitar onerosas operações de reabilitação [...] (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, In CURY (org.), 2004, p. 202 – 210).

APÊNDICE B - Pré-requisitos para o planejamento da conservação do patrimônio cultural com as perspectiva da Sustentabilidade.

- Promover a sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais;
- Garantir a manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica;
- Assegurar a manutenção do que existe de específico, de irreprodutível, de não renovável, incorporando novos objetivos econômicos e sociais;
- Promover o contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação.
- Além desses estão recomendados pelas organizações internacionais voltadas ao planejamento da conservação do patrimônio cultural outros pré-requisitos, quais sejam:
 - A identificação dos bens culturais. O estabelecimento de ato administrativo regulamentando o sítio como patrimônio cultural, presente na sociedade do sítio e na cidade. A criação da comissão do sítio, com a representação dos diversos grupos sociais (PONTUAL, 2012, p. 94).

APÊNDICE C - Critérios da UNESCO para inscrição de um bem na Lista de Patrimônio Mundial.

- (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- (ii) ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
- (iii) aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
- (iv) ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- (v) constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
- (vi) estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em

circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais). (ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2007, p. 178).

APÊNDICE D - Ações do Programa de Sustentabilidade do Carnaval, da Prefeitura Municipal de Olinda;

- Ação 1: Realizar, anualmente, o Seminário do Carnaval com a participação da sociedade civil e das instituições públicas e privadas que atuam no Carnaval, para fins de planejamento do evento;
- Ação 2: Rever a Lei do Carnaval para garantir a equidade na distribuição das subvenções carnavalescas e as formas de fiscalização;
- Ação 3: Realizar, anualmente, concurso voltado para valorização das manifestações carnavalescas (Ex: composição musical, frevos, orquestras, passistas, bonecos gigantes, máscaras, fantasias, estandartes, etc.);
- Ação 4: Realizar, anualmente, a corrida dos Bonecos Gigantes de Olinda;
- Ação 5: Implantar memorial interativo, em equipamento público do município, sobre o Carnaval, aberto a visitação durante o ano inteiro;
- Ação 6: Executar programação permanente de apresentações aos fins de semana, com agremiações carnavalescas, grupos e artistas da cultura popular, integrada ao calendário cultural do município;
- Ação 7: Registrar os ofícios e ritmos relacionados ao Carnaval como patrimônio imaterial do município;
- Ação 8: Descentralizar o Carnaval de Olinda; Ação 9 – Contratar, durante os dias de Carnaval, orquestras e grupos de cultura popular locais para promover animação noturna itinerante nas principais vias do Sítio Histórico, evitando o uso de som mecânico (PREFEITURA DE OLINDA, s/d).

APÊNDICE E - Trecho da Carta De Turismo Cultural, apresentada no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, 1976;

O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua

manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. Sem dúvida, qualquer que seja sua motivação e os benefícios que possui, o turismo cultural não pode estar desligado dos efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e dos sítios. O respeito a estes, ainda que se trate do desejo elementar de mantê-los num estado de aparência que lhes permita desempenhar seu papel como elementos de atração turística e de educação cultural, leva consigo a definição; o desenvolvimento de regras que mantenham níveis aceitáveis. Em todo caso, com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por muito justificada que esta se paute desde o ponto-de-vista social, político ou econômico. Tal respeito só pode assegurar-se mediante uma política dirigida à doação do equipamento necessário e à orientação do movimento turístico, que tenha em conta as limitações de uso e de densidade que não podem ser ignoradas impunemente. Além do mais, é preciso condenar toda doação de equipamento turísticos ou de serviços que entrem em contradição com a primordial preocupação que há de ser o respeito devido ao patrimônio cultural existente (SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO CONTEMPORÂNEO E HUMANISMO. 1976, s/p).

APÊNDICE F - Modelos das fichas utilizadas na pesquisa;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: Experiências Socioespaciais Dos Moradores
Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: Experiências Socioespaciais Dos Moradores Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda/PE.
Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano

Dissertação de Mestrado: Experiências Socioespaciais Dos Moradores Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda/PE.

Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade:		Data:
Setor:	Subsetor:	Hora:







Atividade:		Data:
Setor:	Subsetor:	Horas:
<ul style="list-style-type: none"> Construa de memória um desenho esquemático de um ambiente de sua escolha, dentro do Sítio Histórico de Olinda, de preferência frequentado regularmente, contendo ruas, avenidas, praças, edifícios, monumentos, acidentes geográficos, ou outros aspectos ou elementos que considere relevantes. 		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano

Dissertação de Mestrado: Experiências Socioespaciais Dos Moradores Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda/PE.

Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade:		Data:
Setor:	Subsetor:	Hora:
<ul style="list-style-type: none">• Eu gostaria que o Sítio Histórico de Olinda...		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano
Dissertação de Mestrado: Experiências Socioespaciais Dos Moradores Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda/PE.
Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade:		Data:
Setor:	Subsetor:	Hora:
<ul style="list-style-type: none">• O Sítio Histórico de Olinda pertence...		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Desenvolvimento Urbano

Dissertação de Mestrado: Experiências Socioespaciais Dos Moradores Como Agentes No Processo De Conservação Do Sítio Histórico De Olinda/PE.

Autor: Diogo Cesar Oliveira de Carvalho

Atividade:		Data:
Setor:	Subsetor:	Hora:
	ELEMENTOS SOCIAIS	ELEMENTOS ESPACIAIS
DIMENSÃO PRÁTICO-AMBIENTAL		
DIMENSÃO ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA		

APÊNDICE G - Trecho da rerratificação da Notificação Federal do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu Entorno nº 1.155/79.

IV - Os projetos dentro deste Setor deverão atender às seguintes condições:

- As construções novas não poderão impedir ou reduzir a visibilidade originária dos monumentos ou do conjunto urbano e deverão manter as relações de volume e cor do seu ambiente, caracterizando-se, entretanto, como construções contemporâneas. Deverão manter ainda o alinhamento das fachadas das edificações vizinhas que conformam o ambiente;
- Para as construções referidas no item anterior, a taxa de ocupação e o gabarito deverão se pautar pela média existente na tipologia da vizinhança próxima;
- Os planos das fachadas não poderão balancear-se ou projetar-se além do limite da propriedade ou do alinhamento das fachadas vizinhas. Elementos arquitetônicos em balanço como balcões, beirais, bem como recuos e afastamentos laterais e suas dimensões poderão ser introduzidos a critério do Conselho de Preservação, respeitadas as normas federais estaduais sobre o assunto;
- Para as construções existentes, deve-se proceder à restauração arquitetônica ambiental que consiste na manutenção ou restauração da volumetria e das fachadas originais;
- Não serão permitidos cortes de árvores, desmontes e aterros, tendo em vista a preservação da topografia e do verde existentes.

V - Os projetos dentro deste setor deverão atender as seguintes restrições:

- As obras de restauração arquitetônica de imóveis antigos não poderão ser as mesmas de construções novas. Os projetos de restauração arquitetônica devem procurar conciliar a ordenação interna dos espaços e integridade da estrutura com os arranjos exigidos pelos novos programas, não se lhes aplicando as exigências comuns estabelecidas em relação à área dos cômodos, circulações, iluminação e ventilação;
- Nos projetos de restauração e adaptação de edifícios antigos, as funções que exigem permanência prolongada como dormitórios e locais de estar e trabalho devem preferentemente se abrir para espaços abertos ou pátios e ao mesmo tempo deverão ser excepcionalmente ventilados por área internas ou através de outro cômodo, não de serviços, desde que possuam bandeiras para ventilação. As funções que não exigem permanência prolongada poderão ser ventiladas através de áreas internas, poços de ventilação vertical e em casos especiais através de tiragem mecânica;

- Os poços e áreas internas, que de preferência deverão servir a dois edifícios vizinhos, quando situados junto às empenas não poderão refletir-se nas mesmas;
- Os materiais e técnicas usadas nas restaurações arquitetônicas deverão ser as tradicionais; quando, porém estas técnicas e materiais revelarem-se insuficientes para garantir a consolidação da construção poderão ser empregadas técnicas modernas de eficácia comprovada;
- As coberturas dos edifícios deverão ser de telha canal, preferencialmente de produção artesanal. É vetado o uso de telhas onduladas e são proibidos tanques e torre de refrigeração acima das coberturas;
- As instalações de elevadores não poderão se refletir nas fachadas ou coberturas seja pela criação de casas de máquinas, seja pela alteração da declividade dos telhados para contê-las;
- Nos edifícios sujeitos a restauração arquitetônica ambiental, além das fachadas, os revestimentos de paredes, pisos e forros dos cômodos que se abrem para ruas, praças e pátios, devem ser os tradicionais;
- A parelhos portáteis de ar condicionado só serão permitidos quando não se projetarem de forma prejudicial à arquitetura nas suas fachadas externas;
- As instalações de água pluviais e esgoto devem ser sempre embutidas, inclusive nas fachadas secundárias e empenas;
- A pintura das fachadas e cômodos que se abrem para ruas e praças não poderão ser a óleo ou de outro produto de textura brilhante. A cor e o tom das fachadas, quando se tratar de edifícios tombados isoladamente, deverão obedecer às determinações especiais dos órgãos competentes (OLINDA, 1985, n/p).